CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Fernanda Godinho de Souza Aguiar

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ABORDADA EM ESCRITOS DE FERNANDO DE AZEVEDO (1894–1974)

Belo Horizonte – MG

2021

Fernanda Godinho de Souza Aguiar

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ABORDADA EM ESCRITOS DE FERNANDO DE AZEVEDO (1894–1974)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas.

Orientador: D.r Prof. José Geraldo Pedrosa.

Belo Horizonte – MG

2021

Aguiar, Fernanda Godinho de Souza
A282e A educação profissional abordada em escritos de Fernando de Azevedo (1894-1974) / Fernanda Godinho de Souza Aguiar. – 2021.
136 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Orientador: José Geraldo Pedrosa.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Azevedo, Fernando de, 1894-1974 – Teses. 2. Ensino profissional – Teses. 3. Intelectuais – Teses. I. Pedrosa, José Geraldo. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 370.15

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte,
CRB 6º 1592 / Cefet/MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Fernanda Godinho de Souza Aguiar

"A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ABORDADA EM ESCRITOS DE FERNANDO DE AZEVEDO (1894-1974)"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 20 de dezembro de 2021 como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa – Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Olivia de Morais de Medeiros Neta
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre estar presente em minha vida, especialmente nos momentos mais difíceis.

À minha família, pelo apoio que sempre me deu; ao meu pai, Antônio Carvalho de Souza; à minha mãe, Eni Godinho de Souza, que já não se encontra entre nós; às minhas irmãs, Eliane e Elizabeth; e a meus queridos sobrinhos. Meus agradecimentos especiais a Márcio, pelo companheirismo; e aos meus queridos filhos, Henrique e Herick, pelo amor incondicional.

Ao d.r prof. José Geraldo Pedrosa, orientador a quem estimo, por sua maestria, sensibilidade, generosidade e credibilidade depositada em mim e pela paciência com que conduziu as orientações.

A Henrique e Filipe, pelo apoio técnico.

Aos amigos que me acompanham nesta jornada de vida.

Às queridas Naia e Glauci, fabulosas companheiras do trio do *Zé*, pela amizade e cumplicidade.

Aos professores doutores do curso por compartilharem conosco seu conhecimento e experiência de vida.

Aos doutores professores Irlen Antônio Gonçalves e Flávio Raimundo Giarola, pelas contribuições na avaliação do projeto desta pesquisa.

Ao doutor professor Irlen Antônio Gonçalves e à doutora professora Olívia Morais de Medeiros Neta, por integrarem a banca de minha defesa.

Aos colegas da turma 2019, pelo apoio e aprendizado.

Aos colegas de Departamento de Formação Geral de Divinópolis, pelo apoio e incentivo.

Ao Cefet/MG, pelas oportunidades e pelo espaço de crescimento a mim proporcionados.

“Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma
Até quando o corpo pede um pouco mais de alma
A vida não para

Enquanto o tempo acelera e pede pressa
Eu me recuso faço hora vou na valsa
A vida tão rara
Enquanto todo mundo espera a cura do mal
E a loucura finge que isso tudo é normal
Eu finjo ter paciência
E o mundo vai girando cada vez mais veloz
A gente espera do mundo e o mundo espera de nós
Um pouco mais de paciência

Será que é o tempo que lhe falta pra perceber
Será que temos esse tempo pra perder
E quem quer saber
A vida é tão rara, tão rara.”
(LENINE, *Paciência*.)

RESUMO

Esta dissertação tem como foco as abordagens sobre a educação profissional e técnica em escritos de Fernando de Azevedo publicados em língua portuguesa. A pesquisa apresenta a trajetória profissional de Fernando de Azevedo, evidenciando suas principais atuações na educação brasileira. As obras escritas por Fernando de Azevedo foram separadas e categorizadas, em virtude da variedade de seu repertório temático. As fontes primárias de pesquisa foram constituídas por duas de suas obras, *A educação pública em São Paulo*: *problemas e discussões* (1937) e *A cultura brasileira* (1943). Algumas questões foram propostas no sentido de nortear a pesquisa: quais as elaborações sobre educação e trabalho?; e quais as abordagens sobre a educação profissional e seu lugar no sistema nacional de educação? Nesse sentido buscou-se analisar as elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica nos escritos de Fernando de Azevedo no período de 1926 a 1943. Em relação ao método, o material foi analisado sob a perspectiva documental e bibliográfica. Em relação ao tratamento das fontes, as referências foram a história dos intelectuais e a análise do discurso. Sobre a história dos intelectuais, a referência foi Jean-François Sirinelli. As referências da análise do discurso foram provenientes de Eni Puccinelli Orlandi. A pesquisa também se referenciou na noção de intelectual mediador, posta por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen. Fernando de Azevedo, na perspectiva de Sirinelli (2003), foi um intelectual da educação engajado com o processo de formação de um sistema nacional de ensino. A trajetória de Fernando de Azevedo demonstra a intensa participação como homem público, em cargos, em movimentos, associações, escrevendo para jornais. Os resultados obtidos demonstram que a educação profissional ocupou espaço significativo no repertório de elaborações educacionais de Fernando de Azevedo nos dois livros consultados nesta pesquisa. Fernando de Azevedo situava a educação profissional num horizonte de expectativas que combinava a indústria e o urbano como *locus* da vida moderna.

Palavras-chaves: Educação profissional. Fernando de Azevedo. Intelectuais.

ABSTRACT

This dissertation is focused on the approaches about work, the relationship between school and work and the profissional education and technic on Fernando de Azevedo's writings published in Portuguese. The research presents the profissional path taken by Fernando de Azevedo on his career, evidencing his main actions on Brazilian education. Fernando de Azevedo works were also seperated and categorized due to the variety of his thematic repertoire. The primary source of researching was constituted by two of his works, A educação pública em São Paulo: problemas e discussões *(1937) and* A cultura brasileira *(1943). Some questions were proposed in the goal of guiding the research: what were the elaborations about work and job?; and what were the approaches about professional education and its place on the nacional sistem of education? In this way, the dissertation analyse the elaborations on school and work, education for work and professional education and technic in his writings between 1926 and 1943. In relation to the method, the material was analized under the bibliographical and documental perspective. In relation to the resources, the references were the intellectual's history and the speech analysis. About the history of the intellectuals, the refference was Jean-François Sirinelli. The refferences from speech analysis were provided by Eni Puccinelli Orlandi. The research also makes refference to the ideia of intellectual mediator, published by Ângela de Castro Gomes and Patrícia Santos Hansen. Fernando de Azevedo, in Sirinelli's perspective (2003), was a intellectual of education committed to the process of formation of the national education system. The tragectory of Fernando de Azevedo shows intense participation as a public man, in job positions, in movements, associations and writing for the newspaper. The results obtained indicates that profissional education ocuppied significant space on the repertoire of educational colaborations by Fernando de Azevedo in the two of his works used in this research. Fernando de Azevedo situated professional education in a horizon of expectations which combined industry and the urban as the locus of modern life.*

Keywords: Profissional Education. Fernando de Azevedo. Intellectuals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do livro *A Educação Pública em S. Paulo. Problemas e discussões*. (1937) 76

Figura 2 – Capa do livro A Cultura Brasileira. (1943) 94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fonte da pesquisa – escritos de Fernando de Azevedo. 23
Quadro 2 – Livros de autoria de Fernando de Azevedo 31
Quadro 3 – Livros publicados por Fernando de Azevedo em língua estrangeira 32
Quadro 4 – Livros de Fernando de Azevedo que abordam trabalho, escola e trabalho, e educação profissional e técnica 33
Quadro 5 – Ocorrências sobre a Sesp no jornal O Estado de S. Paulo no período de 1918 e 1919. 57
Quadro 6 – Conferências e congressos realizados pela ABE. 67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação.

AFA – Arquivo Fernando de Azevedo.

AIB – Ação Integralista do Brasil.

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

EUA – Estados Unidos da América.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PRP – Partido Republicano Paulista.

PRM – Partido Republicano Mineiro.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SESP – Sociedade Eugênica de São Paulo.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. 10
1 FERNANDO DE AZEVEDO: O SUJEITO E SUA OBRA. 24
Preâmbulo. 24
1.1 A sociabilidade de Fernando de Azevedo. 24
1.2 Discussões de Fernando de Azevedo sobre a educação profissional. 34
2 FERNANDO DE AZEVEDO E OS ACONTECIMENTOS DO SEU TEMPO. 49
Preâmbulo 49
2.1 Brasil dos tempos dos primórdios da industrialização e urbanização. 49
2.2 A participação de Fernando de Azevedo nas discussões sobre as questões de seu tempo. 54
2.3 Fernando de Azevedo e o interesse pela educação. 61
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ESCRITOS DE FERNANDO DE AZEVEDO. 71
Preâmbulo. 71
3.1 A educação pública em São Paulo: problemas e discussões (1937). 71
3.2 A cultura brasileira (1943). 92
CONSIDERAÇÕES FINAIS. 116
REFERÊNCIAS. 121
ANEXO A. 134

INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa *Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas*, do mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG).

Trata-se de uma pesquisa no âmbito da História da Educação, que analisa questões relacionadas à educação profissional no Brasil, nos livros de Fernando de Azevedo (1894–1974), publicados em língua portuguesa.

Fernando de Azevedo, intelectual da educação brasileira do século XX, participou ativamente de movimentos em prol da inserção da educação popular na agenda do Governo com base na constituição de um sistema nacional de ensino.

A questão-problema desta pesquisa é relativa às abordagens sobre a educação profissional e técnica em livros escritos por Fernando de Azevedo. O objetivo geral foi conhecer qual é o lugar e o *status* do trabalho e da educação profissional e técnica no pensamento educacional de Fernando de Azevedo.

Fernando de Azevedo, educador, professor, crítico, ensaísta e sociólogo, foi protagonista em diversos acontecimentos que ocorreram na educação pública brasileira, principalmente nos anos 1920 a 1950. Essa presença destacada com pesquisas e atuação em cargos administrativos na área educacional já estudada e debatida, exceto no tocante à educação profissional.

Fernando de Azevedo foi diretor de Instrução Pública no Distrito Federal (DF), de 1927 a 1930, por indicação de Washington Luís; foi relator e primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova; teve participação ativa na fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934; foi redator do Manifesto dos Educadores de 1959; e realizou estudos sobre a sociologia e a cultura brasileira. Sua extensa obra encontra-se no Arquivo Fernando de Azevedo (AFA), que pertence ao acervo cultural do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), localizado na USP. Tal arquivo foi doado, ainda em vida, em março de 1970 e reúne cerca de dezesseis mil documentos, parcialmente digitalizados, sobre as atividades profissionais exercidas por Fernando de Azevedo como educador, sociólogo, administrador, jornalista e escritor, bem como por documentos pessoais (IEB, 1994).

Segundo Penna (2010), Fernando de Azevedo é considerado um dos intelectuais de destaque na história da educação brasileira e o estudo de sua atuação e escrita faz parte da Coleção Educadores do MEC, uma coleção de livros sobre os educadores e pensadores da educação que reúne o pensamento de alguns dos principais expoentes da história da educação no Brasil.

De acordo com a biografia examinada, esse intelectual desenvolveu seus escritos como especialista em Educação Física, dedicação às Ciências Sociais, ensino de Psicologia e Latim, produção de crítica literária, pesquisas, investigações e ocupação de vários cargos administrativos na área educacional. Tornou-se um conhecedor da realidade escolar, o que o colocou à frente da maioria dos educadores do seu tempo. Penna (2010) afirma que atualíssimas são suas indagações sobre a natureza e finalidades da educação num Brasil em processo de transformação e inserção no modo de produção capitalista como nação periférica e dependente.

O acervo pessoal está no Arquivo Fernando de Azevedo (AFA), pertencente ao acervo cultural do Instituto de Estudos Brasileiros, organizado por Maria Cecília Ferraz Cardoso de Castro. Com cerca de dezesseis mil documentos, que abrangem o período de 1915 a 1974, o AFA é considerado um dos mais completos arquivos pessoais disponíveis no país. A documentação refere-se às atividades profissionais exercidas por Fernando de Azevedo na educação, como sociólogo, administrador, jornalista e escritor. O maior volume do material vincula-se ao período de sua atuação como diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal, de 1926 a 1930. Também estão no AFA documentos sobre a participação de Azevedo no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 e no Manifesto de 1959, recortes e informações em suas correspondências com outros educadores e documentos sobre a sua atuação como jornalista.

Suas correspondências, com cerca de 4.600 documentos, trocadas com educadores, escritores, jornalistas e homens públicos, revelam seus questionamentos, suas posições, seus valores e ideias tanto na Educação e na Sociologia, como na cultura brasileira. Há ainda documentos importantes da história da USP e do desenvolvimento do ensino universitário. Documentos no período de sua atuação como diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, em 1947, e como secretário da Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1961; integram o arquivo manuscritos de diversos livros publicados

por ele, inclusive *A cultura brasileira*, de 1943. Destacam-se os documentos referentes à sua atuação em sociedades científicas como a Sociedade Brasileira de Sociologia.

Por força de protagonismo e importância na educação pública brasileira, Fernando de Azevedo é estudado em teses e dissertações, mas, não, da perspectiva da educação profissional. Alguns dados confirmam esta afirmação.

Buscando verificar a possibilidade de realização desta pesquisa, foi efetuada consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando o descritor "Fernando de Azevedo". Foram encontrados, inicialmente, 148 produtos, mas 65 foram desconsiderados de imediato por não ser pesquisas relacionadas ao autor. Em seguida, foram categorizados os 82 resultados que interessavam para a análise dos estudos desenvolvidos sobre Fernando de Azevedo.

Os 82 trabalhos encontrados e selecionados foram publicados no período de 1987 a 2017, sendo 51 dissertações e 31 teses. Nesses trabalhos, Fernando de Azevedo aparece como objeto de estudo em dezenove pesquisas, sendo treze dissertações e seis teses. Nas demais pesquisas ele é citado como referência no campo da educação e suas reformas a partir da Escola Nova, na Educação Física e no ensino de Sociologia.

Foram encontrados três trabalhos sobre Fernando de Azevedo com referência ao ensino profissional. O primeiro, *A (Re)construção histórica da Escola Profissional Washington Luis (1923–1931*), dissertação de mestrado em educação de Samela Cristinne Furtado de Carvalho Ignacio (2016), que buscou construir a história da referida escola, criada em 1923 pela Escola Técnica Fluminense, de iniciativa particular, no município de Niterói, RJ, que passou a fazer parte da rede de escolas profissionais do estado do Rio de Janeiro em 1926. O segundo, *Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo,* de autoria de Sônia de Oliveira Câmara (1997), *é* também uma dissertação de mestrado em educação, que foi transformada em livro em 2013. Por último*, Ensino profissional para o setor terciário em São Paulo: a relação entre mercado de trabalho e ensino profissional pelos classificados do jornal O Estado de São Paulo (1920–1930),* dissertação de mestrado em educação de Paulo Jorge de Oliveira Carvalho (2005). A leitura e análise desses trabalhos foram em decorrência de serem considerados próximos à temática e ao objeto de estudo desta pesquisa.

Buscou-se analisar de que maneira esses trabalhos aproximam e se distanciam deste estudo. A análise dos resumos dos trabalhos encontrados no banco de dados da Capes revela que, em sua maioria, as pesquisas a respeito de Fernando de Azevedo envolvem suas elaborações no campo da educação e suas reformas a partir da Escola Nova, na Educação Física e no ensino de Sociologia.

Sendo assim, verificou-se que Fernando de Azevedo já foi bastante estudado, mas, não, do ponto de vista de suas elaborações acerca das relações entre educação e trabalho e especialmente sobre a educação profissional. Em vista disso, propõe-se um estudo que busque identificar o pensamento de Fernando de Azevedo sobre a educação profissional e como ele concebia as relações entre escola e trabalho.

Para tal análise foi importante situar o lugar que o trabalho e a educação profissional e técnica ocupam nas abordagens de Fernando de Azevedo sobre a cultura e a educação brasileiras. Também foi importante examinar as suas publicações e selecionar os capítulos, tópicos e trechos referentes à escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica.

No desenvolvimento desta pesquisa recorreu-se a bases conceituais: a história dos intelectuais a partir dos estudos elaborados pelo francês Jean-François Sirinelli, a análise do discurso de acordo com a autora Eni Puccinelli Orlandi e a noção de intelectual mediador, de acordo com Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen.

A história política dos intelectuais é um fenômeno recente que tem sensibilizado pesquisadores para esse tipo de pesquisa. De acordo com Sirinelli (2003), a história dos intelectuais tornou-se, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. Os intelectuais eram grupos sociais reduzidos, indistinto e elitista, o que, de algum modo, inviabilizava o seu estudo e, durante muito tempo, não despertavam o interesse dos historiadores. Entretanto, a partir de meados da década de 1970, a história dos intelectuais ganhou força e, aos poucos, legitimidade científica:

> Estudar um grupo social estatisticamente limitado não era mais obrigatoriamente considerado um empreendimento duvidoso. Mais que isso, tal procedimento, longe de ser impressionista, podia aspirar ao realismo científico, sobretudo através da indispensável constituição de um corpus de textos e de uma abordagem prosopográfica dos itinerários. Além disso, é possível esboçar uma história cíclica do engajamento dos intelectuais, que restitui a este campo de pesquisa a espessura legitimadora da média duração. (SIRINELLI, 2003, p. 238.)

Situar a compreensão e a extensão do termo intelectual faz-se necessário diante de seu caráter polissêmico. Sirinelli (2003) defende que estas podem desembocar em duas acepções do intelectual: uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais e a outra, mais estrita, baseada na noção de engajamento. A segunda definição, a ser utilizada nesta pesquisa, baseia-se no envolvimento deste intelectual com alguma causa, participação e intervenção no debate público, o que inclui, por exemplo, o envolvimento em movimentos e manifestos.

A história política dos intelectuais envolve pesquisas e também análise dos textos e sua história social requer uma observação de elementos que contribuam para um estudo prosopográfico que permita revelar, a partir do estudo de biografias coletivas, traços comuns que integram indivíduos a grupos específicos. Deve-se, portanto, levar em consideração o itinerário, a geração e a sociabilidade desses intelectuais. Os percursos dos intelectuais nem sempre é em linhas retas, no sentido de serem fiéis ao engajamento de toda uma vida:

> [...] a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. O que não dispensa – pois não é contraditório – localizar os campos magnéticos [...] que, num determinado período, atraíram os intelectuais. (SIRINELLI, 2003, p. 247.)

As estruturas de sociabilidade, como campo magnético, reúnem os intelectuais em torno de uma sensibilidade e de afinidades que os motivam a conviverem. Tais estruturas são comumente chamadas de redes e nem sempre são fáceis de perceber. As revistas, pelas forças antagônicas, de adesão e de exclusão, espaços de convivência e circulação das ideias desses intelectuais e os manifestos e abaixo-assinados podem ser considerados estruturas elementares

dessas redes. Não existem modelos de redes de sociabilidade, suas estruturas variam com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados.

De acordo com Gomes (2004), é nessas redes de sociabilidade que são propagadas ideias e projetos, e em que se estabelecem alianças e rivalidades. Afirma que "[...] a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual num mundo cultural" (GOMES, 2004) e que, para produzir, é necessário ao intelectual estar imerso num circuito de sociabilidade.

Sirinelli (2003) considera importante que sejam analisados os efeitos da idade e os fenômenos de geração ao afirmar que é preciso ir adiante:

> E isto por duas razões, pelo menos. No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatório ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita. (SIRINELLI, 2003, p. 254.)

O patrimônio deixado por gerações de intelectuais torna compreensível o funcionamento desse meio e nos ajuda esclarecer o porquê de um estrato demográfico se unir em torno de um acontecimento fundador que culmina em fenômenos de uma geração. Esses sujeitos históricos integram ideias políticas em seu meio social e cultural, suas apropriações contribuem para a formulação de elaborações em um determinado contexto histórico.

Para o desenvolvimento do estudo do intelectual como mediador cultural em suas atividades ou práticas de mediação social recorreu-se ao livro *Intelectuais mediadores. Práticas culturais e ação política*, organizado por Ângela de Castro Gomes e por Patrícia Santos Hansen. O texto explora o potencial analítico dessa categoria abrangente para a produção historiográfica:

> [...] por meio dos estudos nos quais é possível vislumbrar a variedade das práticas, funções, produtos e modo de operar – sempre sociais e políticos –, que lhe correspondam em diferentes tempos e espaços. [...] práticas de mediação cultural, especificamente desenvolvidas por sujeitos históricos identificados como intelectuais. No caso, intelectuais que atuam, exclusivamente ou paralelamente, como mediadores culturais. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 8.)

Nesse sentido, os intelectuais mediadores desenvolvem diversas ações ou práticas de mediação cultural. Embora as práticas de mediação cultural possam ser exercidas por variados sujeitos, mesmo com reconhecida relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, não pertencem à categoria de intelectual definida anteriormente. Nesse caso, poderia ser chamado de *intelectual mediador*. Segundo Gomes e Hansen, os intelectuais mediadores são associados a variadas formas de mediação cultural:

> Praticam-se ações de mediação também em trocas ou "transferências" intelectuais diversas, mais ou menos simétricas, entre círculos acadêmicos de diferentes regiões e países. [...] esse intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 19.)

O intelectual mediador circula por lugares e ocupa cargos estratégicos que possibilitam a sua atuação. A partir desses lugares, ele desenvolve projetos de mediação cultural que possibilitam ações de impacto político. As autoras convocam o conceito de intelectual mediador como *passeur*, aquele que conduz por uma travessia. Afirmam que "[...] os *passeurs* ou mediadores culturais [...] têm existência em espaços e temporalidades muito variadas, atuando por meio de práticas e projetos políticos variados, em temas igualmente variados" (GOMES; HANSEN, 2016, p. 32).

Fernando de Azevedo, como sujeito engajado, fez essa mediação durante a sua trajetória, perpassou por diversos espaços, demonstrou ser atuante nos cargos os quais ocupou e desenvolveu projetos de relevância a partir de variados temas.

Por tratar-se de um intelectual já elaborado em sua historicidade, com biografia pronta, redes de sociabilidade e geração identificadas, não se pretende com este projeto reproduzir o intelectual Fernando de Azevedo. Busca-se aqui apropriar a produção existente sobre esse intelectual para situar suas ideias e buscar em seu texto abordagens que permitam compreender suas elaborações sobre a educação profissional.

Análise de discurso, no sentido aqui apropriado, não se reduz a uma análise do texto pelo texto, pois este traz consigo um discurso:

> A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não se trata da língua, não se trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 1999, p. 15.)

De acordo com Orlandi (1999), o texto traz consigo seus aspectos gramaticais e semânticos, a forma como o texto foi escrito não deve ser desconsiderada, existe, porém, uma possibilidade ampla de se trabalhar o discurso contido no texto na sua diversidade. A análise de discurso não presume um único discurso, mas, diversos. Entender como os discursos se constroem, como são distribuídos na sociedade, como eles falam sobre nós, sobre a história, sobre as suas condições de produção, mas, sem necessariamente querer intervir nessas condições.

> A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. (ORLANDI, 1999, p. 15.)

Nesse sentido, a análise do discurso reflete sobre como a linguagem se materializa na ideologia e como essa ideologia se manifesta na língua. Orlandi (1999) afirma que, partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, recorre à teoria de Pêcheux ao afirmar que existe uma relação língua–discurso–ideologia, como uma relação que se complementa. Sendo assim, no discurso, pode-se observar a relação estabelecida entre a língua e a ideologia e buscar entender como a língua produz sentidos para o sujeito do discurso.

> A análise de discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim, novas práticas de leitura. (ORLANDI, 1999, p. 26–27.)

Em relação à interpretação, Orlandi (1999) salienta que o analista deve seguir o rigor do método e o alcance teórico da análise do discurso. Entretanto, o analista não é imparcial, pois sua

análise parte de uma perspectiva sobre o objeto de estudo, mobilizando, assim, conceitos distintos, de acordo com a questão formulada.

Segundo Orlandi (1999), a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares, são elementos que constituem o dispositivo analítico construído pelo analista. A partir desses elementos deriva a riqueza da análise do discurso por permitir explorar de diversas maneiras a relação existente com o simbólico, significando-as teoricamente, levando em consideração o dispositivo teórico e os dispositivos analíticos correspondentes.

> Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 1999, p. 30.)

Ao analisar o discurso, devem-se considerar as condições de produção que incluem os contextos social, histórico e ideológico: o lugar de produção, de que ele esteja falando; o conteúdo, ou seja, a mensagem que ele quis passar; o lugar de recepção ou seu destino, para quem ele direciona seu discurso; o porquê e para que o discurso foi escrito; os elementos limitadores, os limites dos lugares que ele frequenta e quais os vínculos políticos do dono do discurso. É impossível conhecer o discurso sem conhecer quem o escreveu. Dessa forma, as condições de produção do discurso incluem o sujeito, a situação e a memória. A maneira como a memória é ativada em relação ao discurso é tratada por Orlandi (1999), como interdiscurso, ou seja, a associação entre as palavras e os sentidos que eles vão ativar na memória. Os discursos carregam consigo suas condições de produção. O significado de uma palavra para uma geração pode adquirir sentido diverso para outra. Nesse sentido, a memória discursiva é coletiva, pois uma simples palavra ou uma expressão pode ser associada a um acontecimento ativado como uma teia de significados.

Orlandi (1999) acrescenta que, ao elaborar o discurso, é possível ocorrerem dois tipos de esquecimentos. Um é o ideológico, relacionado ao aspecto da polissemia da linguagem, ter a ilusão de a pessoa ser a origem do que ela diz, quando, na realidade, retoma sentidos pré-existentes:

> [...] é o esquecimento número um, também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. [...] Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. (ORLANDI, 1999, p. 35.)

O segundo esquecimento é da ordem da enunciação, relacionado ao aspecto parafrástico da linguagem. Orlandi (1999) afirma que o esquecimento número dois é da ordem da enunciação. Ao falar, a pessoa faz isso de uma maneira e, não, de outra e, ao longo do dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao enunciar-se, o dizer de um modo e, não, de outro e inevitavelmente para fazê-lo, esquece-se das demais possibilidades que a língua fornece à pessoa para construir sentidos.

Segundo Orlandi (1999), quando se pensa discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites entre o mesmo e o diferente, ou seja, entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Sempre se está reproduzindo, ressignificando dizeres anteriores ao próprio. Os novos sentidos não advêm das palavras em si, mas, de suas condições de produção. Dessa forma,

> [...] dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos sem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. (ORLANDI, 1999, p. 37.)

Existe aqui uma tensão entre o simbólico e o político, pois, segundo Orlandi (1999), todo dizer é ideologicamente marcado. Por meio da linguagem a ideologia materializa-se. O discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia:

> Podemos agora, compreendendo a relação da paráfrase com a polissemia, dizer que, entre o mesmo e o diferente, o analista se propõe compreender como o político e o linguístico se inter-relacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados. Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eterniza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder. (ORLANDI, 1999, p. 38.)

Sendo assim, ao produzir o discurso, o sujeito que o produz leva em consideração alguns fatores, tais como, a relação de sentidos, um discurso relaciona-se com outros, pois articula conhecimentos de várias formações discursivas. Os discursos estão conectados, pois o sujeito não fala de uma única posição. Existe, porém, a possibilidade de antecipação quanto ao sentido que suas palavras poderão produzir em seu interlocutor, o efeito que o discurso poderá causar em seu ouvinte, esse mecanismo objetiva atender às expectativas tanto para os que apoiam quanto para seus opositores. O lugar a partir do qual o sujeito elabora seu discurso diz muito sobre as relações de força sustentadas no poder desse lugar de fala. Somam-se a esses mecanismos de funcionamento do discurso as formações imaginárias:

> Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos empíricos – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição. (ORLANDI, 1999, p. 40.)

O que se deve considerar no discurso é a posição discursiva do sujeito em relação ao contexto sócio-histórico e à memória. O mecanismo imaginário produz imagens do sujeito e do objeto do discurso a partir de uma perspectiva sócio-histórica: “quem sou eu para lhe dizer isso, ou quem é você para quem estou direcionando e sobre qual assunto abordo no discurso?”. São essas imagens que constituem as diferentes posições. Esses fatores contribuem para se entenderem as condições em que o discurso foi construído. Entretanto, Orlandi ressalta a importância de se fazer a análise de discurso, pois:

> Com ela podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito. Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou de direita, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreendermos o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas. (ORLANDI, 1999, p. 42.)

Na análise de discurso é importante que o analista leve em consideração a formação discursiva, pois ela auxilia o processo de compreensão dos sentidos, na sua relação com a ideologia e permite estabelecer regularidades na função do discurso.

Dessa forma, ao se fazer a análise de discurso, deve-se considerar que a relação com a linguagem não pode ser simplificada, requer uma articulação do simbólico com o político. Empreende novas práticas de leitura que levem em consideração a relação estabelecida entre o simbólico e o político. O sujeito do discurso não produz apenas atos, ele é um sujeito histórico, e que para além das palavras há uma ideologia que as relaciona a coisas, ou seja, reúne sujeito e sentido.

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa aqui realizada é documental e bibliográfica. Sá-Silva (2009) afirma que o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado em virtude da riqueza de informações que eles podem fornecer no caminho da compreensão do objeto de estudo, que necessita de contextualização histórica e sociocultural. Também afirma ser importante conceituar a pesquisa documental como um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica e, portanto, torna-se importante entender as suas especificidades. Sá-Silva afirma:

> A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (SÁ-SILVA, 2009, p. 6.)

Quando se realiza uma pesquisa bibliográfica, recorre-se aos autores que escreveram sobre determinado assunto; já na pesquisa documental, recorre-se a materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa:

> É fundamental que os (as) cientistas sociais entendam o significado de fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se [...] informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento. (SÁ-SILVA, 2009, p. 6.)

Nesse sentido, os escritos de Fernando de Azevedo foram tratados nesta dissertação como documentos e fontes primárias para análise do seu pensamento. Recorreu-se também aos trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores, abordados aqui como fontes secundárias. Esse diálogo ajudou a entender em que este trabalho se aproxima e em que ele se distancia dos outros, desta forma far-se-á o *estado da arte* do conhecimento na educação.

Os livros de Fernando de Azevedo podem ser sumarizadas em seis grandes temáticas, além dos escritos pessoais sobre suas memórias e figuras de seu convívio, temas que abrangem: a educação física, os ensaios sociológicos, os escritos sobre a cultura brasileira, os textos sobre educação, os textos literários e os textos sobre a universidade. No universo de temas que a obra de Fernando de Azevedo abrange, o objetivo foi identificar de modo peculiar as elaborações sobre a educação profissional e técnica.

Além dos livros selecionados, foram consultados textos pessoais, como a autobiografia intitulada *Figuras do meu convívio,* para compreender mais o intelectual do que suas ideias. Recorreu-se também ao livro escrito por Maria Luísa Pena (2015), intitulado *Fernando de Azevedo*, no qual a autora traz entrevistas que ela própria realizou em 1981 com pessoas do convívio de Fernando de Azevedo, por ocasião da elaboração de sua dissertação. Os entrevistados falaram sobre o projeto de educação, as ideias e reflexões, o trabalho e também sobre a ação de Fernando de Azevedo. Esses textos ajudaram a autora desta dissertação a

entender com quem Fernando de Azevedo dialogou e a quais redes de sociabilidade ele pertencia.

O QUADRO 1 abaixo apresenta a relação dos livros utilizados nesta pesquisa:

Quadro 1 – Fonte da pesquisa – escritos de Fernando de Azevedo

Título	Ano da publicação	Observação
Máscaras e retratos	1929	Ensaios literários
A educação e seus problemas	1937	Educação
A cultura brasileira	1943	Escritos sobre cultura brasileira
Figuras do meu convívio	1960	Autobiografia

Fonte: Autora desta dissertação.

A dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, "Fernando de Azevedo: o sujeito e sua obra", é um estudo biobibliográfico sobre Fernando de Azevedo. Apresenta a trajetória do intelectual Fernando de Azevedo como sujeito desta pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado "Fernando de Azevedo e os acontecimentos do seu tempo", estão situados os acontecimentos da época de Fernando de Azevedo e o seu envolvimento neles. Analisa ainda o lugar de fala e a repercussão de suas ideias nas práticas educacionais do período analisado.

O terceiro capítulo, "A educação profissional em escritos de Fernando de Azevedo", analisa duas obras escritas por Fernando de Azevedo em busca de referência à educação profissional: *A educação pública em São Paulo: problemas e discussões*, escrito em 1937; e o livro *A cultura brasileira*, publicado em 1943 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como texto introdutório ao recenseamento de 1940.

1 FERNANDO DE AZEVEDO: O SUJEITO E SUA OBRA

Preâmbulo

O capítulo 1 desta dissertação trata de um estudo biobibliográfico sobre Fernando de Azevedo, como sujeito desta pesquisa. Em sua construção foram utilizados como fonte de pesquisa arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), além de artigos escritos por ou sobre Fernando de Azevedo para o jornal O Estado de S. Paulo. Também foram consultados os livros: *Figuras de meu convívio,* escrito por Fernando de Azevedo em 1960, em que escreveu sobre pessoas com quem esteve na intimidade familiar ou em sua vida profissional; e o livro *Fernando de Azevedo,* de Maria Luíza Penna, publicado em 2015, no qual a autora reuniu entrevistas com pessoas ligadas a Fernando de Azevedo que falaram sobre seu projeto educacional, ideias e reflexões, trabalho e sua ação. Este capítulo aborda quem foi Fernando de Azevedo, quais as obras escritas por ele, à qual geração ele pertenceu, quais as redes de sociabilidade e os movimentos de que ele participou.

1.1 A sociabilidade de Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo nasceu em 2 de abril de 1894 e morreu em 1974. Viveu oitenta anos. No livro *Figuras de meu convívio* (1960), descreve como foi o convívio com a sua mãe, Sara Almeida de Azevedo. Ele a chama de figura singular, engrandecida pela fé e pela virtude divina do sofrimento, mas, profundamente humana pela doçura de seus costumes ao conduzir com força e equilíbrio a criação de nove dos catorze filhos que teve. Descreve também a dificuldade financeira por que sua família passou com a perda dos bens, quando seu pai se afastou da administração dos negócios, por motivo de doença. Fernando de Azevedo realizou seus estudos em colégios confessionais desde menino. As escolas confessionais, vinculadas a igrejas ou confissões religiosas, exerceram um papel significativo na educação brasileira. Eram Instituições religiosas, privadas, ligadas ao Catolicismo europeu e dedicadas à formação das

famílias tradicionais. Os intelectuais que defenderam a educação pública no Brasil dos anos 1920, 1930 e 1940 vinham todos dessas escolas.

Aos vinte anos de idade, Fernando de Azevedo renunciou à vida religiosa e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Faculdade de Direito, da qual se transferiu para a de Belo Horizonte, no mesmo ano. Em Belo Horizonte, lecionou Latim e Psicologia no ginásio do Estado até 1917. Em 1916, Fernando de Azevedo publicou a sua primeira obra, *A poesia do corpo*, modificado depois para *Da educação física.* Ao escrever o artigo "Fernando de Azevedo e o poder da educação" para o jornal O Estado de S. Paulo, publicado em 28 de outubro de 1984, Nelson Piletti afirma que, com *A poesia do corpo*, título original do trabalho, Fernando de Azevedo concorreu à cadeira de Educação Física no Ginásio do Estado de Belo Horizonte, em 1915. Uma obra de 306 páginas, com uma bibliografia de 87 livros, sendo apenas dois deles em língua portuguesa; 65 obras francesas e doze de autores alemães. O restante das obras, em italiano, inglês, latim e espanhol. Ainda destaca que se constituiu um dos primeiros estudos teóricos sobre educação física no Brasil. Depois dessa primeira obra, ele ainda publicou três novos livros nessa temática. Em 1920 publicou *Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*, segunda edição de *A poesia do corpo,* com o título modificado; e *Antinous: estudo de cultura atlética.* Em 1930 publicou *A evolução do esporte no Brasil: praças de jogos para crianças*.

Em 1917, voltou para o Rio de Janeiro, período em que teve contato com os livros de Émile Durkheim e em que iniciou seus estudos de Sociologia. Se a educação do corpo foi o primeiro tema de interesse de Fernando de Azevedo, o segundo tema é exatamente a Sociologia, particularmente as ideias elaboradas pelo positivista francês Émile Durkheim (1958–1917). Azevedo teve os primeiros contatos com a obra de Durkheim exatamente no ano da morte do francês, quando a Europa convivia com as intensas e destrutivas batalhas da Primeira Guerra Mundial. Antônio Cândido, em entrevista a Penna (2015), afirma que Fernando de Azevedo começou a estudar a obra de Durkheim no começo dos anos 1920 por influência de Júlio Mesquita Filho. Foi também em 1917 que Azevedo se casou com Elisa Assunção do Amarante Cruz, jovem de tradicional família paulista e se mudou para a cidade de São Paulo, onde atuou no magistério, no jornalismo e como homem público.

Fernando de Azevedo terminou o curso de Direito em São Paulo, no ano de 1918. Curioso notar que Azevedo passou por três faculdades situadas em três capitais de estados brasileiros durante os cinco anos em que cursou Direito. No Brasil do final do XIX e primeiras décadas do XX, os cursos de Direito, de Ciências Jurídicas ou ainda de Ciências Jurídicas e Sociais funcionavam como lugares de sociabilidade de intelectuais filhos das elites que tinham afinidades com a formação no campo das humanidades e das ciências sociais. Essa ocorrência, em boa parte, pode ser creditada à ausência de outros cursos no campo das ciências humanas, das letras e das artes. A propósito, os filhos das famílias tradicionais brasileiras eram prioritariamente encaminhados para as escolas de Engenharia ou para as faculdades de Direito. As primeiras funcionavam como ambientes de circulação do pensamento industrialista; as segundas, do pensamento político.

Desses dois ambientes, o Direito e a Engenharia, vieram importantes nomes da política brasileira que ocuparam cargos de destaque no governo federal. Fernando de Azevedo concluiu o curso de Direito em 1918 e, no ano seguinte, foi eleito para o cargo de primeiro secretário da Sociedade Eugênica de São Paulo, que era expressão de um movimento racista e dito de cunho científico que mobilizava intelectuais e políticos brasileiros. Temas prioritários do movimento eugênico eram a educação higiênica e sanitária, a educação sexual, a seleção de imigrantes, o controle matrimonial e da reprodução humana, a crítica à *miscigenação* e a defesa do *branqueamento* e da regeneração racial. Diwan (2007) afirma que a constatação por parte dos europeus, da impossibilidade de progresso do Brasil dada a sua composição racial criou na intelectualidade brasileira a necessidade de formar uma concepção sobre o Brasil. Ainda constata que para os médicos da Faculdade de Medicina de Salvador, a primeira do país, a miscigenação era impedimento para o desenvolvimento do país, pois a mistura proporcionava a loucura, a criminalidade e a doença. Eugenia, higiene e civismo eram movimentos que as elites brasileiras do início da república articulavam com vistas a superar as mazelas do Brasil.

Um intelectual brasileiro da mesma época e que tinha conexões com movimento correlato – o Higienismo – era o baiano José Bento Renato Monteiro Lobato (1882–1948), ou simplesmente Monteiro Lobato, que criou a emblemática figura do *Jeca Tatu* como representante da falta de higiene das populações pobres e rurais. Figura importante nesses movimentos,

particularmente do civismo, foi Olavo Bilac (1865–1918), poeta parnasiano, autor do *Hino da Bandeira* e articulador do movimento pelo serviço militar obrigatório. As discussões sobre estas temáticas, eugenia e higienismo e o papel desempenhado por elas no pensamento sobre educação e trabalho de Fernando de Azevedo, serão desenvolvidas no capítulo a seguir.

Foi em 1920 que Fernando de Azevedo conheceu Manuel Bergström Lourenço Filho, ou Lourenço Filho (1897–1970), importante intelectual da educação e da psicologia da aprendizagem. Foi em companhia de Lourenço Filho que Azevedo iniciou sua carreira no magistério paulista. Segundo Fernando de Azevedo, em *Figuras de meu convívio* (1960), eles se conheceram ainda na mocidade, quando estavam encerrando, em 1920, a carreira no ensino normal. Lourenço Filho, aos 23 anos, iniciava o magistério de Psicologia na Escola Normal de Piracicaba, e Fernando de Azevedo, com 26 anos, o magistério de Latim e Literatura na Escola Normal de São Paulo.

No período de 1924 a 1926, Fernando de Azevedo trabalhou como redator e crítico literário no jornal O Estado de S. Paulo, na coluna *Ensaios,* em que presidiu dois importantes inquéritos, sobre a Arquitetura Colonial Brasileira e sobre a Educação Pública em São Paulo. Foi nesse segundo inquérito que Fernando de Azevedo pôs em destaque os problemas fundamentais do ensino em todos os graus e tipos, iniciando uma campanha para uma nova política educacional, cuja expressão mais emblemática foi o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932. O resultado desse inquérito foi publicado em 1937 com o título *A educação pública em São Paulo: problemas e discussões.* A partir desse inquérito, diagnosticou os problemas da educação em São Paulo e apontou soluções (Rev. Inst. Est. Bras. SP,37:215,1994).

O inquérito sobre a educação pública em São Paulo, publicado novamente em 1960, sob o título de "Educação na encruzilhada", é um documento histórico de uma época de transição no qual Fernando de Azevedo reflete, com suas contradições internas, seu apego ao passado e suas novas tendências educacionais (PENNA, 2010)**.** Nesse inquérito, Fernando de Azevedo buscou entender os problemas educacionais do estado de São Paulo.

Fernando de Azevedo concebe a educação com uma finalidade essencialmente social ao preparar os alunos para a vida, e na qual o trabalho desempenha um papel importante contribuindo para a formação do sentido social do trabalho, ou seja, a conscientização de sua

importância. Sendo assim, o sistema escolar deveria ser adaptado a uma nova concepção social baseada no desenvolvimento crescente das ciências, das indústrias e na expansão das classes operárias (PENNA, 2010). A concepção azevediana da escola de trabalho opõe-se ao desprezo pelo trabalho manual pelas elites brasileiras.

Ao analisar o livro *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil,* publicado em 1931, Penna (2010) afirma que Fernando de Azevedo tem da educação uma concepção integral, desconsiderando a ideia do homem apenas como instrumento de trabalho. Defende a ideia de uma educação nova para uma sociedade nova, uma educação que inicie o indivíduo na vida econômica e social. Quanto à educação técnica, assume que esta deveria proporcionar aos alunos uma sólida base profissional, elevando seu nível de capacidade técnica e também o nível moral e intelectual do operário (PENNA, 2010).

Nos anos 1930, a sociedade brasileira vivia um processo de modernização principalmente a partir do crescimento da indústria, com consequências para o trabalho e a força de trabalho. Soma-se a isso um contexto histórico conturbado desde os anos 1920, com as consequências da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), da Revolução Russa (1917), da crise de 1929 e da crise proveniente do movimento de 1930 na república brasileira.

Surge, nesse contexto, um grupo de intelectuais da educação que reflete sobre a realidade educacional brasileira marcada pela ausência ou precariedade da escola pública e por um percentual imenso de analfabetos. Esses intelectuais da educação lançaram as bases e diretrizes para uma nova política educacional no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), sendo Fernando de Azevedo o redator e primeiro signatário. Segundo Azevedo (1971), esse documento analisou os problemas da educação brasileira e definiu os princípios para a construção de um programa geral de educação.

Fernando de Azevedo foi um intelectual da educação com forte protagonismo nos movimentos dos anos 1920, 1930 e 1940, quando a educação estava sendo constituída como sistema nacional. Foi nesse tempo também que a educação profissional estava sendo inserida na agenda do Estado, como política pública.

Os anos 1920 foram de reformas educacionais no âmbito dos estados: Fernando de Azevedo, no Distrito Federal; Sampaio Dória, em São Paulo; Francisco Campos, em Minas

Gerais; Anísio Teixeira, na Bahia; e Lourenço Filho, no Ceará. Em todas essas reformas entraram em pauta a modernização da infraestrutura, a formação de professores, a padronização de métodos e materiais de ensino e outros elementos definidores da educação pública como sistema. Foi nos anos 1930 que a educação pública entrou na pauta do governo federal com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp). O Mesp, sob o comando de Gustavo Capanema (1900–1985), retomou em 1934 um processo iniciado na década de 1920, de "remodelação" da educação profissional. O resultado veio em 1942, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e das Escolas Técnicas Federais. Em 1946, surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). Os anos 1920 a 1940 foram intensos na educação brasileira: tempos de industrialização e urbanização, de surgimento da educação pública e da educação profissional como sistemas nacionais.

É importante ressaltar, nesse processo, a Constituição federal de 1934, que assegurou uma política nacional em matéria de educação, estabelecendo que a União deveria traçar as diretrizes da educação nacional (cap. I, art. 5.º, XIV) e elaborar o Plano Nacional de Educação (art. 151), devendo as unidades da Federação organizar e manter seus sistemas educacionais de acordo com essas diretrizes nacionais. A Carta Magna de 1934 contemplava uma política nacional de educação conforme os anseios dos pioneiros escolanovistas. Sobre a educação e a cultura, o artigo 148 do capítulo II dispõe que:

> Cabe a União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhado intelectual.

A Carta de 1934 também assegurava no artigo 149:

> A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Mas o golpe de Estado de 1937 golpeou também a campanha para a renovação na educação, que entrou em declínio. Entretanto, a nova Constituição, outorgada pelo governo Vargas em 1937, reafirmou as finalidades e as bases populares da educação nacional. Estabeleceu, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias e, sobretudo, no programa de política escolar aos ensinos pré-vocacional e profissional, que se destinava, conforme seu texto, às classes menos favorecidas e, é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado (art. 129). Segundo Azevedo (1971), nesse aspecto, a Constituição de 1937 pode ser considerada a mais democrática e revolucionária das leis em matéria de educação ao elevar à categoria de primeiro dever do Estado o ensino técnico e profissional. Essa Carta Magna também sinalizou para o regime de cooperação entre as indústrias e o Estado.

Fernando de Azevedo afirma, em *A cultura brasileira,* livro publicado em 1943, que tanto a Constituição de 1934 quanto a de 1937 caminharam no sentido de romper o tradicionalismo existente da não participação da União nas políticas escolares, assumindo a competência de estabelecer as diretrizes da educação nacional. Essas diretrizes contemplavam novas perspectivas quanto ao alargamento da educação profissional provenientes das mudanças das condições industriais.

Dessa forma, cabia ao Estado brasileiro reorganizar, em novas bases, todo o aparelhamento do ensino técnico e profissional para ajustá-lo às necessidades agrícolas, comerciais e industriais, na cooperação dos sindicatos e das fábricas na educação profissional, pela criação e manutenção, nos estabelecimentos fabris, de escolas para aprendizes e de cursos de aperfeiçoamento industrial para adultos e menores.

Para Penna (2010), Fernando de Azevedo foi um intelectual que se dedicou aos problemas da educação do Brasil num contexto de transformação e inserção do país no modo de produção capitalista como nação periférica e dependente.

A seguir serão apresentadas as obras de Fernando de Azevedo conforme dados fornecidos pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).

Quadro 2 – Livros de autoria de Fernando de Azevedo

Ano de publicação	Livro
1916	*A poesia do corpo.*
1920	*Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.* *Antinous: estudo de cultura atlética.*
1923	*No tempo de Petrônio: ensaios sobre a antiguidade latina.* *Velha e nova política: aspectos e figuras da educação nacional.*
1924	*Jardins de Salústio: à margem da vida e dos livros.*
1925	*O segredo da Renascença e outras conferências.*
1927	*Instrução pública no Distrito Federal.*
1929	*A reforma do ensino no Distrito Federal: discursos e entrevistas.* *Ensaios: crítica literária para O Estado de São Paulo:1924–1925.*
1930	*A evolução do esporte no Brasil: praças de jogos para crianças. Congresso de Educação Física.*
1931	*Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil.*
1935	*Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral.*
1937	*A educação pública em São Paulo, problemas e discussões: inquérito para O Estado de São Paulo em 1926.* *A educação e seus problemas.*
1940	*Sociologia educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e suas relações com outros fenômenos sociais.*
1943	*A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil.* *Velha e nova política: aspectos e figuras da educação nacional.*
1944	*Universidades no mundo do futuro.*
1945	*As técnicas de produção do livro e as relações entre mestres e discípulos.*
1946	*Seguindo meu caminho: conferências sobre educação e cultura.*
1947	*As universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais.*
1948	*Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar.*
1949	*Ruy e o humanismo: conferência proferida em Salvador, no fórum Ruy Barbosa a 10/11/1949, na Semana das Comemorações do Centenário do nascimento de Ruy Barbosa.*
1950	*Um trem corre para o oeste: estudo sobre o noroeste e seu papel no Sistema da Viação Nacional.*
1952	*Na batalha do humanismo e outras conferências.*
1953	*Em memória do comandante Murilo Marx.*
1956	*Discurso sobre Israel.*
1958	*A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações.*
1960	*Figuras de meu convívio.* *Educação na encruzilhada: problemas e discussões (*2.ª ed. *A educação pública em São Paulo, problemas e discussões).*
1962	*A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos.* *Máscaras e retratos: estudos literários sobre escritores e poetas do Brasil.*
1968	*Discursos dos acadêmicos Fernando de Azevedo e Cassiano Ricardo.*
1971	*História da minha vida.*
1976	*Transmissão da cultura.* Parte III da 5.ª ed. da obra: *A cultura brasileira.*

Fonte: INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB).

Além dos 36 livros publicados em língua nacional, Fernando de Azevedo publicou quatro livros em língua estrangeira.

Quadro 3 – Livros publicados por Fernando de Azevedo em língua estrangeira

Ano de publicação	Livro	País
1934	*Petronio y su tiempo: ensayos sobre la antiguedad latina.* Trad. Hector Fuad Miri. Buenos Aires (Arg.), Claridad, 1934.	Argentina
1942	*Sociologia de la educación: introducción al estudio de los fenómenos pedagógicos y de sus relaciones con los demás fenómenos sociales.* Trad. Ernestina de Champourcin. México, Fondo de Cultura Económica, 1942. (15. ed. México, Fondo de Cultura, Económica, 1994).	México
1950	*Brazilian culture: an introduction to the study of culture in Brazil.* Trad. Willian Rex Crawford. New York, MacMillam Company, 1950.	EUA
1951	Las universidades en el siglo XX y el problema del humanismo. *In: La universidad en el siglo XX*. Lima, s. ed. 1951.	Peru

Fonte: INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB).

Somam-se a esse conjunto seis obras em colaboração e/ou organizadas por Fernando de Azevedo no período de 1924 a 1970, incluindo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, além de 127 artigos publicados em periódicos.

Leituras exploratórias da obra de Fernando de Azevedo, feitas a partir de visita ao Arquivo Fernando de Azevedo (AFA), permitiram uma seleção de livros nos quais existem elaborações sobre trabalho, escola e trabalho ou educação profissional e técnica.

Quadro 4 – Livros de Fernando de Azevedo que abordam trabalho, escola e trabalho e educação profissional e técnica

Livros escritos por Fernando de Azevedo	**Educação:** *A educação e seus problemas* (1937). **Ensaios sociológicos:** *Princípios de sociologia* (1935). *Sociologia educacional* (1940). *Canaviais e engenhos na vida política no Brasil* (1948). *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962) **Escritos sobre cultura brasileira:** *A cultura brasileira* (1943).
Arquivo AFA	Documentos, planos de aula, planos de curso, cartas e outros escritos.
Autobiografia e livro de depoimentos	*Figuras do meu convívio* (1960). *Fernando de Azevedo* (2015).

Fonte: INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB).

Os textos de Fernando de Azevedo que têm algo a dizer sobre o trabalho, escola e trabalho e educação profissional e técnica foram identificados, categorizados e selecionados em três grupos:

a) os livros escritos por Fernando de Azevedo sobre as temáticas relacionadas à educação, estudos sociológicos e sobre a cultura brasileira;

b) os arquivos do AFA, que contêm documentos sobre as atividades realizadas por Fernando de Azevedo;

c) os livros autorais nos quais ele trata de pessoas de seu convívio e outro com depoimentos de intelectuais que compartilharam com ele algumas experiências.

As obras de Fernando de Azevedo que abordam trabalho, escola e trabalho e educação profissional e técnica selecionadas para análise serão abordadas no segundo capítulo desta dissertação.

1.2 Discussões de Fernando de Azevedo sobre a educação profissional

Ao buscarmos escritos de Fernando de Azevedo sobre a educação profissional, encontramos dois trabalhos que merecem a nossa atenção por serem correlatos a esta pesquisa. O livro *Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927–1930,* escrito por Sônia Câmara, analisa os discursos acerca da profissionalização feminina elaborados com a reforma escolanovista empreendida por Fernando de Azevedo no Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, de 1927 a 1930. Existiam quatro escolas profissionalizantes à época, porém, a autora optou por pesquisar o Instituto Profissional Orsina da Fonseca, criado em 1897. Esta escola, em regime de internato, é reconhecida como a primeira de ensino profissional voltada para meninas desamparadas, ou seja, suas práticas eram voltadas para a educação do trabalho feminino. Segundo dados da autora, parte do Programa desenvolvido nesta escola eram as oficinas de Corte e Costura, Flores, Chapéus e Renda e Bordado; exposições de trabalhos manuais; aulas teóricas e de ginástica; a arrumação e limpeza dos espaços no cotidiano do instituto, como inovações ou adaptadas aos pressupostos da Reforma (CÂMARA, 2013, p. 16–17).

Câmara (2013) apresenta a perspectiva de Fernando de Azevedo em instituir a escola do trabalho na capital do país por meio da escola profissional associada à importância da educação como fator de modernização e de integração nacional.

O Instituto Profissional Orsina da Fonseca, espaço de profissionalização feminina, foi registrado em fotos por Augusto Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em todos os ambientes capturados pela lente do fotógrafo transborda a ideia de ordem, de asseio, de higiene e de disciplina presente naquele espaço de formação profissional feminino (CÂMARA, 2013).

As imagens enfatizavam as atividades desenvolvidas nessas quatro escolas, por ocasião da reforma, que refletem as ações realizadas pela Diretoria-Geral de Instrução Pública a partir da iniciativa de Fernando de Azevedo. Essas escolas modelo, implantadas no Distrito Federal, serviriam de base para uma futura ampliação e consolidação desta reforma.

O trabalho de Câmara

> [...] trata da problemática em torno da educação feminina, repensando o papel assumido pela escola como elemento fundamental na constituição de uma nova consciência pedagógica sobre a função do trabalho profissional no contexto da reforma educacional, realizada pela Diretoria de Instrução Pública de 1927 a 1930. (CÂMARA, 2013, p. 26.)

Câmara desenvolveu uma pesquisa sobre a reforma educacional promovida por Fernando de Azevedo no Distrito Federal. Ao estudar a educação profissional nesse contexto, seu trabalho contribui para o entendimento do pensamento azevediano. A seguir, faz-se a análise sobre como a reforma abordou a educação profissional.

Interessante, na descrição, é o papel a ser desempenhado por escolas profissionalizantes voltadas ao público feminino no início do século XX:

> [...] lugar de configuração de práticas educativas de intervenção social, moral e cultural para mulheres nas décadas de 1920 a 1930, como lugar de autonomização da educação através dos discursos e práticas jurídicas e normativas que estabeleceram a legalidade das modificações pretendidas pelos reformadores. (CÂMARA, 2013, p. 26.)

Essas instituições exerceriam influência sobre como as mulheres das décadas de 1920 a 1930 deveriam comportar-se em sociedade, sobre a moral e os bons costumes. A idade mínima de admissão nesse internato era de onze anos, ou seja, essas escolas deveriam preparar as meninas desamparadas, crianças em processo de formação, para exercerem seu papel na sociedade. A Escola Municipal Orcina da Fonseca tinha um programa de Cursos Práticos de Artes e Ofícios e suas especializações além de um Programa de Curso Doméstico, em que os alunas aprendiam a cozinhar, realizar serviço de copa, lavagem de roupa, engomado e algumas especializações. Tanto o programa de cursos práticos quanto o de curso doméstico serviriam de base para a realização dessas tarefas em nível doméstico e/ou profissional.

Segundo Câmara, os intelectuais da década de 1920 buscaram aproximação entre o campo educacional e o medicinal ao pensar o país:

> Esse aspecto pode ser observado nas práticas instituídas no espaço escolar a partir da presença corrente dos discursos higienistas, mas também dos médicos e enfermeiras como parte significativa do movimento reformista escolanovista. (CÂMARA, 2013, p. 27.)

A corrente de pensamento higienista estava presente na cultura escolar desse período, por meio do ensino de disciplinas de Educação Higiênica, como parte do currículo.

Câmara (2013) pesquisou os discursos acerca da profissionalização feminina elaborados com a reforma empreendida por Fernando de Azevedo, especificamente no Distrito Federal, no período de 1927 a 1930. A autora analisou as bases do pensamento educacional de Fernando de Azevedo, ao atribuir à escola um papel central no processo de intervenção social, relacionando identidade nacional com modernidade. A década de 1920 foi um período de discussões sobre o papel da escola diante de mudanças que a sociedade brasileira demandava em face dos processos de modernização.

> Nesse cenário, a educação foi concebida como instrumento capaz de contribuir na resolução de alguns dos principais problemas que assolavam o país, como o analfabetismo, a ignorância e a doença, quando por meio da escolarização da população, pretendia-se promover a reeducação da sociedade. (CÂMARA, 2013, p. 46.)

Nesse contexto, surgiram as reformas da Instrução Pública dos anos de 1920. Esses projetos buscavam dar nova dimensão ao papel da escola na sociedade, conduzir a sociedade rumo à modernidade por meio dos conhecimentos científicos, racionais e técnicos:

> Para o educador Fernando de Azevedo, os intelectuais que estiveram à frente dos movimentos reformistas da educação dos estados, nas décadas de 1920 e 1930, acreditavam poder promover uma verdadeira revolução no sistema educacional. (CÂMARA, 2013, p. 48.)

As ideias escolanovistas reorganizaram a maneira de se pensar a escola e serviram de base para a elaboração das reformas regionais organizadas pelos diretores de instrução pública. Os intelectuais que aspiravam a essas mudanças captaram as demandas de seu tempo e os espaços por eles frequentados, suas redes de sociabilidade. Conhecer essas redes ajuda a entender as ideias que circulavam na ocasião, por onde esses intelectuais andavam, com quem

dialogavam. O projeto elaborado por Fernando de Azevedo para o Distrito Federal refletia os anseios dos grupos e dos lugares aos quais ele frequentava.

> Logo, a sociabilidade construída pelo educador nos possibilita entender o projeto de Reforma do Distrito Federal como um movimento filiado a um grupo intelectual que se organizava pela prerrogativa de identificar a educação como elemento de higienização, de eugenia e, portanto, de civilização do país. Esse grupo de educadores, ao qual Azevedo se filiava, buscava, entre outros aspectos, estabelecer a especificidade do campo educacional, cimentada pela ideia da institucionalização da educação, como parte das estratégias do Estado. (CÂMARA, 2013, p. 50.)

Institucionalizar a educação seria parte de um projeto maior do Estado, o projeto republicano de modernização da sociedade brasileira. Sendo assim, a escola deveria estar organizada para superar problemas e avançar, segundo Fernando de Azevedo, a partir de um projeto de urbanidade e civilidade. Nesse contexto, a educação passa a ser pensada não somente por suas demandas regionais, mas, como um problema nacional.

> Em sua concepção o reformar teria a incumbência de enfrentar a educação como um problema brasileiro que se definia no tempo e no espaço, sendo nesse tempo que suas soluções se construiriam. [...]. Esse programa apregoava o deslocamento do centro de gravidade do pensamento educacional individualista para a elaboração de uma perspectiva coletiva. (CÂMARA, 2013, p. 52.)

Câmara (2013) ajuda a entender as referências de Fernando de Azevedo ao propor a Reforma Educacional no Distrito Federal e a perspectiva de estendê-la a toda a nação. Segundo a autora, na base de seu pensamento social, Fernando de Azevedo recorreu a teóricos, tais como John Dewey, Decroley e Kerschernsteiner como interlocutores, ao conceber o sistema escolar e a educação de acordo com as exigências da sociedade moderna. Ao discutir a educação brasileira e seus problemas, direcionou seu olhar para a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924. Este seria o local de se discutir um projeto nacional de educação. Quanto ao aspecto social da educação, aqui chama a atenção a tríade proposta por ele. Deveriam compor o sistema escolar os princípios da comunidade, o da escola única e o da escola do trabalho.

Ao discutir educação, a *escola do trabalho* ocupa um lugar importante na reforma de Fernando de Azevedo, como um dos componentes do sistema escolar. Sobre os teóricos que

contribuíram para a formação do pensamento social de Fernando de Azevedo, Georg Kerschensteiner (1852–1932) é citado por seu pensamento em relação à escola do trabalho.

A escola do trabalho, proposta por Kerschensteiner e contemplada por Fernando de Azevedo em seu projeto de reforma educacional, propunha remodelar o currículo tradicional existente, incluindo o trabalho em suas atividades. Para a implementação desse modelo, as escolas deveriam criar espaços propícios ao desenvolvimento dessas atividades, tais como laboratórios e oficinas aparelhadas. Entretanto, o trabalho não era considerado como fim em si mesmo, mas deveriam produzir uma reação voltada para um valor de ordem e de coerência espiritual em si mesmo. O trabalho seria educativo quando cumprisse suas finalidades globais. Dessa forma, a escola pública que aderisse ao modelo em questão deveria erguer-se sobre a base do trabalho, buscar atingir uma formação profissional, uma formação moral e uma educação social da criança e do jovem.

Ao analisarem-se as obras de Fernando de Azevedo sobre educação e cultura brasileira, no capítulo dois desta dissertação, poder-se-á observar de que forma ele aborda a temática escola do trabalho e quais as aproximações com o pensamento de Kerschensteiner.

Câmara (2013), afirma que, por intermédio de um discurso técnico e científico, Fernando de Azevedo defendia o processo de escolarização da sociedade brasileira. Esse projeto fazia parte das interpretações construídas, das instituições existentes que organizaram como forças atuantes, dos recursos que permitiram a sua realização e visibilidade diante das reformas ocorridas na década de 1920.

Para Fernando de Azevedo a educação representa um ângulo privilegiado para se compreender a cultura do país. Sendo assim,

> A educação e a saúde foram vistas como fatores de integração nacional como elementos fundamentais na construção de uma nova nacionalidade, identificada com o pensamento científico. Minimizar os efeitos das duas "chagas nacionais", representadas pela doença e pelo analfabetismo, era o desafio do Estado, pois só dessa forma o país alcançaria o progresso e a modernidade desejados. (CÂMARA, 2013, p. 59.)

Sendo assim, para que o país progredisse e se modernizasse, a escola deveria mudar seu projeto, contribuir para resolver as mazelas da sociedade brasileira, a doença e o analfabetismo,

recorrendo à ciência e à técnica. Fernando de Azevedo vislumbrava, a partir da reforma proposta para o Distrito Federal, uma integração nos projetos educacionais num projeto nacional de educação voltado para as demandas sociais de seu tempo. A questão da nacionalidade proposta por ele buscava nas instituições e na escola os fatores da unidade nacional:

> [...] sua concepção de nação tem na escola e nas instituições educacionais o fator preponderante de assimilação pelas novas gerações dos princípios fomentadores da identidade nacional. O trabalho da escola era o de cimentar a consciência comum da nação. (CÂMARA, 2013, p. 62.)

No processo de direcionar o país rumo à modernidade, a escola deveria assumir um papel essencial, fazer com que as novas gerações assimilassem os princípios fomentadores da identidade nacional. Dessa forma, o espaço escolar deveria ser reorganizado de acordo com um modelo asséptico, higiênico e desejado moral e intelectualmente, só assim, poderiam vir o progresso e a modernidade já existentes em sociedades consideradas desenvolvidas. Esse projeto educacional moderno, idealizado pelos intelectuais dos anos 1920, recebeu influências do escolanovismo estadunidense, mas, também, europeu. Câmara (2013) afirma que a obra de John Dewey, traduzida e difundida por Anísio Teixeira, foi uma referência significativa do pensamento escolanovista no Brasil.

Fernando de Azevedo, com o projeto de reforma do Distrito Federal, almejava superar os entraves sociais que impediam o alcance da modernidade, do progresso e da integração nacional. Defendia a ideia de um novo país, um novo homem e uma nova educação. Seu pensamento refletia os anseios de outros intelectuais de sua época:

> O pensamento azevediano refletia as aspirações intelectuais do grupo de renovadores participantes da Associação Brasileira de Educação. Com olhos voltados para o futuro, esses intelectuais enfatizaram a necessidade de um projeto educacional que alterasse o presente condenado e lastimável e promovesse a elaboração de um futuro repleto de glórias e progresso. (CÂMARA, 2013, p. 67.)

A ABE era um dos lugares de fala de Fernando de Azevedo; seus associados reformadores preocupavam-se em como conduzir o país rumo ao futuro, a partir de um projeto

educacional, deixando as mazelas sociais e o atraso da sociedade de conduzir o país rumo ao futuro com de progresso.

O projeto educacional defendido pelos reformadores era a chave para superar o atraso promovido pela educação tradicional. Um novo humanismo, com a valorização da ciência e da cultura em detrimento da escola tradicional, da velha educação, indicariam os caminhos para o progresso. Diferentemente da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA), no Brasil a escola pública praticamente não existia ou existia muito precariamente. O movimento escolanovista visava, pois, no Brasil, a implantar um sistema nacional de educação. Fernando de Azevedo tornou-se grande opositor da escola tradicional ao defender uma educação que se aproximasse mais da realidade social dos alunos. O trabalho assumiu um papel importante no projeto reformista, pois poderia integrar o homem à sociedade.

No processo de construção de um país moderno e civilizado,

> [...] a educação, a saúde e o trabalho foram questões recorrentes nos discursos dos intelectuais, uma vez que eram identificados como os grandes problemas e entraves à construção de um país moderno e civilizado. Para a construção de uma nação moderna era preciso estabelecer mudanças na educação, uma vez que grassavam na sociedade problemas crônicos como o analfabetismo e as doenças. (CÂMARA, 2013, p. 91.)

Nesse sentido, no projeto de educação azevediano, a escola deveria ser um lugar de difusão do conhecimento científico, dos cuidados com a saúde e também do culto ao trabalho. Diante do processo de industrialização em curso no DF e em todo o país, existia uma preocupação por parte dos intelectuais modernistas em preparar as cidades e as pessoas para essa nova realidade.

> [...] só pelo trabalho o país conseguiria alcançar a civilização. Para este intuito civilizador era preciso transformar as antigas relações de trabalho, criando no povo hábitos higiênicos, corpos sãos, e estabelecendo a primazia da técnica. E para isso era preciso que a escola assumisse o papel de formação profissional do filho do operário, institucionalizando o trabalho à luz do pensamento moderno. (CÂMARA, 2013, p. 92–93.)

Câmara chama a atenção para mudanças ocorridas nas antigas relações de trabalho existentes até então, muitas vezes associadas à escravidão. A modernidade e o progresso

exigiriam desse novo trabalhador eficácia, produtividade e adequação ao mercado, portanto, a necessidade de aprender novos hábitos como o cuidado com o corpo, a higiene para evitar doenças. Tudo isso, além da primazia da técnica. Dessa forma, no final dos anos 1920, a escola mudou seu foco, até então a alfabetização de crianças, para uma escola primária integral,

> [...] considerada a principal instituição formadora do caráter nacional e da consciência da criança sobre a importância do trabalho eficiente e produtivo. Educar para o trabalho era a perspectiva do projeto de educação advindo com os educadores que gestaram um novo perfil para a educação do país. A partir de uma série de iniciativas, congressos de educação, inquéritos, conferências e a criação da Associação Brasileira de Educação em 1924, pretendia-se fundamentar nacionalmente uma discussão que apontasse para a construção de um projeto nacional de educação. (CÂMARA, 2013, p. 94–95.)

A educação, segundo a Reforma Fernando de Azevedo, passou a ser pensada como meio de promover a valorização do trabalho, hábitos de higiene e formação do caráter nacional daqueles que iriam assumir postos de trabalho numa sociedade em transformação. Segundo observa Câmara (2013), Fernando de Azevedo recorreu aos escritos sociológicos de Émile Durkheim para interpretar e explicar o que ocorria na sociedade brasileira, seus problemas políticos, econômicos e sociais, além de propor os fundamentos para sua ação no Estado.

Sobre a reforma promovida por Fernando de Azevedo no Distrito Federal,

> [...] trouxe como eixo de preocupação a busca da nacionalidade como fator de progresso, de civilização e de construção da identidade nacional. Para Azevedo, o projeto de modernização do país encontraria na educação as bases de apoio. Em sua concepção, não bastava apenas educar o povo, era preciso criar o enraizamento da criança no país, e a melhor forma para isso era o desenvolvimento de uma educação voltada para o trabalho. (CÂMARA, 2013, p. 99.)

Fernando de Azevedo atribuía importância significativa à educação escolar no processo de integração nacional, por isso a necessidade de enraizar os valores nacionais nas crianças e desenvolver práticas de valorização do trabalho para que o projeto de modernização do país se consolidasse. Fernando de Azevedo pretendia ampliar o ensino para toda a população em idade escolar, promover a unificação das instituições escolares, até então isoladas, sistematizando a

educação pública num plano único e modernizar a escola, local em que os alunos aprenderiam as virtudes sociais de uma sociedade industrial.

> Na base do seu projeto reformador da educação, Fernando de Azevedo visualizava o trabalho como elemento capaz de promover a articulação do ensino em todos os seus níveis, ensino primário, ensino profissional e ensino normal. (CÂMARA, 2013, p. 122.)

As escolas primárias deveriam ser lugares em que os alunos despertariam o gosto pelo trabalho, em que teriam os primeiros contatos com o trabalho manual e desenvolveriam as suas aptidões para serem exercidas posteriormente nas escolas profissionais:

> [...] a escola profissional tinha como premissa a preocupação com a produção e com a necessidade do domínio da técnica por parte dos filhos dos operários. Para isso, era preciso adequar as escolas às exigências do meio e do crescente processo de industrialização da sociedade brasileira dos anos 1920. (CÂMARA, 2013, p. 123–124.)

O ensino profissional deveria atender às demandas de uma sociedade em transformação, preparar os filhos dos operários para exercerem funções nas fábricas e para saberem comportar-se em sociedade. Câmara (2013) afirma que os pilares centrais da reforma azevediana no Distrito Federal eram: *a saúde, a moral e o trabalho.* Esses pilares seriam ensinados nas instituições de ensino. A escola teria um papel importante em conduzir seus alunos, suas famílias e a sociedade em geral em direção ao progresso e à modernidade:

> A escola do trabalho seria permanentemente vista como a escola de higiene. A partir das práticas higiênicas observadas na regulamentação das atividades complementares desenvolvidas com o pelotão de saúde, o escotismo, a assistência dentária e alimentar, as colônias de férias e as praças de jogos. Assim, em decorrência do ambiente e conforto, das instalações próprias e adequadas, bem como da ação conjunta de todas as autoridades e auxiliares esperava-se atuar sobre as crianças, transformando hábitos e instituindo práticas associadas à higienização dos indivíduos e dos espaços na gestão da vida. (CÂMARA, 2013, p. 165.)

Desenvolveu-se, assim, nas escolas primárias do Distrito Federal, uma cruzada pela educação sanitária, em que era instituída a prática de hábitos saudáveis por todos no ambiente

escolar. As crianças recebiam premiações por cumprir corretamente os deveres. Dessa forma, as práticas higienistas foram incorporadas ao ambiente escolar, formando "indivíduos produtivos e saudáveis" e de lá deveriam ser difundidas em toda a sociedade.

Em relação ao trabalho, um dos pilares da reforma azevediana, o

> [...] papel da escola mudou. Se até então era percebida como auditório, onde a criança participava como um mero espectador, as reformas escolanovistas propunham instituí-la como laboratório em que o mestre ensinava pelo trabalho de que participava, estimulando e orientando as atividades nas quais os alunos passaram a participar integralmente através de experimentação do que antes era apresentado apenas verbalmente pelos professores. (CÂMARA, 2013, p. 175.)

A escola deixa de ser mera reprodutora de conteúdos e passa a ensinar pelo trabalho, pela prática do trabalho realizado nas oficinas e demais espaços. Dessa forma, o aluno aprenderia as técnicas necessárias para o exercício de uma função nas fábricas.

Ao assumir a diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo

> [...] trouxe consigo a convicção no poder da educação como elemento de progresso e civilização. Educar significava assegurar os interesses do país, mas também criar a identidade do povo a partir da consciência de nossas necessidades nacionais. (CÂMARA, 2013, p. 176.)

Visando a que o país avançasse em direção do progresso e da civilização, a partir da educação, Fernando de Azevedo propôs mudança na organização escolar, sistematizou e normatizou ações para a construção de um projeto de educação a partir de ações planejadas e executadas pelo Estado. Ainda buscou agregar apoiadores para a execução desse projeto em diversas instituições, entre as quais, a Associação Brasileira de Educação e a Liga Brasileira de Higiene Mental. Contava também com o apoio do prefeito do Distrito Federal, Prado Júnior, e do presidente Washington Luís (CÂMARA, 2013).

O ensino público concebido por Fernando de Azevedo compreendia o ensino infantil; as escolas maternais; o ensino primário; o ensino vocacional, como cursos complementares às escolas normais, profissionais e domésticas; o ensino normal; o ensino técnico profissional de

quatro anos, realizado nas escolas e institutos profissionais e o ensino doméstico realizado nas escolas domésticas (CÂMARA, 2013).

O ensino foi reorganizado baseado em três princípios fundamentais, *escola comunidade, escola única e escola do trabalho*. A escola do trabalho

> [...] baseava-se na atividade como instrumento ou meio de educação, tudo se aprendia fazendo. O trabalho manual deveria ser empregado não somente como um meio de expressão, mas como um instrumento de aquisição. Além de aproveitar a atividade como um meio de ensinar, além de fazer trabalhar para aprender, o professor deveria procurar despertar e desenvolver o hábito e a técnica geral do trabalho entre as crianças. (CÂMARA, 2013, p. 196.)

A escola do trabalho, contemplada na reforma proposta por Fernando de Azevedo no Distrito Federal, deveria ensinar a técnica geral e desenvolver o costume e o gosto pelo trabalho. Dessa forma, ao valorizar os trabalhos manuais desenvolvidos nos diversos ambientes, o espaço escolar atuaria sobre o espaço social e familiar.

> A reforma sistematizou procedimentos e ampliou o espaço de aprendizagem que além da sala de aula passou a incluir as bibliotecas, os laboratórios, o prédio da escola, o cinema educativo, o teatro, o museu, os pátios das escolas, a quadra de ginástica, os refeitórios, as ruas, as praças e a casa. A partir da perspectiva do trabalho educativo e profissional, Fernando de Azevedo pretendia realizar a educação física, moral e intelectual, educando os sentidos e desenvolvendo a atenção, o raciocínio, a memória, a imaginação e a inteligência da criança, preparando-a para ser útil a si e à coletividade, a partir dos interesses da sociedade, que requeria a plena articulação entre pensamento e ação. (CÂMARA, 2013, p. 210.)

Duenhas (2017) afirma que os trabalhos manuais formam os indivíduos para uma vida em sociedade. Aprender fazendo possibilita a formação de indivíduos de inteligência integral, de formação mental e moral aprimorada.

> Os indivíduos, por meio dos trabalhos manuais, são formados para a vida em sociedade. Têm a questão do caráter e dos costumes desenvolvidos em acordo com a sociedade a qual pertencem. Têm seu senso de responsabilidade trabalhados a partir do dever da entrega do produto final de um projeto aceito e com perfeita correspondência a esse projeto. E isso foi possível justamente pela proposta do ensino ativo, onde se aprende fazendo. (DUENHAS, 2017, p. 134.)

Com a reforma, Fernando de Azevedo almejava que a criança tivesse acesso a diversos ambientes de aprendizagem, em que seria preparada para exercer alguma função de acordo com a sua vocação, mas, também, das demandas da sociedade.

Nas primeiras décadas da República,

> [...] evidencia-se uma ênfase maior na educação direcionada aos filhos dos operários e às crianças abandonadas. Esse movimento refletia a intenção de se afastar da criança os perigos de sua contaminação moral e física. Era preciso criar na criança o amor ao trabalho, a noção de bem e mal, ordem e desordem, instituindo uma moral pautada nos princípios fundamentais para a construção da civilidade e do progresso. (CÂMARA, 2013, p. 251–252.)

Existia uma preocupação tanto por parte do Estado, quanto por parte de médicos, juristas e educadores, em educar as crianças, futuros trabalhadores, para que não sofressem influência do que era considerado um mau exemplo, tais como repudiar o trabalho e gostar da desordem, ao invés disso, que desenvolvessem o gosto pelo trabalho.

Ao referir-se ao ensino profissional na reforma promovida no Distrito Federal, Fernando de Azevedo

> [...] centrou-se na organização e sistematização de procedimentos que orientassem a educação profissional difusa e fragmentada. Para isso, propôs a elaboração de Programas para os Institutos e Escolas Profissionais a partir dos quais as escolas masculinas e femininas deveriam se guiar. (CÂMARA, 2013, p. 256.)

De acordo com a Reforma Azevediana de 1926, o ensino profissional passou a ser organizado em três tipos de escola: as escolas primárias, uma modalidade de escola do trabalho educativo com a finalidade de preparar os alunos pelo trabalho e para o trabalho em geral; as escolas profissionais, escolas do trabalho profissional, em que a idade mínima de ingresso do estudante era de treze anos, e objetivava especializar e complementar a doutrina e a ação, dando ao aluno a técnica, a arte e a higiene de um ofício determinado; e os cursos complementares anexos, escola de ensino vocacional compatível com as especialidades de cada escola (normal, profissionais e domésticas). Ministravam o ensino vocacional compatível com as especialidades de cada escola.

Sendo assim, as escolas primárias deveriam educar para o trabalho, fazer com que as crianças desenvolvessem o gosto pelo trabalho, deveriam prepará-las pelo e para o trabalho. As

escolas profissionais deveriam cuidar da especialização do aluno em determinado ofício. Já os cursos complementares seriam ministrados, como ensino vocacional, de acordo com as especialidades de cada escola. As escolas foram reorganizadas de acordo com a necessidade social da região em que elas se localizavam, meio urbano, marítimo e rural.

> A proposta Azevediana procurava, via aptidões apresentadas pelos alunos nas diferentes oficinas, pelos resultados dos testes psicológicos aplicados, indicar o curso que se adequaria para cada um, pois dessa forma teria condições de melhor orientar e direcionar o aluno na escolha de uma profissão dentro do campo de possibilidade desenhado para aquela criança. A utilização dos testes mentais e pedagógicos ou de escolaridade tinha o objetivo de verificar e medir as qualidades mentais e o aproveitamento dos alunos nas diversas disciplinas; já os testes psicológicos eram aplicados como elemento de orientação profissional para os alunos que estavam terminando o ensino primário. (CÂMARA, 2013, p. 258.)

Segundo Fernando de Azevedo, os alunos apresentavam aptidões diferentes e para que o curso fosse mais proveitoso, eles deveriam passar por alguns testes que indicariam o caminho que devessem seguir rumo a alguma profissão. Em relação ao ensino profissional, Fernando de Azevedo conseguiu implementar novas práticas no espaço escolar:

> Mudar os hábitos da escola, para Azevedo, implicava instituir novas relações educacionais identificadas com os conhecimentos científicos e em consonância com as novas condições econômicas e sociais. Em sua compreensão a reconstrução da escola passava pela formação de valores úteis à sociedade, como também pela valorização técnica do elemento humano. Poderíamos dizer que na luta concorrencial no espaço da escola para a implementação de hábitos de trabalho, de higiene e de valorização da nacionalidade, a reforma conseguiu estabelecer bases para a realização do projeto [...] . (CÂMARA, 2013, p. 348.)

Dessa maneira, a nova escola formaria as próximas gerações com valores que seriam aplicados em sociedade, tais como a técnica, os hábitos de higiene, a da nacionalidade; a escola deveria instituir nova cultura escolar com elementos que fizessem a aproximação com a sociedade.

Fernando de Azevedo ficou no cargo de diretor-geral de Instrução Pública no Distrito Federal desde janeiro de 1927 até a eclosão da Revolução de 1930, quando se viu obrigado a voltar a São Paulo. Ao deixar o cargo, demonstrou preocupação em relação às iniciativas

promovidas com a reforma. Sobre as razões que impossibilitaram a resolução dos problemas da educação, Fernando de Azevedo concluiu que se deviam à falta de continuidade das obras coletivas e das iniciativas colocadas em prática, principalmente no que se referia ao ensino profissional, visto como fundamental para a construção de um país moderno (CÂMARA, 2013, p. 346).

Câmara (2013) concentrou seus estudos no ensino profissional feminino proposto por Fernando de Azevedo a partir da reforma no Distrito Federal. Seu texto contribuiu para se entender melhor o pensamento educacional de Fernando de Azevedo nos anos 1920, especialmente sobre a educação profissional. O foco desta dissertação é compreender nas elaborações de Fernando de Azevedo sobre a cultura e educação brasileiras, as abordagens sobre trabalho, escola e trabalho e educação profissional e técnica. No terceiro capítulo as obras de Fernando de Azevedo serão utilizadas para referenciar esse e outros períodos de sua escrita.

Outro trabalho consultado sobre as abordagens realizadas por Fernando de Azevedo em seus escritos sobre a educação profissional foi a dissertação de mestrado de Paulo Jorge de Oliveira Carvalho, intitulada "Ensino profissional para o setor terciário em São Paulo*:* a relação entre mercado de trabalho e ensino profissional pelos anúncios classificados do jornal O Estado de S. Paulo (1920–1930), defendida em 2005. Carvalho trata do ensino profissional na qualificação de funções para o setor terciário paulista no período de 1920 e 1930. Ele cita o inquérito sobre educação de 1926, elaborado por Fernando de Azevedo para o jornal O Estado de S. Paulo, especialmente a configuração do ensino comercial e sua relação com o mercado de trabalho em São Paulo na Primeira República. Segundo o autor, para discutir o ensino técnico e profissional, Fernando de Azevedo convidou Paulo Pestana (secretário da Agricultura e jornalista), Navarro de Andrade (chefe do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e eucaliptólogo), José Mello Moraes (professor de Química Agrícola, na Escola de Agronomia Luiz de Queiroz e químico agrícola), Roberto Mange (engenheiro mecânico, professor e diretor da Escola Profissional de Mecânica, anexa ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo), Teodoro Braga (professor, pintor, artista industrial e ex-diretor do ensino profissional estadual) e Paim Vieira (pintor e decorador).

> Azevedo, ao concluir o Inquérito, serve-se das respostas dos inquiridos para corroborar o seu posicionamento com relação ao ensino técnico e profissional, de tal forma a ratificar aquilo que já afirmara na apresentação do mesmo, ou seja, não haveria realmente outro destino para tal ensino – senão o estado "rudimentar e confuso" em que ele se encontrava – exatamente porque não se achava submetido, nem tampouco se articulara, a um sistema de ensino no qual houvesse uma correspondência maior entre as diversas instituições entre si, e fosse baseado, principalmente, no comando centralizado de um mesmo "sistema de idéias" que lhe garantisse uma característica de padronização única. (CARVALHO, 2005, p. 15.)

Fernando de Azevedo questionou o formato do ensino técnico e profissional existente até então, desarticulado, desvinculado do sistema de ensino comum a todas as instituições, que deveria ser organizado pelo Estado.

Carvalho, ainda na introdução, faz referência ao inquérito de 1926, não avança, porém, nas discussões. Afirma que o ensino técnico contemplado nas discussões de Fernando de Azevedo e dos inquiridos foi o ensino profissional agrícola e o ensino profissional de mecânica; as referências ao ensino profissional para o setor terciário não fizeram parte do Inquérito: "O ensino destinado ao preparo para as atividades técnicas comerciais realmente não faz parte do Inquérito – seja no conteúdo das perguntas elaboradas por Azevedo, seja nas respostas dos convidados a debater o tema" (CARVALHO, 2005, p. 16).

Sendo assim, o texto de Carvalho distancia-se desta pesquisa, por tratar-se de um estudo que estabelece uma relação entre o ensino comercial oferecido e a organização da sociedade paulistana, a fim de compreender, por meio do conteúdo dos anúncios, a dinâmica da vida societária e do mercado de trabalho, da vida cotidiana e do ensino profissional (CARVALHO, p. 36), e este, sobre as abordagens realizadas por Fernando de Azevedo em seus escritos sobre a educação profissional.

2 FERNANDO DE AZEVEDO E OS ACONTECIMENTOS DE SEU TEMPO

Preâmbulo

O segundo capítulo desta dissertação situa os acontecimentos da época de Fernando de Azevedo assim como o seu envolvimento em relação a eles. Busca situar também o lugar de fala de Fernando de Azevedo e a repercussão de suas ideias nas práticas educacionais do período analisado.

2.1 Brasil dos tempos dos primórdios da industrialização e urbanização

Alguns movimentos marcaram o Brasil dos anos 1920, dentre eles, o higienismo, a eugenia, o integralismo, o industrialismo e o escolanovismo. Muitos intelectuais brasileiros participaram ativamente dessas discussões, possivelmente por serem temas relevantes do momento, mas, também, por identificarem-se com eles.

Os anos 1920 foram anos de transformações na sociedade brasileira. Até então, o Brasil era um país essencialmente agrário com uma sociedade predominantemente rural. Decca (1991) expõe que nas décadas finais do século XIX ocorreram mudanças importantes na economia e na sociedade brasileira que favoreceram o processo de industrialização que se desencadearia mais tarde. Sobre os centros urbanos, afirma:

> [...] as chaminés das fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outro ritmo de atividades. Novas formas de vida surgiram ao lado das formas de viver do mundo agrário, existentes desde há muito tempo. (DECCA, 1991, p. 4.)

Pessoas que moravam no campo até então migraram para essas cidades para trabalhar principalmente nas fábricas, muitas delas moravam em vilas operárias, em casas fornecidas pelas fábricas ou em habitações coletivas desprovidas de um sistema eficiente de água e esgotos. Nesse novo contexto social era a sirene das fábricas que ditava o novo ritmo na vida do

trabalhador urbano e, não mais, os fenômenos da natureza, como ocorria até então no campo. Com a instalação da República em 1889, o processo de industrialização intensificou-se, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O avanço industrial brasileiro ocorreu de forma bastante setorizada; os ramos que mais se destacaram foram o têxtil e o alimentício:

> Nos inícios da República, empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes e dimensões podiam ser vistos nas cidades em crescimento: grandes fábricas e fabriquetas, oficinas, pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transporte e de serviços vários, etc. Mundos de trabalho urbano se constituíam e, ao longo das primeiras décadas republicanas, se tornavam grandes e diversificadas. (DECCA, 1991, p. 5.)

Decca (1991) salienta, entretanto, que apenas a partir das décadas de 1940 e 1950 as indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital se desenvolveram de modo significativo. Ainda afirma que a produção industrial no Brasil foi levada a cabo até os anos 1930, com capital nacional, proveniente da economia cafeeira.

O processo de industrialização e de urbanização brasileiro desde a instalação da República desenvolveu novas relações de trabalho, intensificou os problemas especialmente para a classe trabalhadora. Esta se encontrava diante de problemas relacionados a locais de moradia inadequados, má alimentação e saúde, que contribuíam para altos índices de mortalidade por doenças infectocontagiosas:

> Nos bairros operários e pobres das grandes cidades ou capitais brasileiras não havia saneamento básico, fiscalização, redes de esgotos, água encanada [...] as habitações inadequadas faziam com que ali a contaminação fosse maior e a mortalidade infantil mais alta que nos outros bairros. Se adicionarmos o dado da alimentação insuficiente ou deficiente, não causa espécie que entre os operários e seus filhos fossem mais elevados os índices de febre tifóide, disenteria, sarampo, lepra, meningite cérebro-espinhal, tuberculose. (DECCA, 1991, p. 57.)

Diante dessa constatação e em busca de possíveis soluções, surgem alguns movimentos. Os operários de fábricas passaram a organizar-se por meio dos sindicatos, da fundação de partidos e de greves e outras manifestações:

> O movimento operário entre 1917 e 1920 foi extremamente ativo e combativo não só em São Paulo, mas em várias regiões do Brasil. [...] Os anarquistas, principalmente os anarco-sindicalistas, foram os grupos que mais influenciaram o movimento operário brasileiro em suas primeiras décadas. [...] Assim, para que movimentos como o de 1917 fossem possíveis, formas de resistência operária eram efetivadas no dia-a-dia. (DECCA, 1991, p. 77.)

A classe trabalhadora organizou-se em busca de soluções para os problemas decorrentes de suas condições de trabalho, de moradia e de alimentação. No período de 1906 e 1920, foram organizados três congressos operários no Brasil, realizados no Rio de Janeiro, que reuniram sindicatos e associações de todo o país. Esses congressos reuniram anarquistas, socialistas e, depois de 1922, comunistas participaram ativamente do movimento operário até 1935, quando foram extremamente reprimidos pela Lei de Segurança Nacional de 1935, a "lei-monstro", instituída naquele ano pelo governo provisório de Vargas (DECCA, 1991, p. 84).

Outro movimento violentamente combatido pelo governo Vargas foi a Intentona Comunista, também chamada de Revolta Vermelha ou Levante Comunista. Foi uma série de revoltas acontecidas no ano de 1935. Esses levantes, ocorridos em três capitais brasileiras, Natal, Recife e Rio de Janeiro, foram liderados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e foram contra o governo Vargas. A Intentona recebeu apoio financeiro da Internacional Comunista, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), conhecida por *Komintern*. A ANL foi criada em março de 1935, com propostas de reforma agrária, também de impedir o avanço de regimes totalitários. No Brasil, a ANL recebeu apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado no contexto da República Velha, em 1922, mas também recebeu apoio de parte da sociedade católica, mulheres e de alguns militares. Em julho de 1935, a ANL foi colocada na ilegalidade, mesmo assim, organizou-se para tentar derrubar Vargas e instalar de forma provisória um governo popular liderado por Luís Carlos Prestes. A Intentona Comunista começou com uma série de levantes militares e contava com ações de operários. Entretanto, sem a ampla adesão dos operários, e apenas ocorrendo em três cidades, a revolta não deu certo. Os integrantes foram presos, perseguidos e torturados pelas tropas do governo Vargas.

Outro movimento ocorrido no Brasil com raízes fundadas nos anos 1920 foi o Integralismo. A Ação Integralista do Brasil (AIB) foi um movimento de inspiração fascista mais

importante organizado no Brasil. Fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com organização de massa implantada em todo o país.

O principal representante do Integralismo no Brasil foi Plínio Salgado, após entrar em contato com a experiência fascista em ocasião de viagem à Europa ainda em 1930. Ao voltar, apresentou essa ideologia às elites brasileiras. O Integralismo desenvolveu-se num período de crise decorrentes de questões político-econômica e cultural, mas, também, de nova situação internacional, com a Revolução Soviética e a ascensão dos movimentos fascistas pela Europa. Esse período representou um momento de mudanças no contexto histórico brasileiro.

> [...] intensificou-se a industrialização da economia; novas camadas urbanas se incorporaram à luta social e política; a legitimidade do sistema político da República Velha, dominado pelo grupo agrário exportador de São Paulo em aliança com Minas Gerais, começou a apresentar as primeiras fissuras com o movimento tenentista e uma mudança ideológica se operou entre as elites intelectuais. (Cf. Hélgio TRINDADE. Integralismo *et al.* (Coord.ˢ) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.)

O ano de 1922, ano do Centenário da Independência do Brasil, registrou acontecimentos que influenciaram e contribuíram para as transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira. Sobre esse período, a Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro, tornou-se importante referencial para reflexões estéticas no país, rompendo com os valores estéticos tradicionais. Ajzenberg afirma que o evento buscou contribuir com a renovação do ambiente artístico e cultural de São Paulo e do país. Acentua-se a necessidade de "descobrir" ou "redescobrir" o Brasil, repensando-o de modo a desvinculá-lo, esteticamente, das amarras que ainda o prendiam à Europa (AJZENBERG, Elza. A semana de arte moderna de 1922. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 7, 25–29.

Outro importante movimento desse período foi a nova organização política da classe operária com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundado em março de 1922, tinha por objetivo promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o pode político para promover a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. É o mais antigo partido político brasileiro, embora tenha atuado a maior parte de sua existência na ilegalidade (Cf.

PARTIDO comunista brasileiro *et al.* (Coord.ˢ). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

A criação do Centro Dom Vital, ligado à revista A Ordem, de orientação católica reacionária, prenunciou a renovação espiritual. Essa associação, fundada em maio de 1922, no Rio de Janeiro, foi considerada, segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o principal centro intelectual do Catolicismo brasileiro, até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro em 1941. Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, funcionava sob a supervisão das autoridades eclesiásticas, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma "nova geração de intelectuais católicos" (Cf. CENTRO Dom Vidal *et al.* (Coord.ˢ). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

Soma-se a esses acontecimentos, a primeira etapa da revolução política tenentista com a rebelião do Forte de Copacabana, ocorrida em julho de 1922. Esse movimento foi um protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República; os militares apoiavam a candidatura de Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro. Reivindicava o fim da República Velha, do sistema oligárquico além da insatisfação com punições de militares e contra o fechamento do Clube Militar (Cf. 18 Forte *et al.* (Coord.ˢ). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

As bases de sustentação da República Velha davam sinais de esgotamento, os movimentos dos anos 1920 foram decisivos, pois contribuíram para que mudanças significativas ocorressem na república brasileira.

> Os três elementos que formavam até então o tripé sobre o qual se apoiava o sistema político da Primeira República (a grande propriedade cafeeira e de criação; a economia primário-exportadora e o controle do poder político pela oligarquia rural) começaram a alterar suas bases no plano estrutural e ideológico, a partir das transformações que ocorreram desde a década de 1920. (Cf. Hélgio TRINDADE. INTEGRALISMO *et al.* (Coord.ˢ). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.)

A antiga ordem estabelecida, ligada a uma economia rural e a uma elite agrária que mantinha o controle das decisões políticas presentes na Primeira República foi perdendo espaço para um novo cenário – urbano, industrial e de massas –, com uma classe trabalhadora que se organizava em busca de melhores condições de trabalho e de vida, dando lugar ao que foi chamado de *Nova República*.

A Nova República, instituída em 1930, trouxe consigo elementos constituídos ainda no período pós-Primeira Guerra, que contribuíram para que ocorressem crises frequentes no sistema político brasileiro.

> A formação de um proletariado industrial, a insatisfação das camadas médias civis e militares em ascensão [...]. Os conflitos sociais do após-guerra e o ciclo de insurreições tenentistas, introduzindo a violência extra-sistêmica na arena política, engendraram a infra-estrutura da crise ideológica nas elites intelectuais. (Cf. Hélgio TRINDADE. INTEGRALISMO *et al.* (Coord.ˢ). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.)

Esses conflitos, civis e militares, introduziram uma novidade, uma violência extrassistêmica na arena política, a violência por parte daqueles que não se sentiam representados no cenário político.

2.2 A participação de Fernando de Azevedo nas discussões sobre as questões de seu tempo

Nesse contexto, os intelectuais modernistas colocaram-se na vanguarda das discussões sobre quais seriam as soluções para os problemas que impediam o país de avançar. Dentre esses temas de debate se destaca o eugenismo, que já vinha sendo discutido no cenário internacional por adeptos desse movimento. Sobre a eugenia, Diwan (2007, p. 16) afirma:

> A preocupação da comunidade médico-científica com os fenômenos ligados à população, tais como as epidemias, a miséria e o trabalho industrial, criarão novas estratégias de controle do corpo. Associadas às tecnologias já aplicadas em outros países do mundo, elas chegaram ao Brasil através da divulgação de associações e grupos eugenistas internacionais. Este controle tratará de investir no corpo individual, de estimular a ingerência policial e médica na vida conjugal e sexual de cada um. Essa intervenção tende a ser feita com o apoio do discurso médico, que a partir de então transporta a sexualidade e o corpo de

> cada um para o campo da ciência e muitos dos preceitos médicos desta para dentro da intimidade de cada núcleo familiar. Cria-se uma política científica, que pensará os "males do corpo" e suas soluções. A eugenia nasce no interior desse problema.

Observa-se que existia naquele período notável preocupação por parte da comunidade científica com os males do corpo. O corpo e seu controle passaram a ser o centro das discussões que chegavam ao Brasil por meio de grupos eugenistas. Segundo Diwan (2007), Renato Kehl foi o mais importante eugenista brasileiro e manteve proximidade com intelectuais brasileiros daquela época e que, juntos, higienistas e eugenistas, entraram em ação para pensar o social e colocar em prática as suas teorias.

> Higienistas pregam a higiene moral da sociedade. Não somente a saúde, mas também a conduta passa a ser objeto de estudo da higiene. Nessa perspectiva, a doença torna-se um problema econômico e requererá o isolamento e a exclusão dos menos adaptados. (DIWAN, 2007, p. 36.)

É notável dizer que os dois primeiros livros publicados por Fernando de Azevedo estão relacionados com o corpo. Em 1916 ele publicou *A poesia do corpo* e, em 1920, o livro *Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. Buscas realizadas no acervo eletrônico do jornal O Estado de S. Paulo, em que Fernando de Azevedo foi colunista no período de 1924 a 1926, em busca de artigos que ajudassem a entender seu pensamento nos anos 1920, levaram à localização de um discurso proferido por ele em razão de uma homenagem feita pelos amigos do Jockey Club do Rio de Janeiro. A publicação, intitulada "A higiene escolar e a higiene física do aluno", é de 11 de setembro de 1927.

Nessa publicação jornalística Azevedo expõe a importância de o Estado promover medidas eficazes de assistência social e sanitária, tais como a organização eficiente da inspeção médica e dentária, da educação física em bases científicas, até a preparação do meio favorável à educação higiênica e à assistência alimentar das crianças desamparadas. Em seguida, afirma representar as crianças tanto do meio rural quanto operário, ambas expostas, segundo ele, às mais diversas situações e que carregam a marca do meio social em que definham e todos os signos de uma debilidade congênita agravada pelas taras hereditárias. Outra preocupação que demonstrou em seu discurso foi com a organização dos espaços escolares para que a educação higiênica e a

educação física pudessem desenvolver-se. Esses espaços deveriam ser organizados com meios profiláticos eficazes, sendo assim, estariam colaborando com a defesa higiênica e econômica de um país em busca de modernização.

Diwan (2007, p. 76–77) afirma que o movimento eugenista latino-americano pensou de diversas maneiras os temas ligados à raça, à nação e à degeneração. Ainda que, em virtude da forte tradição católica, conservadora e elitista, desenvolveu-se um tipo de eugenia específica em cada país. O Brasil foi um dos países que buscou institucionalizar a eugenia por intermédio de biólogos atuantes. A Sociedade Eugênica de São Paulo (Sesp) foi criada, em 1918, por Renato Kehl (secretário-geral) e contou com a participação de nomes expressivos da sociedade paulista, dentre eles Arnaldo Vieira de Carvalho (presidente), que possuía parentesco com Júlio de Mesquita pelo casamento de seus filhos; Olegário de Moura (vice-presidente); T. H. de Alvarenga e Xavier da Silveira (segundos secretários); Argemiro Siqueira (tesoureiro arquivista); Arthur Neiva, Francisco da Rocha e Rubião Meira (conselho consultivo).

Esses médicos que faziam parte da Sesp tiveram a sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, em seguida, foram trabalhar no estado de São Paulo. Pelo menos dois deles atuaram como professores no curso de medicina da Faculdade de São Paulo: Arnaldo Vieira de Carvalho, um dos fundadores do curso em 1912 e Rubião Meira, nomeado para o corpo docente em 1916.

A sociedade eugênica de São Paulo organizava reuniões na Santa Casa de Misericórdia com a participação efetiva de seus membros no período de 1918 até o final do ano seguinte. As reuniões eram organizadas e conduzidas por Renato Kehl, como secretário-geral. Além das reuniões, a Sesp organizou palestras que levaram a eugenia para além dos encontros periódicos de seus membros. Stepan (2004, p.12) afirma que existia, naquele período, estreitos contatos entre jornalismo, literatura e medicina e que isso garantia aos assuntos ligados à eugenia espaço nos periódicos da época.

Além disso, sobre a Sociedade Eugênica de São Paulo, em consulta às publicações do acervo digital do jornal O Estado de S. Paulo nos dois anos de existência da Sesp, foram encontradas oito ocorrências no período de abril a setembro de 1918 e quatro ocorrências no período de abril a julho de 1919, conforme mostra o QUADRO 5:

Quadro 5 – Ocorrências sobre a Sesp no jornal O Estado de S. Paulo no período de 1918 e 1919

2 abr. 1918	Anúncio de transferência do dia da reunião da Sesp. D.r Renato Kehl.
4 abr. 1918	Descrição da reunião realizada pela Sesp.
10 abr. 1918	"Meninas feias e meninas bonitas: o que podem a medicina e a cirurgia em prol da estética da nossa raça". D.r L. P. Barreto (Luís Pereira Barreto, conhecido médico e positivista).
20 abr. 1918	Anúncio de uma conferência a ser realizada na Sede da Associação Cristã de Moços, organizada pela Sesp, em que Olegário de Moura dissertaria sobre "Saneamento, eugenia e civilização – o problema do Brasil".
7 jun. 1918	Convite aos alunos das escolas superiores da capital e todos os que pudessem interessar-se para assistir à conferência sobre "Profilaxia das moléstias venéreas", promovida pela Sesp e pela Associação Cristã de moços. Dr.Renato Kehl, secretário-geral.
8 jun. 1918	Convite aos alunos das escolas superiores da capital e a todos os que pudessem interessar-se para assistir à conferência sobre "Profilaxia das moléstias venéreas", promovida pela Sesp e pela Associação Cristã de Moços. D.r Renato Kehl, secretário-geral.
25 jul. 1918	Reportagem sobre a fundação de uma sociedade eugênica na Argentina.
6 set. 1918	Renato Kehl convida os associados, em nome do d.r Arnaldo Vieira de Carvalho, a comparecerem à reunião da Sesp.
27 abr. 1919	Comunicado oficial da Comissão de Educação Física da Associação Paulista de Esportes Atléticos, realizado em 22 de abril. Dentre as resoluções propostas: dirigir-se à Associação dos Cronistas Esportivos, à Sociedade de Medicina e Cirurgia e à Sociedade Eugênica, pedindo para indicarem representantes oficiais para participarem dessa Comissão. Dentre os participantes dessa reunião estava Fernando de Azevedo.
27 jun. 1919	"A consanguinidade e o casamento". Na sociedade eugênica de São Paulo. A segunda sessão extraordinária da sociedade. Pareceres e discursos. Outras notas. Oscar Freire (catedrático de Medicina Legal).
25 jul. 1919	Novamente sobre casamentos consanguíneos por Oscar Freire.
29 jul. 1919	Casamentos consanguíneos e a zootecnia moderna. D.r L. P. Barreto.

FONTE: O ESTADO DE S. PAULO.

As informações desse quadro indicam que o movimento eugenista paulista recorreu à imprensa tanto como meio de comunicação entre os associados, por ocasião de divulgação dos horários das reuniões, quanto como meio de divulgação das ações promovidas pela Sesp, mas, também, como forma de divulgar as ideias que circulavam entre seus associados. Outro ponto de destaque foi a aproximação da Sesp com a Associação Cristã de Moços, ao promover palestras direcionadas a esse público específico.

Sobre os eugenistas brasileiros, Stepan afirma que eles não

> [...] distinguiam entre natureza e cultura (nature e nurture), imaginavam vários tipos de reformas sanitárias capazes de melhorar a 'adequação' hereditária e, por conseguinte, 'eugênicas'. Para a inteligência médica brasileira, já predisposta a promover o saneamento como cura para todos os males do país, a eugenia tinha o atrativo de ser uma extensão do heroico trabalho de figuras como Oswaldo

> Cruz e Carlos Chagas pela redução do índice extraordinariamente alto de mortalidade infantil entre os pobres e das condições salubres das massas. Mesmo a promoção de esportes e do condicionamento físico, que Fernando de Azevedo adotou como causa particular na Sociedade Eugênica de São Paulo (Azevedo, 1919a, 1919b, 1960), pôde ser vista como "eugênica" porque "aprimorava a raça". A eugenia tornara-se uma metáfora para a própria saúde. (STEPAN, 2004, p. 21.)

Os eugenistas brasileiros promoveram discussões sobre reformas sanitárias, preocupações com a higiene, incentivo ao condicionamento físico e cuidado com o corpo. Stepan (2004) afirma que o jovem Fernando de Azevedo foi um dos membros de destaque da sociedade paulista que atuava na Sesp e que o assunto de seu interesse, nesse período, eram os cuidados com o corpo e o incentivo às práticas esportivas.

Azevedo foi eleito para o cargo de 1.º secretário da Sesp em janeiro de 1919. Nesse período, segundo consta no AFA, proferiu uma conferência intitulada "O segredo da maratona", publicada posteriormente em seu livro *Antinous* (1920). Dessa forma, Stepan indica a participação efetiva de Fernando de Azevedo na Sociedade Paulista de Eugenia, o que condiz com a produção de três obras sobre a temática, em 1916 e em 1920.

O jovem Fernando de Azevedo participou do movimento eugênico paulista, os livros seguintes por ele escritos, porém, apontam para uma mudança de direção em relação aos assuntos de seu interesse. Entretanto, ele retomou a temática quando assumiu o cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e promoveu a reforma nas escolas da capital.

Em 1920, o diretor da Sesp, Arnaldo Vieira de Carvalho, morreu e Renato Kehl mudou-se para o Rio de Janeiro, e as discussões sobre a eugenia perderam o fôlego em São Paulo. Diwan (2007, p. 103) afirma que as atividades da Sesp estavam encerradas, apesar de sua importância e iniciativa de vanguarda em relação à América Latina. Também levanta um questionamento sobre se a elite paulista de fato tinha interesse no tema ou se a Sociedade era um pretexto para participarem de debates sobre um tema na moda, a eugenia. No decorrer da década de 1920, o campo da eugenia consolidou-se na capital republicana. O certo é que Renato Kehl foi o principal defensor do eugenismo no Brasil; conseguiu apoio da elite paulista e, posteriormente, da elite carioca. Nas décadas de 1930 e 1940, porém, quando o eugenismo passou a ser questionado como intolerante e violento, seus apoiadores no Brasil redirecionaram seus

interesses e até omitiram a participação nesse movimento. Kehl ficou isolado, rotulado como reacionário e racista, e muitos de seus apoiadores se dispersaram sem deixar rastro em suas biografias (DIWAN, 2007, p. 121).

Certamente a Sociedade Eugênica de São Paulo foi um dos lugares de sociabilidade de Fernando de Azevedo nos anos de 1918 e 1919. Azevedo participou de atividades promovidas por essa instituição, escreveu livros sobre o corpo e a importância da educação física, além de artigos jornalísticos em que abordou temas como higiene escolar, educação higiênica e educação física.

Antes disso, Azevedo concluiu o curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo, em 1918. Começou seus estudos na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1914, transferiu-se para Belo Horizonte e terminou seu curso em São Paulo. Sobre esse período, Nelson Werneck Sodré, em entrevista a Penna, afirma que Azevedo se formou jovem.

> Naquele tempo, no Brasil, as pessoas tinham grande dificuldade de se inserir em qualquer atividade profissional porque, para ser nomeado, era preciso uma indicação política. Para qualquer lugar, até professora primária. Havia pouquíssimos concursos no Brasil, então a família tinha que se subordinar ao chefe político local, que indicava. Tudo era por indicações do aparelho político, partidário, dos grandes partidos: PRP – Partido Republicano Paulista em São Paulo; PRM – Partido Republicano Mineiro, chamado a Tarrafa, em Minas. (PENNA, 2015, p. 328.)

Sodré, ainda em entrevista a Penna, afirma que, diante desse contexto desafiador, Azevedo optou por sair de Minas Gerais e ir para um lugar com mais possibilidades, como a cidade de São Paulo, onde trabalhou lecionando e também escrevendo para jornal. Azevedo veio de uma família com catorze filhos, empobrecida em decorrência da má administração dos bens que tinham. Nas palavras de Sodré, eram “remediados”. Essa mudança de instituição durante a graduação pode ter sido uma estratégia adotada por Azevedo em busca de melhores condições para uma colocação profissional independentemente do jogo político da época.

Sobre a Faculdade de Direito de São Paulo, Schwarcz (2019, p. 227) afirma que, com o processo de independência política do Brasil, tornava-se necessária a formação de uma elite que pudesse assumir os rumos da nação. Sendo assim, foi criada a Faculdade de Direito, inaugurada

em março de 1828. Passados os processos de fundação e adaptação, a escola de Direito de São Paulo tornou-se um dos lugares para o qual os intelectuais do país convergiam:

> [...] a faculdade paulista se transformava rapidamente em um centro de "eleitos" especialmente treinados para a condução dos destinos da nação. [...] já no período republicano associada ao poder econômico regional e contando com uma clientela privilegiada em termos financeiros, a escola de direito de São Paulo transforma-se em um dos grandes legitimadores do novo jogo político vigente. (SCHWARCZ, 2019, p. 233.)

Schwarcz afirma que os juristas formados pela faculdade paulista se consideravam distintos dos demais cientistas nacionais por entender que exerciam um papel civilizador:

> Eram eles os "eleitos" para dirigir os destinos da nação e lidar com os dados levantados pelos demais profissionais de ciência. Na sua visão, encontravam-se distanciados do trabalho empírico dos médicos, das pesquisas teóricas dos naturalistas dos museus, da visão eclética e oficial dos intelectuais dos institutos históricos e geográficos. Entendiam-se como mestres nesse processo de civilização, guardiões do caminho certo. (SCHWARCZ, 2019, p. 245.)

Dessa forma, a Faculdade de Direito de São Paulo preparou esses "ungidos" para assumirem cargos, como homens de Direito, homens de Estado, que se sentiam no comando das decisões que levariam o país ao caminho do progresso. Muitos desses profissionais acabaram assumindo cargos públicos ou tornaram-se políticos que representavam os interesses dos grupos aos quais estavam vinculados. Azevedo pertencia a esse grupo seleto, ocupou cargos públicos, escreveu para periódicos, participou de associações, atuou no magistério, no jornalismo e como homem público. Fernando de Azevedo trabalhou como redator e crítico literário no jornal O Estado de S. Paulo no período de 1924 a 1926. Sobre esse período, no livro *Figuras de meu convívio,* publicado em 1960, dedicou um dos capítulos a Júlio de Mesquita Filho. Azevedo afirma que o grande jornal de Mesquita era um lugar de liberdade e independência, da inteligência e da cultura. Ainda, que o jornal se tornou

> [...] o centro de convergência de trabalhadores intelectuais, de poetas e escritores, de homens de pensamento e de ação. Foi ali que travei a maior parte de minhas relações com homens de ciência, pesquisadores e profissionais eminentes, do país e do estrangeiro; e na mesma sala, em que à volta de Júlio de Mesquita Filho, se discutiam com elevação problemas culturais e científicos, se

> assestavam as baterias das campanhas políticas. Não podia ser, pois, senão de efervescência intelectual e de agitação de ideias, a atmosfera que criava o "Estadão" a confluência dessas duas forças vivas, a do espírito crítico e científico. (AZEVEDO, 1960, p. 87.)

Azevedo afirma que *O Estadão* foi um dos lugares de discussão livre sobre os problemas culturais e políticos enfrentados pela sociedade brasileira que atraía intelectuais que tinham interesse comum nesses debates. Ainda que, embora tenha desenvolvido uma amizade fraternal com Júlio Mesquita Filho, o que os uniu desde os primeiros contatos foi o interesse comum pelo progresso científico, pela valorização da cultura e pela fundação da Universidade de São Paulo (USP):

> Não foi somente um posto de observação nem apenas uma situação estratégica, que Júlio de Mesquita Filho encontrou no "O Estado de S. Paulo", mas um campo de encontro e de debate de ideias, que lhe consolidaram a posição em face dos problemas culturais e políticos do país, e lhe fortaleceram a consciência da necessidade de se criar a Universidade, e, com ela, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (AZEVEDO, 1960, p. 88.)

No período em que trabalhou no *Estadão*, a pedido de Júlio Mesquita Filho, Fernando de Azevedo realizou dois importantes inquéritos, sobre a Arquitetura Colonial Brasileira e sobre a Educação Pública em São Paulo, abordando os problemas fundamentais do ensino em todos os graus e tipos. O resultado do inquérito sobre a educação foi publicado em 1937 sob o título: "A educação pública em São Paulo: problemas e discussões: inquérito para o OESP em 1926", título modificado na segunda edição, em 1960, para: "A educação na encruzilhada" (CASTRO, 1994).

2.3 Fernando de Azevedo e o interesse pela educação

Dina Fleischer Venâncio Filho, em entrevista para o livro *Fernando de Azevedo*, afirma que Azevedo começou estudando educação física, fez crítica literária, depois, por acaso, começou a interessar-se por educação (PENNA, 2015). Numa comparação, afirma que, a educação sempre foi o interesse maior de Anísio Teixeira, que foi aos Estados Unidos da

América para estudar educação; estudou na Columbia University, foi aluno de Dewey. Azevedo despertou interesse maior pela educação a partir desse inquérito, resultado de uma série de entrevistas dele com Reinaldo Porchat, Lourenço Filho, Francisco Azzi, A. F. de Almeida Júnior, Renato Jardim, José Escobar, Sud Mennuci, Paulo Pestana, Navarro de Andrade, J. Melo Morais, Roberto Mange, Teodoro Braga, Paim Vieira, Rui de Paula Sousa, Mário de Sousa Lima, Amadeu Amaral, Ovídio Pires de Campos, Raul Briquet, Teodoro Ramos e Artur Neiva.

Sobre a formação cultural de Azevedo, Antônio Cândido afirma, em entrevista a Penna (2015, p. 76), que ele era atualizado e queria estar sempre em dia, mas guardava do passado a confiança inabalável no progresso, que não foi quebrada pela formação jesuíta [...]. Ele superou o que havia disso na formação jesuítica e era um humanista laico. Ainda que ele tenha conseguido superar o humanismo clássico, ele

> [...] teve a lucidez de perceber que preconizar este equivalia a uma volta ao passado, e ele visava o futuro. Superou o conceito de humanismo clássico dentro do qual se formou e passou-o pelo filtro das ideias de progresso [...]. Queria um humanismo moderno nutrido pelo conhecimento contemporâneo e capaz de animar a ação. Na verdade, para ele o humanismo seria socializante. Era a mola que levaria a sociedade, e achava que poderia se nutrir de outras modalidades de conhecimento, sobretudo o científico, porque a ciência na sua concepção poderia ser humanizadora por excelência. (PENNA, 2015, p. 77.)

Sobre seu convívio com Azevedo, Antônio Cândido ainda afirma que aprendeu com ele que humanismo não é próprio dessa ou daquela modalidade de saber, mas, do uso que se faz socialmente dela. Daí a ciência ser segundo ele humanística por excelência no contexto contemporâneo.

Outra importante influência na vida intelectual de Fernando de Azevedo foi o contato que teve no início dos anos 1920 e a iniciação na obra de Durkheim por influência de Júlio de Mesquita Filho. Antônio Cândido afirma:

> Esta foi a meu ver a grande transformação na vida intelectual dele. Ele lia Durkheim em dois sentidos. Em primeiro lugar como criador do método científico objetivo da sociologia, conceito de que nunca abriu mão, pois sempre achou que os fatos sociais devem ser estudados como coisas. Em segundo lugar via em Durkheim um modo novo de encarar a educação, e um caminho para certo tipo de socialismo. (PENNA, 2015, p. 81.)

Esse tipo de socialismo, segundo Antônio Cândido, em resposta a Penna (2015), seria inspirado em moldes franceses, com base na associação, na divisão do trabalho e nos grandes ideais humanitários. Ainda afirma que Azevedo foi um bom durkheimiano e que, a partir dessa influência, criou uma sociologia objetiva da educação, exposta num texto claro e admiravelmente estruturado.

Certamente os textos de Durkheim se encontram na base do pensamento azevediano, ele, porém, não se ateve somente a essa linha de pensamento. Em certo momento ele se mudou de direção e incorporou o pensamento de Dewey em sua obra. Florestan Fernandes, em entrevista a Penna (2015), afirma que Azevedo

> [...] não era um simples imitador, ele não procurou imitar Durkheim, porque uma coisa que eu saliento é a maneira pela qual coloca o problema da educação, uma maneira pela qual o próprio Durkheim ficava superado. Na verdade, você tem uma encruzilhada aí: o Fernando de Azevedo, embora não fosse conhecedor profundo do Dewey, faz uma bifurcação e procura... Porque estamos numa situação latino-americana, tem algo parecido com os EUA; então, talvez a via prática impôs a ele essa correção. Por isso, é preciso dar dignidade ao significado da obra dele, a ciência respondia a uma capacidade que ele tinha de trabalhar organicamente com a realidade. (PENNA, 2015, p. 206.)

Em 1929, como era diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, Azevedo conheceu Anísio Teixeira. Ele havia acabado de chegar dos EUA depois de uma temporada de estudos e trouxe consigo uma carta de Monteiro Lobato:

> Fernando. Ao receberes esta, pára! [...] atende o apresentado pois ele é o nosso grande Anísio Teixeira, a inteligência mais brilhante e o maior coração que já encontrei nestes últimos anos de minha vida. O Anísio viu, sentiu e compreendeu a América e aí te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo no mundo. Ouve-o, adora-o como todos os que o conhecemos o adoramos, e torna-te amigo dele, como me tornei,como nos tornamos eu e você. Estou escrevendo a galope, a bordo do navio que vai levando uma grande coisa para o Brasil: o Anísio lapidado pela América. (AZEVEDO, 1960, p. 111.)

Azevedo conheceu Anísio Teixeira por indicação de Monteiro Lobato e, a partir desse encontro, entrou em contato com o pensamento de Dewey:

> Eu conheci Anísio Teixeira, como já lembrei, logo depois de sua volta o país, de uma viagem aos Estados Unidos, onde havia feito no Teachers College da Columbia University o ano regular de 1928–1929, graduando-se nos últimos dias de maio. Esse foi (escreve-me ele) "um período extraordinariamente significativo em minha vida, que se iniciou com a descoberta de Dewey, o conhecimento de Lobato e o encontro com v. no Rio, entre junho de 28 e junho de 1929. Tenho a impressão que foi nesse ano que me encontrei comigo mesmo". (AZEVEDO, 1960, p. 124.)

Maria de Lourdes Gomes Machado afirma, em entrevista a Penna, que as visões de educação de Teixeira e Azevedo eram diferentes:

> O Anísio dizia que a educação é um problema técnico e, nesse ponto, eu penso que o Fernando de Azevedo tinha uma visão diferente, porque para o Fernando de Azevedo a educação não é só um problema técnico, é também problema político. Político no sentido amplo da palavra, portanto, filosófico. Ele repete muito isso. Não é que ele negasse a importância dos problemas técnicos, pedagógicos... [...] O Anísio foi muito influenciado pelos estudos que ele fez nos Estados Unidos. Ele veio muito "deweyiano" de lá, muito pragmático. Ele se conservou sempre um discípulo de Dewey. O Fernando de Azevedo era mais humanista. (PENNA, 2015, p. 322.)

Azevedo tinha uma base humanística consolidada, a partir de sua formação com influência da cultura europeia. Entretanto, como afirma Florestan Fernandes (*apud* Penna, 2015), diante da realidade brasileira, semelhante a dos EUA, a via prática impôs a Fernando de Azevedo essa correção. Dessa forma, ao desenvolver sua base de pensamento educacional, recorreu inicialmente a Durkheim, um positivista francês, e incorporou as ideias de Dewey, um pragmatista anglo-americano.

Em consulta ao acervo de Fernando de Azevedo no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), foram pesquisados alguns planos de curso da cadeira de Sociologia (II), como professor da USP. Foram encontradas referências nas indicações bibliográficas tanto de Durkheim quanto de Dewey. No curso III, "A educação secundária do ponto de vista sociológico", ministrado ao 2.º ano de Pedagogia, Azevedo indica três obras de Dewey, *The school and society*, *Schools of tomorrow* e *Democracy and education,* e uma obra de Durkheim, *Education et sociologie*. A pasta em que se encontram esses documentos não tem o registro da data de sua elaboração, embora conste a indicação bibliográfica de dois livros seus, *Sociologia educacional* (2.ª ed. de

1951) e *Princípios de sociologia* (5.ª ed. do mesmo ano. Ou seja, esses planos de curso foram feitos depois desse período. Já os planos de curso "Estrutura Social e Educação (A crise da educação contemporânea)", datados de 1951 e 1952, também foram ministrados para a turma do 2.º ano do curso de Pedagogia. Nele consta a referência do livro de Dewey *Democracia e educação* (edição nacional de 1936) e *Éducation et sociologie*, de Durkheim (1934). (Arquivo IEB – USP, Fundo/Coleção/DROS, código de referência: FA-AP-A).

O primeiro contato de Azevedo com a obra de Durkheim ocorreu no início dos anos 1920 por influência de Júlio de Mesquita Filho, e com a de Dewey no final dos anos 1920, por influência de Anísio Teixeira. Ao elaborar suas aulas para a disciplina de Sociologia, Azevedo recorreu a diversos teóricos, dentre eles Durkheim e Dewey, que fizeram parte da bibliografia indicada aos alunos do curso de Pedagogia da USP. Ou seja, ao discutir as questões educacionais deste período, Azevedo recorreu aos escritos de ambos.

Sobre o processo de fundação da USP, em *Figuras de meu convívio* Azevedo afirma que as salas de redação do *Estadão* foram o berço dessa instituição:

> Ali é que Júlio de Mesquita Filho e eu, tantas e tantíssimas vezes, em cerca de 17 anos, sonhamos juntos a criação e, afinal juntos, projetamos o plano da Universidade de São Paulo, que o seu eminente fundador pôde, em três anos, pela fôrça de seu espírito construtivo, transformar na mais fecunda realidade, inaugurando uma época de pesquisas e rasgando novas perspectivas à educação nacional. (AZEVEDO, 1960, p. 82–83.)

Azevedo participou ativamente da fundação da Universidade de São Paulo, como um dos planejadores, redigindo seu anteprojeto, durante o governo de Armando de Salles Oliveira. Catedrático do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, proferiu conferências, algumas delas noticiadas pelo *Estadão*, como as que ocorreram no ano de 1936, patrocinadas pela Reitoria da USP. Essas três conferências ocorreram na Faculdade de Direito, com o tema geral "Política e Educação".

Nesse período Azevedo dirigia o Instituto de Educação do Estado de São Paulo e, segundo consta no *Estadão*, era uma das autoridades de projeção nacional no campo da educação. Foram convidados para a primeira conferência as altas autoridades do Estado, os professores e alunos da Universidade.

Ainda em 1926, durante a presidência de Washington Luís, Azevedo mudou-se para o Rio de Janeiro e, a convite de Antônio da Silva Prado Júnior, prefeito do Rio de Janeiro, para tornar-se diretor de Instrução Pública e de lá promoveu a reforma educacional no Distrito Federal. Nesse mesmo ano aconteceu a chamada Revolução de 1930 e Fernando de Azevedo retornou a São Paulo, onde retomou as suas atividades como professor de Sociologia e jornalista.

Outro lugar de sociabilidade de Fernando de Azevedo foi a Associação Brasileira de Educação (ABE). Fundada em 1924, na cidade do Rio de Janeiro, contribuiu para que ocorressem mudanças no sistema educacional brasileiro, constituindo um espaço de debates sobre as questões educacionais a partir dos anos 1920. Segundo consta no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a

> ABE era uma sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos. Fora do Rio de Janeiro, onde se localizava sua sede, a filiação à entidade se fazia por meio das seções regionais que gozavam da mais ampla autonomia. A atuação da associação se dava por meio de encontros, onde se discutiam temas de educação, de cursos, de publicações, de pesquisas, e, principalmente, por meio de conferências ou congressos nacionais de educação que abordavam temas específicos. (Cf. XAVIER; CUNHA *et al.* ABE (Coord.ª). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

Quadro 6 – Conferências e congressos realizados pela ABE

Conferência	Local e data	Assuntos abordados
I Conferência Nacional de Educação	Curitiba – 1927	Ensino primário. Formação de professores.
II Conferência Nacional de Educação	Belo Horizonte – 1928	Educação, política sanitária, agrícola, doméstica, ensino secundário.
III Conferência Nacional de Educação	São Paulo – 1929	Ensino Primário, ensino secundário, ensino profissional, organização universitária.
IV Conferência Nacional de Educação	Rio de Janeiro – 1931	Grandes diretrizes para a educação popular.
V Conferência Nacional de Educação	Niterói – 1932–1933	Sugestões à Assembleia Constituinte.
VI Conferência Nacional de Educação	Fortaleza – 1934	Educação pré- escolar.
VII Congresso Nacional de Educação	Rio de Janeiro – 1935	Educação Física.
VIII Congresso Nacional de Educação	Goiânia – 1942	Ensino primário.
IX Congresso Nacional de Educação	Rio de Janeiro – 1945	Educação democrática.
X Congresso Nacional de Educação	Rio de Janeiro – 1950	Poder do Estado e instituições de ensino.
XI Conferência Nacional de Educação	Curitiba – 1954	Divulgação das Nações Unidas e financiamento do ensino.

Fonte: CPDOC.

As atividades da ABE foram intensas desde a sua fundação até meados dos anos 1930. Destaque desse período, além das reformas educacionais promovidas nos estados, foi a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

> [...] defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. As ideias dos signatários do manifesto, hegemônicas no âmbito da ABE, compuseram-se com as do movimento católico leigo, seu principal oponente, para a apresentação de uma sugestão unificada à Assembleia Constituinte. (Cf. XAVIER; CUNHA *et al.* ABE (Coord.ˢ). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* – pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.)

As propostas elaboradas pelos reformadores nos estados brasileiros na década de 1920 serviram de referência para a busca da integração na educação nacional. Sendo assim, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, redigido por Fernando de Azevedo, foi lançado em

março de 1932, um pouco depois da realização da IV Conferência Nacional de Educação, ocorrida em outubro de 1931, evento convocado pela ABE, em que foram discutidas as grandes diretrizes para a educação popular.

Sobre o Manifesto e sua composição, José Gonçalves Gondra afirma que

> [...] um grupo de 23 homens e 3 mulheres deu visibilidade a um manifesto endereçado ao povo e ao governo. [...] busca-se traçar um plano geral para a reconstrução da educação nacional. Heterogêneos em suas biografias e perspectivas de vida, esses 26 intelectuais tornaram públicos, sob a pena de Fernando de Azevedo, pontos em torno dos quais os mesmos admitiam haver acordo. Aí, o problema da educação nacional, sua função, finalidades, valores, relação Estado–educação, processo educativo, plano de reconstrução, formação dos professores, e a questão da democracia, entre outros [...]. (XAVIER, 2004, p. 19.)

Mesmo possuindo trajetórias distintas, esses intelectuais tinham algo em comum, os problemas da educação brasileira, e isso os uniu em torno dessa causa maior, superar esses problemas e conduzir o Brasil rumo ao progresso e à modernidade. Xavier (2004) afirma que diversos grupos faziam parte da ABE e que o Manifesto representa apenas um desses grupos dentro desta instituição:

> [...] o Manifesto representava o posicionamento de apenas um dos grupos filiados à ABE, demarcando com vigor as diferenças entre as concepções e intenções de seus signatários em contraposição às concepções de outros grupos igualmente filiados à ABE, especialmente do grupo católico, que até aquele momento detinha o controle político da associação. [...] Dessa forma, o Manifesto deveria lançar em nível nacional, o projeto de um grupo que reivindicava para si a liderança na condução do processo de modernização do país. (XAVIER, 2004, p. 25.)

O principal grupo opositor dos defensores da educação nova, dentro da ABE, foi parte do grupo ligado ao Catolicismo. Libânia Nacif Xavier descreve-os como o bloco dos conservadores e aponta algumas de suas divergências com o grupo dos pioneiros da educação:

> Enquanto os pioneiros viam na ciência a chave do progresso da humanidade, os católicos insistiam que a religião é que se constituía em fator de progresso e viga mestra da civilização. Contrapondo-se aos católicos, que interpretavam a questão social como uma questão espiritual a ser solucionada com base em uma reforma moral da sociedade, os pioneiros propunham intervenção racional no

> sistema educacional ampliando-a ao âmbito de uma reforma social. (XAVIER, 2004, p. 31.)

Afirma também que, ao

> [...] contrário dos católicos, que encaravam o passado como criador de valores, e portanto como força viva e atuante no presente, os pioneiros mostravam-se mais preocupados em construir o futuro da nação. Assim, enquanto os católicos se batiam pela preservação do ensino religioso fundamentado no respeito à tradição católica do povo brasileiro, os pioneiros defendiam a adaptação constante do sistema educacional à evolução do mundo e da sociedade, nos quais as ciências e suas aplicações técnicas assumiam uma importância cada vez maior. (XAVIER, 2004, p. 32.)

As divergências de pensamento entre esses grupos eram muitas. De um lado, a defesa da ciência e de suas aplicações técnicas, da intervenção racional, por parte do grupo liberal; de outro, a defesa da manutenção da tradição católica com soluções a partir de uma reforma moral da sociedade, a manutenção do ensino religioso no currículo escolar, ou seja, que a solução para os problemas da educação brasileira estariam num plano espiritual.

O grupo conservador manteve a hegemonia dentro da ABE desde a sua fundação, após a IV Conferência Nacional de Educação (1931), porém, a situação mudou-se com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Desde então, o grupo dos pioneiros passou a assumir uma importância maior nas discussões dentro da ABE. Segundo Xavier, a

> [...] ampla repercussão do Manifesto possibilitou uma rápida hegemonização dos pioneiros entre os educadores que participavam da ABE. [...] o fato é que a hegemonia dos pioneiros no interior da ABE já vinha dando sinais visíveis de sua consolidação desde 1931, quando a Assembleia Geral elegera Anísio Teixeira e Carneiro Leão para a presidência dessa associação e viu-se amplamente consolidada com o lançamento do Manifesto dos pioneiros da educação nova. (XAVIER, 2004, p. 35.)

Sobre o Manifesto Xavier (2004) afirma:

> O manifesto era apresentado, então, como uma bandeira revolucionária a ser empunhada por um grupo que, segundo seu redator, constituía o único grupo capaz de "coordenar as forças históricas e sociais do povo", seja pelos esforços já realizados, seja pela consciência de sua missão social. (XAVIER, 2004, p. 27.)

Azevedo, como redator, afirmava que os signatários do Manifesto formavam um grupo coeso e capaz de apontar soluções eficazes para os problemas educacionais enfrentados pela sociedade brasileira, ao defender a escola pública, obrigatória, gratuita e leiga e da coeducação, em que meninos e meninas poderiam estudar no mesmo ambiente escolar.

Entretanto, para que a reforma se concretizasse, os pioneiros destacaram a necessidade da participação efetiva do Estado em sua implementação, ainda que ela fosse reconhecida como função pública e de responsabilidade do Estado:

> Considerando o Estado elemento primordial para a efetivação de seu projeto, o Manifesto atribui a essa instância superior a capacidade de viabilizar mediante a ação dos grupos de comprovada competência técnica, a transformação da educação em uma função social e eminentemente pública. (XAVIER, 2004, p. 34.)

Em análise sobre o papel dos pioneiros no contexto em que atuaram, Xavier afirma que:

> A geração dos pioneiros foi típica de um período de transição política, teórica e institucional. Por isso, muitas vezes, a sua atuação foi ambígua, expressando a dubiedade de um grupo de intelectuais formado por generalistas que se tornaram especialistas; por funcionários públicos que, mesmo ocupando postos no aparelho de Estado, procuraram contribuir para a autonomização do campo científico em relação à política estatal. Essa geração também era formada por laicistas que, em sua maioria, contraditoriamente, tiveram a formação escolar desenvolvida nos limites da pedagogia jesuítica. Entre os pioneiros, predominava a forte convicção no poder da ciência como instrumento capaz de orientar a formulação e condução de políticas públicas no sentido do aproveitamento inteligente das tendências históricas do país, em uma época na qual as ideias ligadas à eugenia ainda exerciam influência na conformação de noções e preceitos ditos científicos. (XAVIER, 2004, p. 36–37.)

Os intelectuais brasileiros dos anos 1920, participantes do movimento escolanovista, frequentaram a ABE, e de lá propuseram mudanças significativas para a educação brasileira. Fernando de Azevedo esteve à frente na elaboração do Manifesto de 1932, direcionado ao povo e ao governo. Em 1959, os educadores foram novamente convocados a participar de novo Manifesto, também redigido por Fernando de Azevedo e novamente destinado ao povo e ao governo. Esse Manifesto reafirma a busca de uma educação pública de melhor qualidade.

Azevedo encontrava-se no cerne das discussões relativas aos problemas da educação brasileira e aproveitou os espaços pelos quais circulou para expor seu pensamento educacional. Será abordado o pensamento de Fernando de Azevedo mais adiante quando esta dissertação tratar da sua produção literária.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ESCRITOS DE FERNANDO DE AZEVEDO

Preâmbulo

O terceiro capítulo desta dissertação focaliza a educação profissional tal qual abordada em obras escritas de Fernando de Azevedo. Depois de uma exploração geral em sua obra escrita, em busca de referências à educação profissional, foram selecionados dois livros para um exame em profundidade. O primeiro livro foi *A educação pública em São Paulo: problemas e discussões*", escrito em 1937, a partir dos dados levantados para "Inquérito sobre a educação". Esse inquérito foi realizado por Fernando de Azevedo sob encomenda do jornal O Estado de S. Paulo em 1926. O segundo livro pesquisado foi *A cultura brasileira*, publicado em 1943 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como texto introdutório ao recenseamento de 1940.

3.1 A educação pública em São Paulo: problemas e discussões (1937)

Inicialmente será analisado o "inquérito" de 1926, escrito para o jornal O Estado de S. Paulo, em que Fernando de Azevedo entrevista educadores dos anos 1920 a fim de diagnosticar os problemas gerais da educação no estado de São Paulo.

Antes disso, é importante salientar que nem sempre a educação fez parte das discussões centrais de Fernando de Azevedo. Foi a partir de 1926 que ele direcionou seus estudos para a educação. A obra *Máscaras e retratos*, na primeira edição, em 1929, publicada com o título *Ensaios*, foi um livro com estudos de crítica literária e história literária publicados por Fernando

de Azevedo no jornal O Estado de S. Paulo, no período de 1924 a 1926; trouxe em seu prefácio a justificativa de seu afastamento dos estudos literários. Sobre esse período Fernando de Azevedo escreveu que a responsabilidade a ele delegada ao assumir o cargo de diretor de Instrução Pública no Distrito Federal, a partir de 1927, fez com que ele interrompesse as atividades literárias.

> Aquele período de quase quatro anos de lutas e reformas, no plano da educação, e o convite do Prof. M. B. Lourenço Filho para reger a cadeira de sociologia no Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal da capital, onde exercia o magistério de língua latina e de literatura [...], puseram termo final às minhas atividades literárias no grande diário [...]. (AZEVEDO, 1962, p. 11.)

Fernando de Azevedo expressa certo pesar por não mais conseguir conciliar suas atividades profissionais ligadas à educação com a crítica literária que fazia até então para o jornal O Estado de S. Paulo, interrompida no período em que se mudou para a cidade do Rio de Janeiro. Ainda afirma que desenvolveu seu gosto pela literatura na mocidade em virtude da sua formação humanística:

> Não que eu tenha dado adeus à literatura, a que me dedicara, na poesia e em ensaios, na primeira fase de minha vida. Continuei a peregrinar, em incursões frequentes, pelas literaturas clássicas e modernas que constituíram, por algum tempo, – o da mocidade, os estudos de minha predileção. Não me permitia minha formação humanística passar facilmente e sem saudades, de um campo para outro. Essa formação não só me tinha marcado fortemente o espírito, que relutava em desprender-se dos interesses e das atividades literárias, como também [...] me havia armado, pelo hábito da análise crítica e pelo gosto da propriedade e da precisão, de certos instrumentos intelectuais, indispensáveis à abordagem de problemas de natureza e níveis diferentes. (AZEVEDO, 1962, p. 11.)

Fernando de Azevedo reconhece a importância dos estudos filosóficos e literários em sua trajetória inicial, quando desenvolveu o espírito crítico de análise e reflexão à procura do rigor no raciocínio e gosto pelas construções teóricas, afirma, porém, que novos temas passaram a ser de seu interesse maior:

> [...] é certo que dois outros setores passaram para o primeiro plano de minhas cogitações: a sociologia e a educação. As experiências tentadas nesses dois campos, na aparência tão diversos, mas na realidade, ligados um ao outro, sob

> certos aspectos e entre estes, a natureza sociológica do fenômeno da educação, acabaram por absorver-me de tal modo que pouco tempo me restou [...]. Era então, para a sociologia e para a análise e o debate dos problemas educacionais que se voltava meu pensamento e é nesses domínios de atividade intelectual que se fixou minha atenção [...]. (AZEVEDO, 1962, p. 12.)

Fernando de Azevedo afirma que foi difícil definir qual caminho a seguir, o da literatura ou o das atividades científicas e educacionais, mas que acabou direcionando seu trabalho para a educação referenciada na sociologia, num país em que os desafios eram imensos e em que suas contribuições poderiam ser maiores. Afirma que:

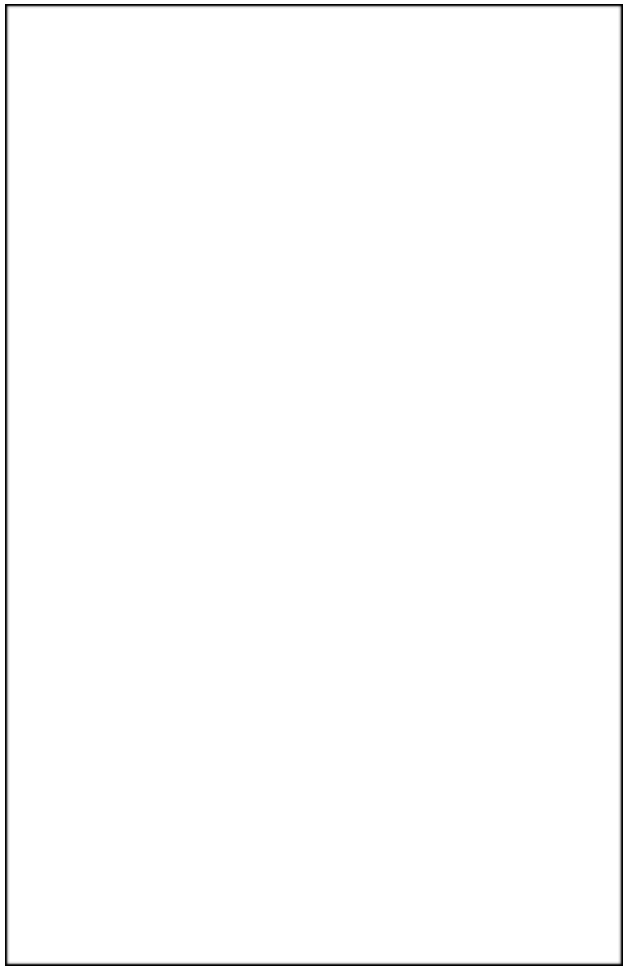
> [...] não só pela consciência cada vez mais viva da importância da ciência e da técnica, na civilização atual, como também por me parecerem mais urgentes, em nosso país, os esforços em favor do desenvolvimento das ciências sociais e da solução dos problemas fundamentais da educação. Era preciso nas condições presentes, sacrificar o homem de letras, e eu me dispus naturalmente a sacrificá-lo de certo modo, para servir à ciência e, especialmente, à sociologia que me foi particularmente útil ao técnico, ao reformador e ao político da educação. [...] O que sobretudo importa, numa vida humana, são os sacrifícios que ela se impôs, no interesse público ou para servir a um ideal, e as vaidades ou pretensões a que renunciou, no pressuposto de ser mais útil em campos, onde quase tudo estava por fazer e os desafios eram agressivos demais para deixarmos de lhes dar respostas. (AZEVEDO, 1962, p. 11–12.)

Fernando de Azevedo faz um movimento interessante em sua trajetória. Bacharel em Direito, desenvolveu seus primeiros estudos ligados ao corpo, à educação física. Mais adiante ele se dedicou aos estudos literários sobre escritores e poetas, até estabilizar-se na sociologia e na educação. A passagem do corpo e da literatura para a educação e a sociologia inaugura, de certa forma, a passagem do jovem Fernando de Azevedo para o Fernando de Azevedo maduro. Essa transição ocorre, conforme afirma Fernando de Azevedo, quando ele realiza, aos 32 anos, o inquérito sobre a educação em 1926. O jornalismo faz a integração de Fernando de Azevedo aos problemas da educação:

> "O Estado de S. Paulo" foi, assim, a escola em que me preparara para tão alta função pública e somente ao ser provido no cargo é que avaliei em todo o seu alcance, os serviços inestimáveis desse contato a que me forçou a profissão de jornalista com os fatos e os problemas de educação. A reforma do ensino, no Rio, dentro das linhas gerais que já se esboçavam nesse inquérito, absorveu-me [...]. Desde 1926 até hoje, sem interrupção de um dia toda a minha atenção se

> fixou e se concentrou sobre os problemas da educação nacional, que me acostumei a examinar, não simplesmente nos seus aspectos técnicos, e do ângulo de observação que fornece o trabalho especializado ou pedagógico, mas de todos os pontos de vista de que pode ser apreciada a questão entre todas fundamental da organização espiritual, cultural e técnica de uma nação. (AZEVEDO, 1937, p. 19.)

Fernando de Azevedo foi o responsável pela realização do Inquérito sobre a educação no estado de São Paulo, a pedido do jornal O Estado de S. Paulo. Para a realização do inquérito encomendado, Fernando de Azevedo convidou alguns educadores para responderem ao questionário sobre a educação e suas especificidades. O resultado dessa pesquisa, realizada em 1926, foi publicado, em parte, pelo jornal numa coluna sobre a educação intitulada "A instrução pública em São Paulo". Em busca ao acervo eletrônico do jornal O Estado de S. Paulo, no ano de 1926, encontrou-se a publicação das respostas de cinco entrevistados. Sobre o ensino técnico e profissional foram dois; Navarro de Andrade em 10 de setembro e José Mello Moraes em 14 de setembro. Em novembro, foram publicados os depoimentos sobre os ensinos secundário e superior, de Ruy Paula e Souza e Mário de Souza Lima, nos dias 19 e 20, respectivamente, e em dezembro com o depoimento de Arthur Neiva. Em 1937, Fernando de Azevedo publicou o livro intitulado *A educação pública em São Paulo: problemas e discussões*, em que apresenta o inquérito na íntegra.



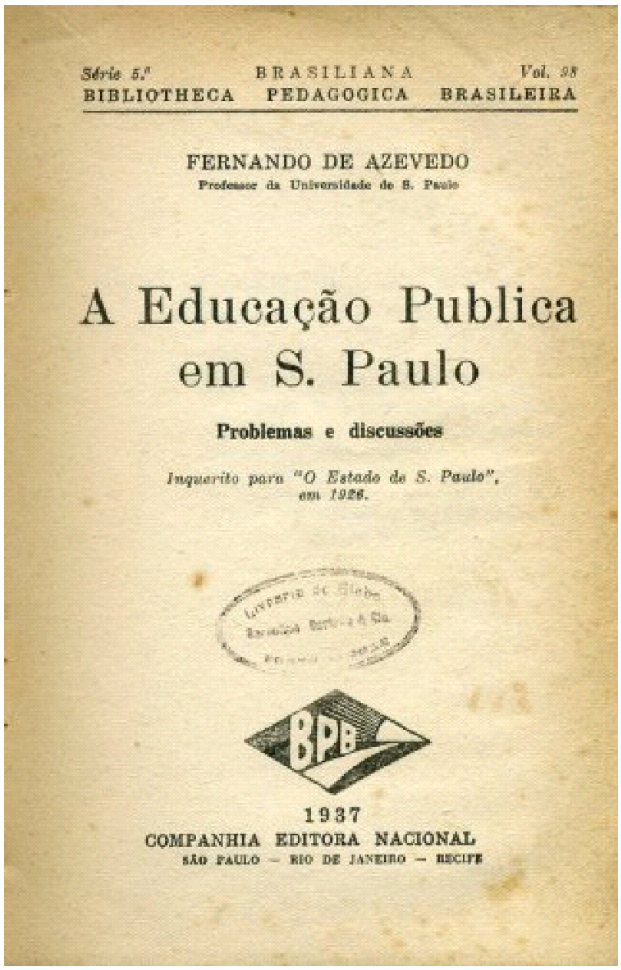


Figura 1 – Capa do livro *A Educação Pública em S. Paulo. Problemas e discussões*. (1937)
Fonte: Livraria Traça. (2021)

Ainda na introdução do inquérito de 1926, Fernando de Azevedo afirma que não se sentia realmente preparado para a realização do inquérito sobre a instrução pública em São Paulo. Segundo ele, o conhecimento que possuía nesse domínio era voltado para a educação física e a literatura. Para realizar esse trabalho, preparou-se durante um mês e o inquérito desenvolveu-se por quatro meses.

Esse trabalho de programar e realizar o inquérito e, depois, assimilar os resultados e colocá-los em circulação, pôs Fernando de Azevedo em contato direto com os problemas da educação brasileira. O inquérito foi organizado de forma que, no final de cada exposição temática, os entrevistados expressassem a sua opinião. O livro é composto por uma introdução, seguida de uma primeira parte intitulada “O ensino primário e normal”, em que Fernando de

Azevedo faz algumas considerações iniciais sobre as linhas gerais desses ensinos. Em seguida, ele abre o debate apor meio de um questionário com dezesseis perguntas em que se abrangem os problemas apontados por ele.

Sobre os ensinos primário e normal responderam aos questionamentos: Francisco Azzi, A. Almeida Júnior, Renato Jardim, José Escobar, Sud Menucci e Lourenço Filho (AZEVEDO, 1937, p. 11).

A segunda parte do livro, intitulada "Ensino técnico e profissional", conta com dois blocos de questões. No primeiro bloco, Fernando de Azevedo escreve sobre os ensinos técnico e profissional e o seu desenvolvimento. Faz uma crítica às poucas escolas profissionalizantes existentes no estado de São Paulo, presas a uma legislação a que ele chama de *inepta e confusa*. Aborda, também, o problema da formação técnica dos docentes e da falta de um projeto que integrasse essas instituições (AZEVEDO, 1937, p. 8–9).

No segundo bloco de questões sobre os ensinos técnico e profissional, Fernando de Azevedo expõe a falta de um plano preliminar de conjunto de acordo com as reais necessidades do estado, sem estrutura, nem articulação com o sistema geral do ensino. Levanta questões sobre a obrigatoriedade para o ensino técnico a partir do ensino elementar e sobre o papel da orientação profissional por meio das provas psicotécnicas. Fernando de Azevedo encerra as suas considerações iniciais ao analisar o papel do médico na escolha das profissões, as moléstias profissionais e a higiene industrial. Fernando de Azevedo finaliza sua análise e, em seguida, apresenta dezessete questões sobre a educação técnica e profissional (AZEVEDO, 1937, p. 9).

Responderam a essa parte do inquérito: Paulo Pestana, Navarro de Andrade, J. Mello Moraes e Roberto Mange.

Na terceira e última parte do livro foi abordado o tema "Ensino secundário e superior". Fernando de Azevedo denuncia a falta de um idealismo e a existência de uma legislação sem coerência nem unidade de plano (AZEVEDO, 1937, p. 11).

Fernando de Azevedo abordou as questões sobre o ensino secundário, sua finalidade e organização de seu plano de estudos. Destaca os desafios para a formação dos professores de ensino secundário e superior. Termina as suas considerações ressaltando a importância de se criar

uma universidade em São Paulo (AZEVEDO, 1937, p. 12). Nessa seção foram propostas doze questões.

Responderam a essas questões: Ruy de Paula Souza, Mário de Souza Lima, Amadeu Amaral, Ovídeo Pires de Campos, Raul Briquet, Theodoro Ramos, Reynaldo Porchat e Arthur Neiva.

No final de cada parte do inquérito, após a exposição da opinião dos entrevistados, Fernando de Azevedo conclui o texto com considerações finais sobre o tema proposto.

A respeito dos temas constituintes do inquérito de 1926, será analisada aqui a segunda parte, por tratar-se dos ensinos técnico e profissional.

Ainda na introdução, Fernando de Azevedo levanta algumas questões relacionadas ao ensino técnico e profissional no estado de São Paulo:

> Não nos deixará melhor impressão, nesta segunda parte do inquérito, o debate sobre o ensino técnico e profissional, cuja importância, em nossa civilização industrial, não é preciso encarecer. Pois, de tão acanhado, não seria digno de comentários o desenvolvimento desse ramo de ensino, entre nós. Quando pensamos que ainda não se desenhou, com bastante energia para tomar corpo, um movimento sincero em favor do ensino profissional e que até hoje não se criaram, em todo o Estado, por iniciativa oficial, mais de cinco escolas primárias deste gênero e uma superior, não podemos nutrir ilusões a respeito do desinteresse e ignorância com que tem sido tratada essa matéria. (AZEVEDO, 1937, p. 203.)

O industrialismo foi um movimento que se desenvolveu no Brasil nos anos 1920, a partir das faculdades de engenharia. Ao afirmar a importância dos ensinos técnico e profissional para a civilização industrial, Fernando de Azevedo estabelece uma conexão com os industrialistas, ou seja, o horizonte de expectativas de Fernando de Azevedo era industrial. Ser industrialista no Brasil nesse período era sinalizar para um projeto diferente do existente, vinculado ao latifúndio produtor de culturas destinadas à exportação. Fernando de Azevedo destacava a importância dos ensinos técnico e profissional, especialmente para o estado de São Paulo, em pleno processo de industrialização. Ressaltava o pequeno número de escolas que contemplavam o ensino profissional, apenas seis, mantidas pelo poder público e o baixo investimento feito na instrução pública e, consequentemente, no ensino profissional.

Dentre os desafios para o avanço dos ensinos técnico e profissional no estado de São Paulo, Fernando de Azevedo expõe o modo como esses estabelecimentos estavam organizados e a legislação a que ele chama de inepta e confusa:

> A lei começa por não determinar os ofícios, distribuídos em "famílias ou grupos", que devem ser ensinados nessas escolas, para cada uma das quais fica o governo autorizado a escolher, entre os ofícios que enumera (art. 78), os mais adequados "às necessidades da vida operada e do meio industrial" em que se instalou. Fica, portanto, ao arbítrio da administração ou do regulamento o que deverá ser fixado em lei. Mal se compreende que o legislador [...], não tenha estabelecido os elementos básicos de adaptação da escola às necessidades locais. Demais não podia ser tratada, na lei, com mais leviandade, uma questão técnica de aspectos nitidamente pedagógicos. (AZEVEDO, 1937, p. 204.)

Fernando de Azevedo destaca a precariedade e a indefinição da legislação acerca da educação profissional e técnica, reforça a importância de se classificarem os ofícios em séries ou seções, para que ocorra a organização sistemática de estudos, mas, também, como forma de orientar o aluno diante de diversos ofícios a decidir, segundo as suas aptidões. Fernando de Azevedo expressa a mentalidade industrialista, pois na indústria a divisão técnica do trabalho requer especialização do operário e isso tem de expressar-se na natureza específica dos cursos.

Outro ponto levantado por Fernando de Azevedo foi sobre quais cursos deveriam ser oferecidos nas escolas de artes e ofícios:

> Será possível que ainda se sintam com o direito de ser levados a sério orientadores que não atinaram com o sem razão e o ridículo da inclusão de cursos, como de barbearia e manicuria, no plano de uma escola profissional, de artes e ofícios? Então bastará que seja apenas "um ofício" para se justificar a sua inserção no quadro educativo de ofícios que, nas escolas públicas, devem ser ensinados, pelo seu alcance social ou técnico e pelos princípios científicos que lhes formam a base e lhes orientam os processos suscetíveis de ininterruptos aperfeiçoamentos? Qual, por exemplo, a ciência em que se apoiará ou com que terá relações; qual a dificuldade que apresentará, na técnica, a amável arte da manicuria, para o Estado se propor gravemente a lhe ministrar o ensino? (AZEVEDO, 1937, p. 205–206.)

Fernando de Azevedo faz uma crítica aos cursos ofertados pelas escolas ditas profissionalizantes. Eram cursos sem conexão com uma perspectiva de industrialização. Afirma que, para ser inserido no quadro educativo de ofícios nas escolas públicas, não basta ser um

ofício, mas, sim, que seja um ofício que tenha um alcance social ou técnico baseados em princípios científicos. É interessante observar que a ciência e a técnica estavam no horizonte de expectativas de Fernando de Azevedo.

Sobre a formação dos professores para o ensino técnico no estado de São Paulo, Fernando de Azevedo observa que é deficitária especialmente em relação aos conhecimentos necessários para a transmissão de conhecimento aos alunos:

> Quanto aos professores e mestres, esses ou são normalistas, com orientação pedagógica e preparo secundário (na melhor hipótese), mas sem conhecimento de qualquer arte industrial, ou são especialistas em qualquer ofício ou arte industrial, mas sem os necessários conhecimentos pedagógicos para transmitir o ensino. (AZEVEDO, 1937, p. 207.)

A ausência de uma formação específica dos que ensinavam nas escolas profissionais era citada por Fernando de Azevedo como um dos gargalos da educação profissional: normalistas sem técnica e operadores sem pedagogia. Uns não possuem uma formação pedagógica, não aprenderam a ensinar o conhecimento técnico que possuem; outros têm o conhecimento pedagógico, mas não possuem a formação técnica específica. Sustenta também que, embora haja tentativas tímidas e dispersas, a falta de unidade e de um plano de ensino profissional demonstra o estado embrionário e confuso em que se encontrava esse ramo de ensino:

> Tudo ali, da biblioteca à oficina, do museu ao laboratório, é rudimentar, antiquado e fragmentário, e quando não imprestável, lamentavelmente lacunoso. Não partiu ainda de qualquer dessas escolas, uma iniciativa de espírito novo, quer na organização científica do ensino, quer no estudo experimental e na aplicação dos dados da psicologia e da higiene à escolha das profissões e dos ofícios. Não foi de qualquer das nossas escolas públicas profissionais, mas sim de uma escola particular, subvencionada, – a Escola Profissional Mecânica, anexa ao Liceu de Artes e Ofícios, – que partiu o primeiro movimento em favor do emprego das provas psicotécnicas para a seleção profissional. (AZEVEDO, 1937, p. 209.)

Fernando de Azevedo critica a existência de uma educação profissional em que quase tudo ainda estava por fazer. Indica que a iniciativa mais bem-sucedida até então, era a Escola Profissional Mecânica. Segundo Pedrosa (2014), Roberto Mange, na condição de engenheiro-educador da Escola Politécnica de São Paulo, foi superintendente do Curso de

Mecânica Prática no anexo ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, que, no ano de 1924, se tornou Escola Profissional Mecânica, da qual ele foi superintendente até 1928. Mange foi um dos entrevistados por Fernando de Azevedo para falar sobre o ensino profissional.

Fernando de Azevedo afirma que as poucas escolas profissionais existentes em São Paulo poderiam servir de referência para a ampliação do ensino profissional, entretanto, essas instituições expõem as deformidades do ensino técnico e profissional:

> [...] não representam o desenrolamento de uma ideia, nenhum "desígnio em ação", em que se notasse, a presidir o seu desenvolvimento, sua tendência e seus fins, a presença de qualquer pensamento orientador claro e definido. O ensino quase nulo, que ali temos, é fragmentário e incoerente. Não se sabe como e para que se instituiu, e vai vivendo como pode, fora da órbita de qualquer sistema [...]. (AZEVEDO, 1937, p. 210–211.)

Para Fernando de Azevedo a educação profissional não possuía vinculação com um projeto de desenvolvimento, nem tinha relação com perspectiva de futuro, era uma educação profissional à deriva. Afirma que o ensino técnico e profissional deveria ser organizado e inserido num sistema de ensino, integrado a um projeto maior que levasse em consideração as especificidades locais e, ao mesmo tempo, uma perspectiva nacional de industrialização. Afirma que é o conhecimento do meio e de suas particularidades sociais e econômicas que transforma os problemas do ensino, revelando-lhes aspectos novos e preparando o caminho à sua verdadeira solução.

Ressalta, ainda, que até então o ensino técnico falhou na execução de um projeto global sem apoio na realidade e de um ensino instituído de forma desordenada:

> Só há um meio de impedir que a variedade necessária de escolas seja de resultados dispersivos e até mesmo contraditórios: – é submetê-la a uma finalidade comum, formada pela convergência de todos os objetivos especiais. Daí a necessidade [...] desse "plano de conjunto". [...] largo, inteiriço, atual e vivo, bastante flexível para se acomodar a toda espécie de escolas técnicas, para objetos e em quadros os mais variados [...]. (AZEVEDO, 1937, p. 212.)

Fernando de Azevedo tinha em mente um sistema nacional de educação, ao propor que as escolas técnicas, apesar de suas especificidades, sejam organizadas num sistema de ensino com finalidade comum.

Após apresentar as considerações iniciais, Fernando de Azevedo propôs um questionário como abertura de um debate sobre o ensino profissional no estado de São Paulo.

Ao iniciar seus questionamentos, Fernando de Azevedo demonstra uma preocupação com a sistematização do ensino técnico e profissional, sua organização, seus fins e uma docência qualificada. Na pergunta inicial, Fernando de Azevedo expressa a leitura que fazia da educação profissional naquele momento, de um ensino que estaria longe de corresponder às necessidades técnicas, industriais, agrícolas e sociais. As escolas profissionais deveriam, segundo Fernando de Azevedo, estabelecer condições para que as atividades técnicas fossem desenvolvidas em âmbito nacional, além de proteger o trabalho agrícola e as indústrias locais. Outra expressão significativa que demonstra a leitura que ele fazia das escolas profissionais em suas perguntas é de que essas escolas viviam "parasitariamente do erário público" e aponta como solução a produção industrial realizada pelas escolas e a adaptação às necessidades do trabalho de acordo com a região em que estivessem instaladas, no campo ou nas cidades. Sobre o ensino profissional destinado a homens e a mulheres, Fernando de Azevedo indaga sobre a finalidade da educação profissional nessas instituições. Fernando de Azevedo demonstra empenho nessa mudança relacionada aos fins, até então eram filantrópicos. Fernando de Azevedo, ainda em 1926, aos 32 anos, apoia-se no método Dewey ao sugerir uma finalidade moderna para o sistema de educação profissional dentro dos novos ideais sociais. Fernando de Azevedo criticava a importação de modelos educativos para as escolas profissionais e defendia a criatividade no processo de adaptação desses modelos à realidade brasileira. Outra questão importante apresentada por Fernando de Azevedo é a defesa da educação para o trabalho desde a infância na escola primária. O trabalho manual e o desenho seriam elementos básicos de educação profissional. Azevedo afirma que, para se lançar uma base sólida dos ensinos técnico e profissional, se deveria promover uma reforma radical do desenho em todas as escolas primárias, a partir das propostas de Rui Barbosa:

> O impulso em favor das artes aplicadas se tem de procurar numa reforma radical do ·ensino do desenho em todas as escolas, segundo o plano de Rui Barbosa, que, apesar de proposto há perto de 50 anos, paira ainda hoje nas alturas das aspirações ideais. Se no plano dessa reforma se incluírem a nacionalização do ensino do desenho, a anexação, às escolas, de museus de documentação de arte industrial e uma campanha para estimular a colaboração mais estreita dos

> artistas e dos industriais,teremos dado um grande passo para o desenvolvimento das artes aplicadas. (AZEVEDO, 1937, p. 280–281.)

Fernando de Azevedo insiste na dimensão técnica da educação profissional gratuita e obrigatória, especialmente para os que não recebem uma educação superior. Ainda defende a valorização do "elemento nacional" por meio de cursos e escolas especializadas que desenvolvam o gosto e a tendência das atividades técnicas. Essas escolas especializadas seriam organizadas de acordo com as especificidades regionais, proporcionando uma instrução adequada de acordo com realidades diversas. Fernando de Azevedo afirma que um problema básico da educação técnica e profissional é a formação do professorado, por tratar-se de matérias especiais deveriam existir escolas de formação do professor de cultura técnica ou do professor de oficina.

Nas últimas questões apresentadas por Fernando de Azevedo, ele defende a adoção de provas psicotécnicas nas escolas profissionais para que haja um encaminhamento de acordo com o resultado desses testes. Ainda reforça a ideia de que São Paulo deveria propagar a expansão da arte aplicada e de um museu de documentação de arte industrial. Sugere a organização de centros populares noturnos, que deveria ofertar uma educação técnica elementar para trabalhadores voltados para atividades agrícolas e industriais. Enfim, Fernando de Azevedo afirma que para que se complete um sistema de educação técnica e profissional, seria necessário manter institutos especiais para o atendimento de pessoas com necessidades específicas.

Ao propor essa parte do inquérito, Fernando de Azevedo fez uma abordagem inicial sobre os desafios da educação profissional no estado de São Paulo e, em seguida, solicitou que os entrevistados respondessem aos questionamentos sugeridos por ele. Paulo Pestana, representante da Secretaria da Agricultura, Navarro de Andrade, chefe do Serviço Florestal da Companhia Paulista, e José de Mello Moraes, professor de química agrícola da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, de Piracicaba, responderam ao inquérito, abordando o ensino profissional agrícola. Roberto Mange, diretor da Escola Profissional Mecânica do Lyceu de Artes e Ofícios, fez as suas considerações especificamente sobre o ensino profissional mecânico. Em seu depoimento, Theodoro Braga escreveu sobre a falta de formação técnica por parte do corpo docente do ensino técnico profissional e também sobre a importância dos trabalhos manuais e do desenho como

base da educação profissional. O pintor Paim Vieira abordou, em sua fala, a falta de tradição profissional existente no Brasil e que o ensino profissional deveria ser prático, honesto e estético.

Além das considerações iniciais, as perguntas propostas por Fernando de Azevedo expressam a sua posição em relação ao ensino técnico profissional. Afirma que se trata de um ensino pouco desenvolvido e que não correspondia às demandas técnicas, industriais, agrícolas e sociais. Critica veementemente o que estava sendo feito até então, e aponta soluções que, segundo ele, levariam o ensino técnico à função de aparelhar o elemento nacional para as atividades técnicas, além de incentivar e proteger o trabalho agrícola e industrial de acordo com as realidades locais. Ao afirmar que as escolas profissionais viviam parasitariamente do erário público, levanta a possibilidade de serem organizadas a partir do princípio do *self-supporting*, ou seja, que essas escolas deveriam manter-se a partir da produção industrial realizada em suas dependências, sem a utilização de recursos públicos. É interessante observar que, no mesmo inquérito, esse princípio já havia sido defendido por Sud Mennucci, ao responder sobre o ensino primário e normal: "Os cursos profissionais se organizariam pelo princípio do 'self-supporting' e teriam, além da preocupação propriamente profissional, o máximo cuidado no preparo cívico e físico dos candidatos [...]" (AZEVEDO, 1937, p. 144).

Dos seis especialistas entrevistados, Paim Vieira e Navarro de Andrade não se posicionaram sobre essa questão. Paulo Pestana discordou dessa possibilidade ao afirmar que as escolas profissionais deveriam ser mantidas pelo poder público ou por associações:

> O ensino que degenera em negócio não dá bons frutos. Aceito até certo ponto o princípio do "self-supporting" como útil; mais penso que, levado ao extremo, converte as escolas em oficinas, onde o trabalho de simples aprendizes jamais competirá com o de operários adultos adestrados. (AZEVEDO, 1937, p. 223.)

Theodoro Braga também se posicionou de maneira adversa ao afirmar ser, por princípio, contrário à exploração do trabalho da criança:

> [...] como meio de produzir receitas, a fim de repercutir, cá fora, como progresso escolar e que, ele fato, não é mais do que ensino pessimamente ministrado, constituindo a criança, que deve aprender, em mero instrumento inconsciente do mestre que empiricamente constrói. (AZEVEDO, 1937, p. 269–270.)

José de Mello Moraes concordou com Fernando de Azevedo ao afirmar que o *self-supporting* e a adaptação às necessidades do trabalho agrícola ou industrial das regiões em que se instalaram deveriam ser considerados:

> Sem a observância rigorosa desse duplo princípio jamais será possível que se multipliquem e floresçam, em grande número, as escolas profissionais, pois em caso contrário argumentará sempre o número das múltiplas bombas de sucção que esgotam o erário público. Elas são as que mais se prestam para prosperar, sem sombra de parasitismo. (AZEVEDO, 1937, p. 241.)

Roberto Mange destacou a importância da função industrial da escola, proporcionando aos alunos uma forma de realizar trabalhos úteis e de seu interesse e também em propiciar à escola a oportunidade de obter recursos que a auxiliariam em sua manutenção. Entretanto, ressalta que, mesmo possuindo recursos provenientes de sua produção, a escola não poderia dispensar um fundo que lhe servisse de base:

> Não nos esqueçamos porém que o ensino deve ser o mais rápido e metódico possível para atingir sua plena eficiência, não podendo portanto ser abafado no seu desenvolvimento pela função industrial. A industrialização completa da escola ("self-supporting") viria introduzir no ambiente de estudos a "luta pela vida", viria prejudicar o desenvolvimento das aptidões e capacidades; seria manietar o princípio da sucessão metódica dos trabalhos. (AZEVEDO, 1937, p. 254.)

Seguindo com sua análise, Fernando de Azevedo questiona a finalidade do ensino profissional para mulheres e o ensino profissional para os homens, ou seja, como essas escolas deveriam ser organizadas, o que deveria ser contemplado em seu currículo. Afirma que deveria existir, para os que não recebem uma educação superior, um tipo de escola técnica profissional obrigatória para homens dos catorze aos dezoito anos e uma formação com educação doméstica para as mulheres dos treze aos dezesseis anos. Ou seja, a formação profissional deveria ser ofertada como alternativa a homens e a mulheres de acordo com o que Fernando de Azevedo considerava ser o papel que cada um ocupava na sociedade: aos homens um ensino técnico profissional que os habilitassem a ocupar cargos nas mais diversas atividades e às mulheres, uma formação para atividades domésticas, dentre elas, cuidar e preparar as crianças para assumirem

as suas atribuições na sociedade. Fernando de Azevedo ressalta a importância da educação feminina por meio do ensino doméstico para as futuras "mães de família":

> Evidentemente todas as escolas femininas, agrícolas, de artes industriais e de comércio, não podem descuidar o papel que lhes cabe, na preparação elementar da dona de casa e da mãe de família. O ensino doméstico deve penetrar não só nos institutos profissionais destinados à mulher, como em todos os estabelecimentos de ensino que lhe sejam reservados, a menos que o Estado reconheça mais útil preparar a mulher para qualquer profissão do que prepará-la para o lar. [...]. A aprendizagem da mãe de família com base na economia doméstica, na higiene e na química alimentar e na puericultura, é obra de tamanho alcance social e econômico que dispensa demonstração de sua utilidade, no plano de profilaxia rural no combate a mortalidade infantil e na implantação dos hábitos higiênicos em todos os meios sociais. (AZEVEDO, 1937, p. 282.)

Fernando de Azevedo afirma que o sistema de educação profissional deveria ser renovado a partir de uma finalidade moderna. Mesmo os ensinos primário e normal, segundo ele, falharam por não recorrer a esses ideais modernos de educação. Ao criticar a escola tradicional por não atender às necessidades da educação brasileira, Fernando de Azevedo sugere novas práticas educacionais, segundo o método Dewey.

Nesse sentido, Lourenço Filho, ao responder ao inquérito sobre os ensinos primário e normal, afirma que foi na Alemanha que a ideia de Dewey se frutificou e levou ao surgimento das escolas do trabalho. Essas escolas deveriam realizar três fins conjuntos: ensinar um ofício, mostrar que esse ofício não é senão uma roda do organismo social e que não deve ser, portanto, exercido com egoísmo; inspirar no aluno o desejo de trabalhar por meio de sua profissão, para que o Estado chegue a ser uma comunidade moral (AZEVEDO, 1937, p. 166).

Os sistemas educativos apontados por Fernando de Azevedo, como o *slojd*, *tadd*, *della voss*, *eddy*, serviriam de modelos dessas novas práticas educacionais a serem implementadas desde que adaptadas a realidades diversas, valorizando ao que ele chamou de *elemento nacional*. Fernando de Azevedo afirma que o trabalho manual e o desenho deveriam constituir-se como elementos básicos da educação profissional e que o ensino do desenho deveria ser ofertado em todas as escolas, conforme sugerira anteriormente Rui Barbosa. Outro questionamento levantado por Fernando de Azevedo foi sobre a orientação científica que a agricultura brasileira deveria

receber por causa da sua importância para o desenvolvimento da economia do país. Fernando de Azevedo ainda pondera sobre as dificuldades encontradas para a formação do pessoal docente de escolas técnicas e de como considerava importantes as provas psicotécnicas e a orientação profissional para os alunos. Ainda afirma que deveriam existir centros populares noturnos que atendessem às demandas da formação de pessoas para atuar tanto da agricultura quanto na indústria.

Fernando de Azevedo reuniu especialistas para emitirem um parecer sobre a educação, no estado de São Paulo. A educação profissional ocupa um espaço significativo nas considerações de Fernando de Azevedo, pois dedica a segunda parte do inquérito à educação para as discussões relativas a essa temática.

Desta forma, Fernando de Azevedo conclui a parte dois do inquérito, expondo o seu pensamento sobre os ensinos técnico e profissional a partir do diálogo estabelecido com os especialistas consultados. Inicialmente ele observa a falta de finalidade, organização, desinteresse e indiferença em relação a essa modalidade de ensino. Ainda sobre a ausência de um sistema integrado, afirma que o

> [...] defeito maior desse ensino não estará, porém, em gravitar fora de um plano geral de educação, em que se procurasse coordenar, relacionando-as estreitamente, para se chegar à unidade de ensino, todas as instituições de instrução pública e privada na variedade de seus graus e de seus aspectos. Sobre não se ajustar, como parte integrante, a um sistema geral de ideias pedagógicas, não se instituiu nem funciona, assim fragmentário e isolado, em obediência a um objetivo claro e dentro de um programa especifico de organização. (AZEVEDO, 1937, p. 293–294.)

O ensino técnico profissional deveria ser instituído de acordo com as novas necessidades sociais e industriais no sentido de preparar o elemento nacional para tais atividades. Fernando de Azevedo (1937, p. 295) defende a necessidade da obrigatoriedade de um ensino técnico elementar, ainda na escola primária, experiência que, segundo ele, já havia sido implantada na Inglaterra em 1918 e na Alemanha em 1919.

Fernando de Azevedo reconhece que a escola primária não poderia ser essencialmente profissional e afirma que deveria inicialmente preparar o aluno ao seu papel social e

> [...] fornecer os fundamentos das escolas profissionais, propostas à preparação imediata para "a vida em sociedade". Daí, ao lado da tendência de se tornar obrigatório o ensino técnico elementar, em continuação á escola primária, a preocupação de se introduzir esse próprio ensino nas escolas primárias, em que se procura dar a maior importância no quadro das disciplinas, ao desenho e aos trabalhos manuais. Esta corrente que exige para o ensino do desenho e para os trabalhos manuais um logar preponderante na escola primária como nos outros estabelecimentos escolares [...] na necessidade de se lançar base sólida e profunda do ensinamento profissional que lhe deve suceder. (AZEVEDO, 1937, p. 295.)

O ensino primário deveria, segundo Fernando de Azevedo, preparar as bases para o ensinamento profissional nas demais fases escolares, sendo essa base formada por aulas de desenho e a realização de trabalhos manuais. As artes aplicadas deveriam ser implementadas a partir de

> [...] uma nacionalização do ensino do desenho, a anexação, às escolas, de museus de documentação de arte industrial e uma campanha para estimular a colaboração mais estreita dos artistas e dos industriais, teremos dado um grande passo para o desenvolvimento das artes aplicadas. O museu é, de fato, corolário da escola, o lugar em que a educação vem fazer-se e completar se; um centro de vida constantemente aberto ao trabalho e ao estímulo, à educação do gosto e ao desenvolvimento das faculdades inventivas. (AZEVEDO, 1937, p. 280–281.)

Sobre a importância de que essas escolas primárias atendam às demandas regionais, mas, também, a vocação desses alunos, ao encaminhá-los para áreas que tenham mais afinidade, afirma que:

> [...] é, pois, na aprendizagem para a vida, procurada nas escolas de trabalho em que ao lado do ensino da escrita, da leitura e da aritmética, se ministre o ensino técnico elementar, agrícola ou fabril, conforme a variedade das condições locais. (AZEVEDO, 1937, p. 296.)

Fernando de Azevedo ressalta, em suas considerações, a importância de despertar, desde as séries iniciais, o gosto por atividades que conduziriam o aluno a um caminho de especialização técnica que o habilitaria mais adiante para exercer uma profissão. Essa integração dos conteúdos já contemplados nos currículos escolares com uma base técnica elementar faz parte da proposta de Fernando de Azevedo para o ensino profissional nas escolas públicas:

> Não se trata de ministrar, na escola primária, a aprendizagem de um ofício [...] Trata-se, mas é de se despertar e desenvolver desde a escola primária e nos cursos técnicos elementares o espírito de iniciativa e de esforço, o gosto da observação e da experiência pessoais e todo esse conjunto de qualidades ativas que constituem a medula de habilitação técnica. (AZEVEDO, 1937, p. 297.)

Fernando de Azevedo propõe a presença do trabalho nos anos iniciais da escola regular, não como educação profissional, mas, como educar para o trabalho, desenvolver o gosto pelo trabalho manual. Ainda sobre a implementação da educação técnica nas escolas, Fernando de Azevedo afirma que seria mais produtivo estender a obrigatoriedade ao ensino técnico elementar, para mais adiante a ampliar a outras séries escolares, vista a complexidade de sua execução. Essa implementação deveria, segundo ele, fazer parte de um projeto maior, que contemplasse o que ele chama de ensino pós-escolar, para alunos com idade entre catorze e dezesseis anos que não avançariam com os estudos ao ensino superior:

> Mas, a obrigatoriedade técnica pós-escolar pressupõe escolas de aperfeiçoamento, ("continuation schools") que, além de serem aparelhos mais complexos, pressupõem por sua vez estabelecimentos, em grande número, de ensino profissional [...]. Se se considerar ainda a deficiência qualitativa de pessoal docente para essas escolas, que não teriam onde recrutar entre nós os seus professores e que não podem exigir dos atuais mais do que eles podem dar, compreende-se facilmente a complexidade que reveste a ideia, talvez ainda prematura, da extensão da obrigatoriedade à educação técnica pós-escolar. (AZEVEDO, 1937, p. 298.)

Outra questão levantada por Fernando de Azevedo é sobre a formação de professores para lecionar disciplinas técnicas nesses estabelecimentos de ensino. O governo, além de disponibilizar espaços escolares adequados, também deveria cuidar da formação do profissional do docente, o que até então não estava ocorrendo. Destaca a ausência de uma legislação que contemple a importância do ensino técnico e que a Reforma de 1925, ocorrida no estado de São Paulo, ignorou essa demanda, sendo observados a falta de finalidade e de organização, o desinteresse e a indiferença.

Sobre as instituições escolares de ensino técnico, Fernando de Azevedo destacou as necessidades agrícolas, industriais, comerciais e domésticas, todas ainda por organizar-se. Sobre

o ensino profissional agrícola, Fernando de Azevedo ressalta a sua importância, visto ser a principal fonte de riquezas do país:

> A transformação da indústria agrícola não será possível enquanto não se organizar um programa de instrução técnica, bastante eficaz não só para formar peritos em várias especialidades como para formar a mentalidade moderna do lavrador e desenvolver em todos a consciência de que é preciso imprimir à exploração da terra, para seu maior aproveitamento, uma orientação científica. Para que se estenda o raio de ação dos técnicos postos, pelo ensino, a serviço da agricultura, é indispensável que essa mesma instrução agrícola, atacando a questão pela raiz, atinja-lhe o espírito, as populações rurais em todas as suas camadas. (AZEVEDO, 1937, p. 302.)

Essa mentalidade moderno-industrial a qual Fernando de Azevedo se refere só seria possível com investimento em um programa de instrução técnica que possibilitasse a preparação do trabalhador rural para o avanço das práticas agrícolas, consequentemente para um melhor aproveitamento das terras agricultáveis. Fernando de Azevedo sugeria a criação de um estabelecimento de ensino profissional superior que deveria

> [...] prover ao recrutamento das escolas especiais que se criarem, das seções técnicas das indústrias agrícolas, das estações agronômicas e dos laboratórios de pesquisas, já existentes. Este instituto agronômico representará, pelo nível dos estudos e pelo seu caráter experimental e científico, a abóbada do ensino profissional agrícola, quando se constituir em bases sólidas. (AZEVEDO, 1937, p. 303.)

Quanto às escolas técnicas secundárias, Fernando de Azevedo propunha que elas cumprissem o papel de intermediar a passagem entre o ensino elementar e o ensino superior e que deveriam ser implementadas segundo as culturas e necessidades regionais:

> As escolas técnicas secundárias amoldadas às culturas e necessidades das diversas regiões, caberá a formação prática e teórica de agricultores e profissionais, articulando-se, de uma parte, com o ensino técnico elementar, e de outra, com o ensino superior de agricultura. São nesta cadeia, o elo intermediário. (AZEVEDO, 1937, p. 304.)

Diante dos desafios encontrados para a implementação do ensino técnico agrícola, Fernando de Azevedo ressaltava a importância da oferta de uma instrução profissional às populações do campo:

> O que importa é dar a todas as classes da população agrícola, desde o proprietário até o operário rural, a possibilidade de fazer adquirir aos seus filhos uma instrução profissional em relação com o seu estado social e com as condições culturais das diversas regiões. O ensino técnico elementar, base deste plano, visa exatamente o filho do pequeno lavrador e do colono, [...] elemento fixador das populações do campo [...]. (AZEVEDO, 1937, p. 305.)

Fernando de Azevedo afirma que, mesmo diante dos desafios do ensino técnico agrícola, ainda se torna mais urgente resolver os problemas referentes ao ensino técnico industrial, especialmente os do ensino profissional de mecânica, em virtude do importante papel exercido numa sociedade com desenvolvimento industrial e por sua relação com a agricultura:

> Mas, se, por um lado, o surto de nossas indústrias mecânicas que reclamam oficiais habilitados, nos faz sentir a necessidade crescente do ensino destinado a sua formação, por outro lado, a gravidade das profissões ligadas à mecânica e os perigos a que expõem a sociedade a falta de perícia e zelo no desempenho desses ofícios, nos mostram como é preciso encarar seriamente o problema da organização dessas escolas. (AZEVEDO, 1937, p. 305.)

Desta forma, Fernando de Azevedo acentua a importância da preparação do profissional responsável por desempenhar funções com perícia e zelo. Recorre ao depoimento de Roberto Mange ao ressaltar a importância de se realizar a seleção profissional:

> A seleção profissional de acordo com as aptidões, investigadas pelos métodos psicotécnicos, e a educação moral dos aprendizes, evitam a adoção errônea do ofício e servem para incutir, no espírito dos oficiais-mecânicos, a consciência de suas responsabilidades. (AZEVEDO, 1937, p. 307.)

Quanto à preparação para as atividades técnicas comerciais, Fernando de Azevedo criticava a pouca duração e a organização dos cursos ofertados e afirma que

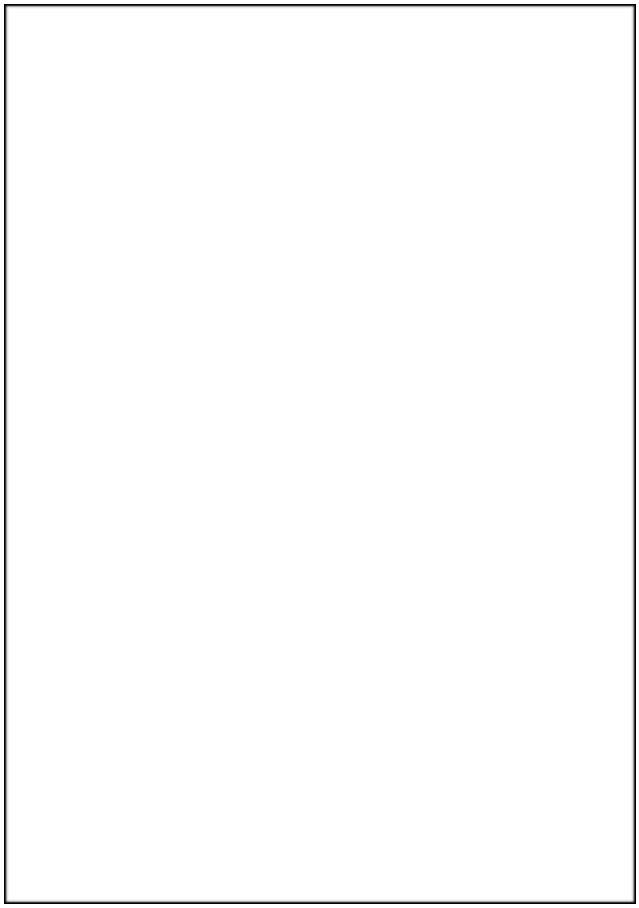
> [...] a preparação deficiente dos professores, a influência desnacionalizadora, de escolas e meios comerciais estrangeiros e, por fim a concorrência desregrada de estabelecimentos fundados com espírito exclusivo de lucro, bastariam para dar a medida da importância e gravidade da questão. (AZEVEDO, 1937, p. 308.)

Fernando de Azevedo expôs as dificuldades enfrentadas pelas escolas técnicas comerciais, ao afirmar que a gravidade da situação deveria servir de argumento para intensificar as discussões de propostas de mudanças tanto no ensino quanto na forma como o comércio estava organizando-se.

O inquérito sobre a educação pública no estado de São Paulo expôs problemas nas diversas modalidades de ensino ofertadas. Fernando de Azevedo ouviu especialistas que emitiram sua opinião e apontaram possíveis soluções. Em seu parecer, demonstrou uma preocupação especial com a oferta do ensino técnico profissional, sobretudo o industrial, diante das mudanças pelas quais a sociedade brasileira estava passando, com o avanço da industrialização.

3.2 A cultura brasileira (1943)

Em 1943 o livro *A cultura brasileira*, escrito por Fernando de Azevedo, foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ele, em 1938 foi eleito pela Assembleia Geral de Geografia e Estatística e indicado ao governo da República, nomeado para presidente da Comissão Censitária Nacional, incumbida de organizar, preparar e fazer executar o Recenseamento Geral de 1940. Fernando de Azevedo, porém, não aceitou esse cargo (AZEVEDO, 1971). Em face da recusa, foi-lhe solicitado que aceitasse, ao menos, elaborar uma introdução ao Recenseamento de 1940. Dessa forma, em apenas um ano e meio, Fernando de Azevedo escreveu *A cultura brasileira*.



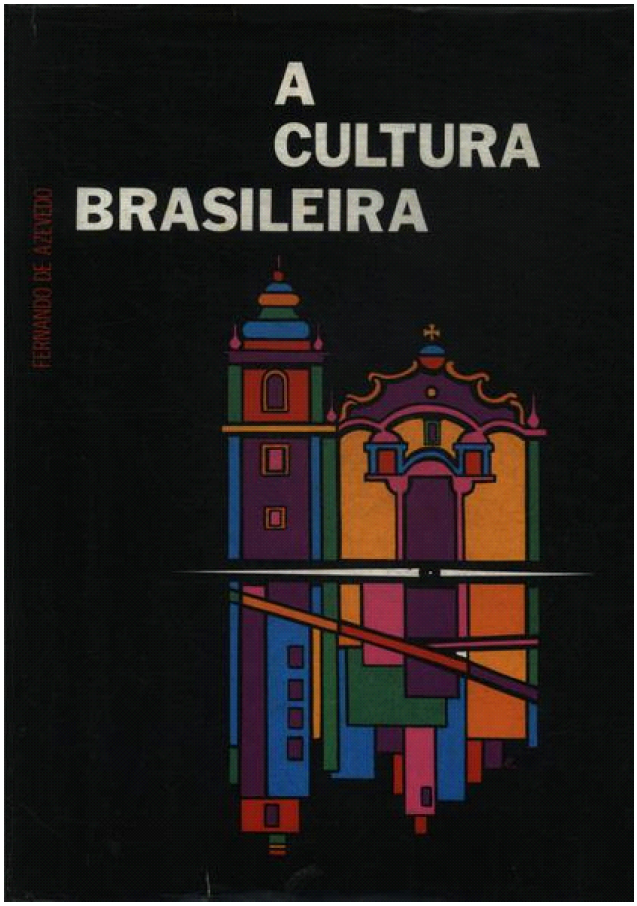


Figura 2 – A Cultura Brasileira. (1943)
Fonte: Livraria Traça. (2021)

O livro foi organizado em três partes. A primeira foi intitulada “Os fatores da cultura”, que contemplou os seguintes tópicos: “O país e a raça”, “O trabalho humano”, “As formações urbanas”, “A evolução social e política” e “Psicologia do povo brasileiro”. A segunda parte, intitulada “A cultura”, contemplou os tópicos: “Instituições e crenças religiosas”, “A vida intelectual”, “As profissões liberais”, “A vida literária”, “A cultura científica” e “A cultura artística”. A terceira e última parte da obra, intitulada “A transmissão da cultura”, foi organizada em cinco capítulos: “O sentido da educação colonial”, “As origens das instituições escolares”; “A descentralização e a dualidade de sistemas”, “A renovação e unificação do sistema educativo” e “O ensino geral e os ensinos especiais”.

Os capítulos escritos por Fernando de Azevedo na terceira parte dessa obra tem como tema central a educação no Brasil desde as suas origens eclesiásticas com a instalação da

Companhia de Jesus, em 1549, passando pela fundação de diversas escolas e institutos profissionais a partir da iniciativa de Dom João VI, pelas mudanças ocorridas na educação a partir do processo de independência e, mais adiante, pela abolição da escravatura e pelo advento da república com reformas das estruturas políticas, econômicas e sociais.

A terceira parte dessa obra analisará, por tratar-se de um estudo sobre o ensino brasileiro, especificamente os capítulos III, IV e V, que abordam os ensinos técnico e profissional.

No terceiro capítulo, "A descentralização e a dualidade de sistemas", Fernando de Azevedo discorre sobre a importância dos acontecimentos que ocorreram ainda no final do século XIX:

> [...] se verificou o primeiro surto industrial, se estabeleceu uma política imigratória, se aboliu o regime da escravidão, se iniciou a organização do trabalho livre e se inaugurou, com a queda do Império, a experiência de um novo regime político. (AZEVEDO, 1971, p. 615.)

O surto industrial, ocorrido no final do Império brasileiro, contribuiu para a formação de uma classe trabalhadora voltada para as atividades industriais. Com o fim da escravidão e o início do período republicano, foram promovidas mudanças nas estruturas da sociedade brasileira e demonstraram o que Fernando de Azevedo chama de vontade de industrializar-se:

> Esse primeiro surto industrial, de 1885, seguido logo de um período de declínio, se não foi bastante para determinar uma vigorosa transformação de estrutura econômica e introduzir um ritmo novo de vida, já indicava que a população, aumentando, se urbanizava, e tendia a alargar-se a clientela para os produtos manufaturados nacionais e estrangeiros. (AZEVEDO, 1971, p. 616.)

Com o advento do regime republicano, em 1889, e de sua primeira Constituição (1891), o ideal republicano desenvolveu-se e instituiu a forma federativa, o que para a educação pública significou uma transferência de responsabilidade dos municípios para as unidades da Federação:

> [...] transferindo a instrução primária aos Estados, aos quais ficou assegurada a organização do ensino em geral e reservando-se, mas não privativamente, a atribuição de criar instituições do ensino secundário e superior nos Estados e prover à instrução no Distrito Federal. (AZEVEDO, 1971, p. 618.)

Fernando de Azevedo fez uma crítica à República recém-implementada:

> Em vez de arredar os obstáculos à organização de um sistema geral, a República não fez mais do que agravá-los, repartindo entre a União e os Estados as atribuições na esfera da educação e renunciando explicitamente ao dever que lhe indicavam as instituições democráticas de dar impulso e traçar diretrizes à política de educação nacional. (AZEVEDO, 1971, p. 619.)

Nesse contexto, a educação e a cultura, segundo Fernando de Azevedo, não fizeram parte das questões essenciais do recém-implantado governo republicano e continuaram a seguir as linhas de desenvolvimento tradicional, existentes desde o período colonial até pelo menos, até 1918.

> O mesmo espírito literário e livresco; a mesma falta de audácia construtiva e a mesma preocupação excessiva de fórmulas jurídicas [...]. É esse espírito que se reflete na Constituição liberal de 1891 e vai dominar toda a legislação escolar, com exceção da primeira reforma de Benjamim Constant, fortemente influenciada por algumas ideias positivistas. (AZEVEDO, 1971, p. 620.)

Até os anos 1920, predominou na legislação educacional brasileira a mentalidade humanística, que, segundo Fernando de Azevedo, foi a educação que a classe dirigente recebeu em sua formação. Rui Barbosa seria seu principal representante.

> Ao lado da mentalidade humanística, retórica e jurídica, da grande maioria da elite dirigente, educada no antigo regime, erguia-se, com suas tendências científicas e seu corpo de doutrinas, a mentalidade positivista, quase sectária, que se introduzira no Brasil, nos meados do século XIX [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 620.)

O Positivismo teve em Benjamim Constant um dos principais adeptos. Crítico da orientação literária, Constant sustentava a ideia de que se deveria dar mais atenção ao ensino científico em contraponto à orientação literária, que, em sua avaliação, prevalecia na rede de ensino, impedindo o avanço da educação no país.

Fernando de Azevedo afirmava que essas duas mentalidades, humanística e positiva, influenciaram os debates na primeira fase do período republicano, atingindo, inclusive, as esferas

políticas. Sobre a influência do Positivismo no plano educacional brasileiro Fernando de Azevedo escreveu:

> A repercussão das ideias positivistas e a influência do grupo comtista no plano educacional, ainda que superficiais e passageiras nos seus efeitos, tornavam-se tanto mais fáceis quanto a primeira reforma do ensino na República devia ser sob a inspiração de Benjamim Constant, Ministro da Instrução. (AZEVEDO, 1971, p. 622.)

A reforma da Instrução pública promovida por Benjamim Constant contemplou todos os níveis e modalidades educacionais: primária, secundária, superior, artístico e técnico. "Não houve [...] uma instituição que não tivesse sido colhida pelas reformas do 1.º Ministro de Instrução da República; [...] quase todas elas acusam em maior ou menor grau a influência das ideias positivistas [...]" (AZEVEDO, 1971, p. 623). Fernando de Azevedo ressalta que a reforma supervalorizou as disciplinas das ciências abstratas, ao mesmo tempo em que colocou em segundo plano as do ensino literário e clássico:

> Introduzindo no ensino normal e secundário toda a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de Comte, e sobrecarregando com a matemática, elementar e superior, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral, rompeu o reformador com a tradição do ensino literário e clássico e, pretendendo estabelecer o primado dos estudos científicos, não fez mais do que instalar um ensino enciclopédico nos cursos secundários, com o sacrifício dos estudos de línguas e literaturas antigas e modernas. (AZEVEDO, 1971, p. 624.)

As reformas promoveram uma ruptura com a tradição do ensino humanístico e literário, mas, também, provocaram um desconforto por parte das lideranças católicas, contrárias à influência das ideias positivistas nos assuntos da instrução pública. Com o advento do regime republicano, a separação entre Estado e Igreja, e a laicização do ensino público, o Catolicismo viu-se afastado das decisões do Estado:

> Mas, dentro do novo regime em que o Estado instituiu o sistema de neutralidade escolar, a escola que antes se desenvolvia à sombra da Igreja, religião oficial no Império, continuou a progredir pela iniciativa privada e sob o impulso de diversas ordens religiosas. (AZEVEDO, 1971, p. 626.)

Instituições católicas e protestantes passaram a disputar espaços com o ensino público. Dois pontos de vista confessionais, tendo ao seu lado a escola leiga de ensino público, instituído pela Constituição de 1891. Fernando de Azevedo afirma que as escolas protestantes foram responsáveis por propagar ideias pedagógicas estadunidenses no Brasil:

> Foi em grande parte através das escolas, sob a influência direta de ministros e educadores protestantes da América do Norte, que se processou no Brasil a propagação inicial das ideias pedagógicas americanas que começaram a irradiar-se em São Paulo, com a fundação da Escola Americana em 1871 e do Colégio Piracicabano em 1881 [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 628.)

Essas escolas, afirma Fernando de Azevedo, fundadas pelas igrejas metodista e presbiteriana, trouxeram uma contribuição ponderável à educação feminina, pois introduziram a coeducação, em que meninos e meninas estudavam juntos na mesma sala de aula. Apesar desses avanços – estado laico, ideias positivistas, movimento renovador no ensino primário e normal com a influência das técnicas pedagógicas estadunidenses –, Fernando de Azevedo afirma que nenhuma mudança expressiva se concretizou em relação às escolas técnicas.

> Nenhuma criação de escolas técnicas profissionais correspondentes a certos objetivos especificados do interesse nacional, nem qualquer tentativa séria para a instituição de cursos de cultura livre e desinteressada. (AZEVEDO, 1971, p. 629.)

Fernando de Azevedo afirmava que a educação brasileira não promovera, até aquele momento, mudanças significativas que contemplassem os interesses nacionais, como a criação de escolas técnicas profissionais e outras instituições que promovessem a cultura livre e desinteressada, ou seja, voltada para diversas culturas científicas, sem ideia de aplicação profissional. A Igreja Católica, por força da tradição e do prestígio político, continuou exercendo sua influência nas políticas educacionais do Estado brasileiro, a despeito de derrotas como a retirada do ensino religioso do currículo escolar. Segundo Fernando de Azevedo, as ideias positivistas presentes na reforma de Benjamin Constant perderam-se diante de novas propostas de reforma da instrução pública. As escolas protestantes continuaram a desenvolver-se, mas não ao ponto de exercerem a sua influência na educação nacional. Fernando de Azevedo observa que,

diante de novas demandas, econômicas, políticas e culturais, da fase inicial do período republicano, novas tendências educacionais deveriam ser levadas em consideração:

> Só essa educação de base literária – clássica e de preparação para as profissões de advogados, médicos e engenheiros, conferia aos brasileiros um título, os elevava em dignidade social e ficava sendo ainda o caminho dos cargos importantes. A preeminência dos estudos literários sobre os estudos científicos permanecia tão fortemente marcada, no sistema cultural do país, que ainda constituíam e deviam figurar por muito tempo, como instituições solitárias, sem irradiação, as raras escolas ou institutos prepostos ao ensino científico, não aplicado, ou a pesquisa no domínio das ciências naturais. (AZEVEDO, 1971, p. 631.)

Fernando de Azevedo reconhece a importância da educação literária clássica, critica, porém, o predomínio dos estudos literários, "literário-jurídico" e "profissional-utilitário", especialmente com as Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, sobre os estudos científicos que ele chama de "literário-profissional", mais de acordo, segundo Fernando de Azevedo, com a cultura e o sistema educacional republicano. A educação, somente a partir de estudos literários, não promovia, segundo Fernando de Azevedo, o desenvolvimento do espírito crítico e experimental e o gosto pelas ciências exatas, tão importantes para o desenvolvimento do país:

> Nenhum instituto, de fato, foi criado nesse largo período, para as diversas culturas científicas, sem ideia de aplicação profissional; e, no domínio das escolas técnicas, especiais, as poucas iniciativas, dispersas e isoladas, nem denunciavam qualquer plano de conjunto, concebido de acordo com uma nova política de educação, nem exprimiam ou lograram suscitar um movimento de interesse pela cultura técnica, agrícola e industrial, econômica e social no país. (AZEVEDO, 1971, p. 632.)

Fernando de Azevedo faz uma crítica contundente à república brasileira, que não trouxe a educação para a sua agenda e não assumiu a tarefa de educar, no sentido escolar, o povo brasileiro.

Fernando de Azevedo cita como exemplo de instituição que surgiu, não para a promoção do progresso dos estudos científicos em si, mas, pela necessidade de se resolver um problema, a criação da Escola de Manguinhos, hoje Fiocruz, no ano de 1900. Originalmente, a Fiocruz foi

concebida para a fabricação de soros e vacinas para combater doenças que se propagavam no país, como a peste bubônica e a febre amarela.

Mesmo diante dos avanços promovidos pelas poucas instituições de pesquisa no país, como a Fiocruz, museus, estações experimentais e laboratórios, Fernando de Azevedo afirma que tais iniciativas não faziam parte de uma política pública que integrasse essas atividades científicas a um sistema nacional de ensino. Para Fernando de Azevedo,

> [...] a atividade realizada nessas diversas instituições culturais, [...] não denunciavam esses progressos que pressupõem transformações de mentalidade ou de política de cultura: produtos isolados e dispersos, de esforços individuais, viviam do impulso que davam às suas preciosas atividades, orientadas em diversos sentidos esses espíritos raros, atraídos para as pesquisas e os trabalhos originais. (AZEVEDO, 1971, p. 634.)

Tais iniciativas eram realizadas, conforme afirma Fernando de Azevedo, a partir do esforço pessoal de individualidades, muitas vezes em busca de soluções para resolver questões da saúde e da economia nacional. Isso significa que

> [...] na fase inicial do ciclo republicano, nada se empreendeu para mudar a mentalidade da elite dominante, por meio de grandes escolas prepostas não somente a formar especialistas altamente qualificados nos diversos ramos do saber humano como também a promover os progressos das ciências pela pesquisa desinteressada. (AZEVEDO, 1971, p. 634.)

A pesquisa desinteressada proposta por Azevedo ocorreria ao desenvolverem-se atividades científicas pelo gosto da observação e da experimentação sem o compromisso único e exclusivo de atender às demandas existentes, como a ausência de universidades, a reorganização do ensino secundário e a ausência de escolas de formação de professores:

> Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança de regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. (AZEVEDO, 1971, p. 634.)

Para Fernando de Azevedo o sistema de ensino brasileiro conservava falhas que, mesmo com o advento da República, não foram corrigidas. Afirma que tanto o ensino superior quanto o

ensino secundário pecavam por não promoverem o espírito científico. Salientava também que o ensino secundário apresentava problemas fundamentais, tais como a sua inadequada organização e a ausência de institutos voltados para a formação de professores:

> Do ponto de vista da estrutura, o nosso ensino médio, herdeiro e continuador dos colégios dos jesuítas, mantinha-se mais ou menos fiel às suas origens latinas e puramente literárias e guardava, sem modificações essenciais, senão o plano tradicional de estudos, o mesmo espírito e o mesmo caráter que lhe imprimiu o Império [...]. A questão que por toda parte se agitava, da preeminência dos estudos literários sobre os estudos científicos, permaneceu sem solução através dos planos de diversos reformadores, legisladores ou Ministros de Estado. (AZEVEDO, 1971, p. 635.)

Nesse sentido, segundo Fernando de Azevedo, a república brasileira não sabia como conduzir a educação. A ausência de mudanças em relação ao período monarquista é um indício disso. A cultura tradicional e livresca herdada das escolas confessionais ocupava um papel central no ensino brasileiro. Fernando de Azevedo afirmava que isso dificultava a propagação do que ele chamou de cultura nova das ciências. Essa ausência de tradição científica foi um forte obstáculo enfrentado pelos reformadores da educação:

> [...] o ensino médio ou de cultura geral não encontrou na República, até 1930, um legislador que, pondo ordem na confusão, lhe desse uma estrutura, sólida e flexível a um tempo, adaptada tanto aos seus fins como às necessidades e aspirações sociais da época e do meio. (AZEVEDO, 1971, p. 637.)

Fernando de Azevedo (1971) chama de confusa a forma como o ensino médio havia sido estruturado no Brasil até então, com apenas uma instituição federal, o Colégio Pedro II, e com alguns poucos estabelecimentos estaduais desconectadas da realidade brasileira, com suas necessidades e aspirações sociais. Afirma também que, até então, a iniciativa de escolas religiosas e leigas que ofereciam essa modalidade de ensino contemplava apenas uma pequena parcela privilegiada de jovens da sociedade brasileira. Essas instituições pouco contribuíram para a renovação do espírito e dos métodos de ensino por estar subordinadas a rigorosas leis federais que as impediam de exercer livremente seus sistemas e métodos de ensino.

De acordo com Fernando de Azevedo (1971), os sistemas escolares estaduais eram organizados nas várias regiões do país de acordo com as condições de cada região ou município.

No estado de São Paulo desenvolveram-se as atividades agrícolas ligadas à cultura cafeeira. Com o fim da escravidão e os incentivos subsidiados pelo governo, para a fixação de mão de obra imigrante, grande parte dos estrangeiros que chegavam ao Brasil optaram por permanecer na região. A adoção da mão de obra livre nos latifúndios produtores de café no final do século XIX fez com que São Paulo recebesse imigrantes de diversos países e regiões. Fernando de Azevedo afirma:

> Foi em São Paulo para onde se deslocou o centro da vida econômica do país, que tomou maior impulso a instrução nos seus diversos graus e modalidades. A política adotada de financiamento da imigração [...] as novas perspectivas que se rasgaram ao trabalho de colonos [...] e o desenvolvimento da lavoura cafeeira [...] concorreram poderosamente para atrair a essa região do país e nela fixar as maiores correntes de imigração. (AZEVEDO, 1971, p. 639.)

Os avanços econômicos provenientes da cultura cafeeira contribuíram, segundo Fernando de Azevedo (1971), para a organização de um sistema educacional no estado de São Paulo. Sobre essa situação Fernando de Azevedo afirma:

> Essa situação de prosperidade que se prolongou até 1928, na economia rural, com fundamento na lavoura do café, e a que o surto das indústrias, sobretudo a partir de 1918, devia dar um impulso vigoroso, permitiu ao Estado de São Paulo organizar em bases mais sólidas e largas o seu sistema de educação. (AZEVEDO, 1971, p. 640.)

Diante disso, o estado de São Paulo organizou seu sistema de ensino, fundou instituições voltadas ao ensino e à pesquisa científica de acordo com as demandas regionais, com destaque para a agricultura, o comércio e a indústria. Entretanto, essas iniciativas, afirma Fernando de Azevedo, não foram suficientes para resolver todas as questões do Estado:

> No próprio Estado de São Paulo que, sob o impulso da lavoura, se transformava em ritmo acelerado, e em que novas escolas técnicas e institutos científicos se criaram para suprir as lacunas do ensino tradicional das velhas faculdades, muito pouco se fez para introduzir um novo espírito e orientar parte da mocidade que se destinava às escolas superiores, para a instrução técnica, sobretudo agrícola, e para as escolas de comércio. (AZEVEDO, 1971, p. 642.)

Apesar dos avanços obtidos, São Paulo, ainda estava longe de promover as mudanças necessárias no sentido da instituição do sistema educacional. Fernando de Azevedo (1971) ressaltava que o ensino ainda era acentuadamente tradicional, com oferta de cursos voltados a atender uma elite ligada às atividades do campo e também a uma burguesia urbana. No processo de formação dessas lideranças, os cursos oferecidos eram os de ocupação considerada mais nobre: medicina, direito e engenharia. Essa formação garantia, de certa forma, as melhores colocações em cargos na administração pública e também eram vistas como oportunidade de ascensão social e política. Fernando de Azevedo afirmava que essa mentalidade fazia com que as outras carreiras fossem colocadas em segundo plano:

> [...] com essa mentalidade jurídico-profissional, voltada inteiramente para as carreiras liberais e para as letras, a política e a administração, continuasse o ensino técnico, assim como o científico, relegado para o plano secundário. A abolição do regime servil, não acarretou como não podia acarretar de um momento para outro a transformação da mentalidade que com ele se formou, de descaso pela ciência e pela técnica e desprezo pelas atividades de base manual e mecânica. (AZEVEDO, 1971, p. 644.)

Outra questão exposta por Fernando de Azevedo (1971) foi o desprezo da sociedade brasileira pelas atividades manuais e mecânicas, consequência de mais de trezentos anos de regime de escravidão, algo ainda a ser superado.

Em se tratando do ensino técnico, Fernando de Azevedo afirma que, mesmo com o desenvolvimento industrial em alguns centros econômicos do país, especialmente São Paulo e o Rio de Janeiro, não existiu uma preocupação por parte das elites dirigentes em elaborarem sistemas escolares que contemplassem as diversas culturas técnicas necessárias ao novo contexto econômico brasileiro:

> No entanto, não faltaram iniciativas isoladas, públicas e particulares, no domínio do ensino técnico e profissional, em que São Paulo foi também o Estado abridor de caminhos, mas sem bastante convicção e impulso para prosseguir na obra de que apenas, por essa época, se lançaram os fundamentos. (AZEVEDO, 1971, p. 645.)

Essas instituições às quais Fernando de Azevedo fazia referências são o Liceu de Artes e Ofício, a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz de Piraçicaba, a Escola de Comércio Álvares

Penteado e as duas primeiras escolas profissionais masculinas e femininas, instaladas em São Paulo em 1911. Apesar dessas iniciativas, essas escolas permaneceram dispersas e isoladas, e o problema do ensino técnico persistiu. Fernando de Azevedo ainda analisou a situação de outras instituições de ensino técnico nos demais estados brasileiros e afirmou:

> [...] ter-se-á o quadro de ensino técnico-profissional, deficiente e precário, sem articulações com o sistema educativo, no seu conjunto, e sem ligação com as indústrias. [...] nenhum esforço se realizou para resolver o problema das relações entre o ensino profissional, tratado isoladamente, e os outros ensinos, nem para estabelecer um contato mais íntimo das escolas industriais com os meios profissionais interessados, nem ainda para conjugar racionalmente ciência e técnica e ensinar o lugar de cada indústria no conjunto da vida econômica, o *processus* das diferentes produções e sua dependência mútua, e a tecnologia geral donde derivam todas as técnicas particulares. (AZEVEDO, 1971, p. 646.)

Em suas análises, Fernando de Azevedo afirma que essas iniciativas isoladas não resolveriam os problemas da educação técnica nacional, pois não faziam parte de uma política nacional de educação:

> [...] a falta de diretrizes uniformes de uma política escolar e, [...] a multiplicidade de sistemas [...] acabaram por quebrar, não a unidade fundamental do espírito, estreitamente ligado à tradição, mas a unidade de estrutura da educação nacional. (AZEVEDO, 1971, p. 647.)

A educação nacional, segundo Fernando de Azevedo, era herdeira de tradições complexas, sociais, religiosas, literárias e profissionais, que se combinaram e se fundiram desde o período colonial. Essa tradição resistiu às inovações. Parte dessa tradição residia na ideia de que as escolas superiores seriam lugares de recrutamento das elites culturais do país, lugar de formação para as profissões liberais. Nesse sentido, as escolas secundárias seriam lugares de preparação dos candidatos ao ensino superior.

Fernando de Azevedo afirmava ainda que os sistemas escolares estavam organizados de forma a promover uma dualidade. Uma

> [...] dualidade de sistemas, sobrepostos, constituindo dois mundos que se mantinham separados desde o Império, e entre os quais a República não procurou lançar as pontes de ligação: o ensino primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o ensino secundário e superior, de outro [...],

> o sistema de educação popular e o de formação de elites. Certamente muito pouco se fez, de plano deliberado, para cobrir o abismo que separa as camadas populares e as camadas cultas do país, cuja população foi e é ainda caracterizada por extraordinárias desigualdades de cultura segundo as regiões e as classes. (AZEVEDO, 1971, p. 648.)

Os anos 1920 foram decisivos para o surgimento de um movimento reformador da cultura e da educação brasileira. Segundo Fernando de Azevedo (1971), nesse contexto foram promovidos avanços no campo com o aumento da produção agrícola, especialmente a cultura do café, um surto industrial significativo após a Primeira Guerra Mundial, a intensificação do processo de migração para os grandes centros e a vinda de imigrantes europeus. Essas transformações socioeconômicas promoveram um ambiente de agitação e de renovação de ideias.

A renovação escolar tem como ponto de partida ou de referência a reforma Sampaio Dória (1920) em São Paulo, mas espalhou-se por outros estados brasileiros com Lourenço Filho (1924) no Ceará; Anísio Teixeira na Bahia (1925–1931) e no Distrito Federal (1931–1935); Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922–1926); Lisímaco da Costa no Paraná (1925); e Francisco Campos em Minas Gerais (1926–1930). Apesar dos esforços promovidos por esses reformadores, Fernando de Azevedo (1971) afirma que não conseguiram firmar-se contra a resistência oposta pela tradição das forças conservadoras.

Fernando de Azevedo afirma que a reforma Sampaio Dória se limitou ao ensino primário e concentrou seus esforços na transformação de métodos e técnicas de ensino. Sobre as demais reformas:

> [...] já se orientam por uma ação, variável no grau de intensidade, como no conteúdo e nos objetivos, para a renovação escolar, semeando novas ideias e técnicas pedagógicas, promovendo realizações e organizando planos de reformas. Parciais ou globais, mas todas limitadas ao ensino primário e aos seus problemas fundamentais. (AZEVEDO, 1971, p. 653.)

Apesar dos esforços promovidos por esses reformadores, Fernando de Azevedo afirma que iniciativas pessoais não resolveriam os problemas da educação do país. Ele entendia que essas reformas

> [...] não traduziam (...) uma política orgânica traçada pelas elites governantes, mas antes as tendências pessoais de educadores determinados, que agiam por sua própria conta, orientando, no sentido das ideias novas, as suas iniciativas a que sucediam contra-reformas, de volta ao passado. [...] no momento em que, incapazes de fazer a sua própria política, com o apoio dos reformadores, e recusando-se a fazer a política destes, os governos preferiam nada alterar, nesta ou naquela direção. (AZEVEDO, 1971, p. 654.)

Fernando de Azevedo salientava que essas iniciativas isoladas, mesmo promovendo avanços em algumas regiões, não faziam parte de um projeto de educação nacional e por isso não resolveriam os problemas estruturais da educação do país. Segundo Fernando de Azevedo (1971), na ausência de uma política integradora por parte do Estado brasileiro, a ABE contribuiu para que as discussões sobre a educação já desenvolvidas na Europa e nos EUA circulassem entre os educadores nos estados brasileiros:

> Essa sociedade de educadores, – a primeira que se instituiu no Brasil, com caráter nacional, foi, sem dúvida, um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução dos problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados. (AZEVEDO, 1971, p. 654–655.)

Segundo Fernando de Azevedo, o inquérito sobre a educação organizado e dirigido por ele em 1926 foi um dos mais importantes documentos na história do movimento de renovação escolar que tomou corpo em várias grandes reformas, inclusive a promovida por ele no Distrito Federal em 1927–1930.

> Foi, porém, na reforma de ensino empreendida no Distrito Federal, em 1927–30 [...] que se acentuaram com mais precisão e vigor as grandes linhas diretrizes, [...] que já se anunciavam naquela ampla sondagem de opinião e orientaram as mais importantes tentativas de renovação e reconstrução educacional no país. (AZEVEDO, 1971, p. 656.)

Fernando de Azevedo afirmava que a reforma promovida por ele no Distrito Federal foi a que mais mobilizou e influenciou quase todos os estados brasileiros, despertando uma consciência educacional nacional.

É nesses novos ideais de educação que se têm de buscar

> [...] os princípios fundamentais que presidiriam à organização do sistema escolar, ajustado como aparelho técnico, no seu conjunto sistemático de medidas e instituições [...] aos fins pedagógicos e sociais [...]. A radical transformação de processos em que importou a reforma, proveio, pois, da nova finalidade (social, democrática, nacional) atribuída ao sistema de educação [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 657.)

Fernando de Azevedo promoveu a reforma no sistema escolar do Distrito Federal, reestruturando e promovendo para a educação novos fins de caráter social, democrático e nacional.

> Não foi uma reforma "de superfície", de caráter administrativo ou de pura renovação de técnicas, mas uma reforma radical, feita de profundidade, e montada para uma civilização industrial, e em que, tomando o sentido da vida moderna e das necessidades nacionais, se procurou resolver as questões de técnica em função de uma nova concepção da vida e de cultura e, portanto, de novos princípios e diretrizes de educação. (AZEVEDO, 1971, p. 657.)

Fernando de Azevedo assegurava que a reforma promoveu mudanças estruturais na educação do Distrito Federal, desenvolvida de acordo com as necessidades de uma civilização industrial em processo de formação.

A reforma ocorrida no Distrito Federal deveria servir de modelo a ser difundido e propagado nos estados brasileiros. As Conferências Nacionais promovidas pela ABE nas capitais serviram de lugar de circulação dessas ideias para promover o debate entre os professores de diversos estados brasileiros:

> Podíamos estar e, de fato, ainda estávamos longe de uma política nacional de educação, cujos princípios fundamentais informassem de alto abaixo a organização de todos os sistemas escolares e que atendesse não só as exigências de uma sociedade nova, de forma industrial [...] como também às condições específicas do meio social brasileiro, ainda não profundamente atingido pelos efeitos da revolução industrial. [...] novas técnicas, novos hábitos de vida e novos ideais, correspondentes a um novo tipo de civilização. (AZEVEDO, 1971, p. 659–660.)

Fernando de Azevedo afirma que a reforma de 1928, coordenada por ele no Distrito , inaugurou efetivamente uma política de educação no Brasil. A reforma, segundo ele,

> [...] baseada numa concepção democrática da existência e no respeito da pessoa humana, se pretende alcançar, na capital do país, era aquela "educação universal" a que se refere J. Dewey e que põe ao alcance de todos as suas vantagens e satisfaz à imensa variedade das exigências sociais e das necessidades e aptidões individuais [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 665.)

Ainda em 1928, quando tinha 34 anos, Fernando de Azevedo buscou sua referência educacional nos estudos desenvolvidos pelo anglo-americano John Dewey.

A chamada Revolução de 1930, momento em que Getúlio Vargas chegou ao poder a partir de uma aliança com grupos políticos diversos, não contemplou, segundo Fernando de Azevedo (1971), um programa político definido de ação escolar e cultural. As ideias novas, que já circulavam pelo país, intensificaram-se nesse período. Lourenço Filho, que havia fundado a Biblioteca de Educação em 1929, publicou o livro *A introdução ao estudo da Escola Nova* em 1930; e Fernando de Azevedo publicou *Novos caminhos e novos fins* em 1931, em que aborda os princípios da nova política de educação adotados na reforma do Distrito Federal e fundou, em 1931, a Biblioteca Pedagógica Brasileira. Com o avanço de uma consciência educacional, o movimento renovador da educação encontrava nesse novo cenário político condições mais favoráveis à sua execução.

Foi nesse ambiente que o governo provisório criou o Ministério da Educação e Saúde. O primeiro-ministro foi o educador mineiro Francisco Campos, que promoveu mudanças no ensino secundário, para que se tornasse mais educativo e menos instrumento de acesso ao ensino superior, e também no próprio ensino superior. Apesar desses avanços promovidos, a política de laicidade escolar, contemplada na Constituição de 1891, não foi respeitada e o ensino religioso foi instituído nas escolas públicas. Católicos e reformadores promoveram um longo embate movido por diversas questões:

> [...] as ideias mais ardentemente combatidas pelos católicos que definiram a sua posição em face do Estado e da escola oficial, foram a da laicidade do ensino, a da co-educação dos sexos e a do monopólio da educação pelo Estado. (AZEVEDO, 1971, p. 672.)

Por ocasião da realização da IV Conferência Nacional de Educação, realizada em 1931, foi solicitado pelo governo federal que os participantes elaborassem uma definição dos princípios da educação para o programa de governo. Diante das divergências internas, foi proposta a Fernando de Azevedo a elaboração de um manifesto com os novos ideais e fixar, dessa maneira, o sentido fundamental da política educacional brasileira. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi publicado em 1932 e contou com a assinatura de muitos professores. As diretrizes de uma política escolar foram lançadas a partir de novos ideais pedagógicos e sociais, planejada para uma civilização urbana e industrial. O Manifesto apontou os problemas da educação e o caminho a ser percorrido para o avanço na construção de um sistema nacional. Alguns dos pontos importantes desse programa de política educacional eram, segundo o redator Fernando de Azevedo:

> A defesa do princípio de laicidade, a nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica. (AZEVEDO, 1971, p. 675.)

Fernando de Azevedo defendia a construção de um sistema completo de educação com uma estrutura orgânica e um sistema de ensino flexível em que teoria e prática se relacionassem, um sistema com normais gerais e uma variedade de subsistemas escolares de acordo com as demandas regionais, o desenvolvimento do espírito científico e uma reestruturação do ensino secundário a partir do desenvolvimento do ensino técnico e profissional.

Fernando de Azevedo salientava que o processo de renovação pedagógico nacional teve início com a reforma promovida por ele, em 1928, no Distrito Federal, o qual se estendeu pela IV Conferência Nacional de Educação em 1931, pela elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e, como ponto culminante, a V Conferência Nacional de Educação. Essa conferência objetivava coletar sugestões para a elaboração e a aprovação de um plano nacional de educação para o anteprojeto da Constituição federal.

A Associação Brasileira de Educação instituiu algumas comissões de trabalho e nomeou participantes para fixação de sugestões a serem apresentadas. Fernando de Azevedo participou

da “comissão dos 32”, como presidente, e contou com a participação de Lourenço Filho e Anísio Teixeira como relatores. Também participou da “comissão dos 10”, responsáveis pela elaboração do plano da educação nacional. Os debates promovidos nas assembleias fizeram acirrar ainda mais as diferenças entre tradicionalistas e renovadores.

Após longo período de debates, foram aprovados o anteprojeto do capítulo “Da educação nacional” para a Constituição brasileira e o esboço do plano nacional de educação, ainda em 1932. Em fevereiro de 1933, o texto foi apresentado à Comissão Constituinte. Foi no calor dessas disputas que Fernando de Azevedo elaborou o capítulo II da Constituição de 1934, intitulado “Da educação e da cultura”:

> A Carta de 1934 instituiu, de fato, medidas que assegurassem uma política nacional em matéria de educação, atribuindo à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional [...] e de fixar o plano nacional de educação [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 691.)

O capítulo da Constituição de 1934 sobre a educação atendeu os pontos fundamentais das reivindicações do grupo católico ao manter o ensino religioso nas escolas, mas também atendeu a diversos pontos levantados pelos reformadores.

Com o golpe de Estado protagonizado por Vargas em 1937, foi instalado no Brasil um governo autoritário e também elaborada nova Constituição federal, agora outorgada. Embora contraditório, a nova Carta, segundo Fernando de Azevedo, apresentou tendências ainda mais democráticas que a de 1934;

> A nova Constituição [...], reafirmou, com efeito, levando ainda mais longe [...], as finalidades e as bases democráticas da educação nacional, não só estabelecendo pelo art. 28 que “a arte e a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, públicas e particulares”, como também mantendo a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, instituindo, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias e, sobretudo, dando preponderância, no ensino pré-vocacional e profissional, que se destina “às classes menos favorecidas e é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado” (art. 129). (AZEVEDO, 1971, p. 693–694.)

Fernando de Azevedo afirma que a Carta de 1937 é a mais abrangente no quesito ensino profissional, pois determinou que essa modalidade de ensino se tornasse prioridade do Estado.

> [...] não só nos objetivos que teve em vista, de educar a mocidade pelo trabalho, como também nos meios que adotou para atingi-los, e que constituíram transformação radical na estrutura do ensino profissional, pela ligação orgânica da teoria e da prática, assegurada pela aplicação imediata das lições ao laboratório, pela organização do trabalho, nos campos e nas oficinas e pela colaboração obrigatória, das indústrias e do Estado na preparação de operários qualificados. (AZEVEDO, 1971, p. 694.)

Nesse sentido, segundo a legislação estabelecida, o Estado brasileiro seria responsável por criar, incentivar e subsidiar as iniciativas de fundação de escolas de ensino profissional, tanto públicas quanto particulares por parte de indústrias e sindicatos. Fernando de Azevedo observa que as duas Cartas, a de 1934 e a de 1937

> [...] assinala a vitória definitiva de uma política escolar com caráter nacional, nos seus princípios e nas suas diretrizes fundamentais, estabelecidas para todos os graus e tipos de ensino, de maneira a favorecer no país uma educação bastante livre para respeitar as diversidades, mas bastante forte para fazer progredir a obra comum no respeito dessas diversidades. (AZEVEDO, 1971, p. 695.)

Fernando de Azevedo sustenta que o golpe de Estado protagonizado por Vargas em 1937 cumpriu um papel decisivo no processo de reorganização dos sistemas de ensino:

> Os atos do governo central, desde 1934, indicavam expressamente antes a adesão à ideia de um plano de cooperação interadministrativa do que a vontade de impor uma determinada política educacional. (AZEVEDO, 1971, p. 696.)

Fernando de Azevedo também aborda, em seus escritos, os ensinos especiais a partir do desenvolvimento industrial e as novas exigências técnicas da sociedade brasileira em vias de urbanização, além das atividades manuais e mecânicas no Brasil, que eram exercidas inicialmente por escravos e mestiços nas minas e engenhos:

> Do sistema de trabalho baseado no regime servil, e do predomínio, em consequência, do elemento escravo nas atividades manuais e mecânicas, herdara essa sociedade apenas emergida do coloniato, o desinteresse senão a

> repugnância pelas profissões técnicas e pelos trabalhos físicos. (AZEVEDO, 1971, p. 739.)

Nesse sentido, a propagação do ensino técnico encontrou resistência por parte das elites e da recente classe média, conforme afirma Fernando de Azevedo:

> A força do preconceito, em relação ao trabalho de base manual e mecânico, socialmente pouco estimado [...] não podia deixar de opor-se, nessa sociedade de elites acadêmicas, à propagação do ensino técnico, agrícola, comercial e industrial, que não encontrava, no desenvolvimento das indústrias, um elemento para vencer aquela prevenção herdada do sistema colonial de ensino e de cultura [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 740.)

Ainda arraigados aos costumes e às tradições que julgavam imutáveis, a sociedade brasileira não deu a devida atenção à técnica moderna já difundida em ampla escala nos países com significativo avanço industrial:

> A cultura científica e a cultura técnica ainda eram muito pouco espalhadas na burguesia, como nas elites intelectuais e dirigentes, que se contentavam, em geral, de admirar em bloco, de maneira literária, as "maravilhas" da ciência e da técnica, sem nenhuma preocupação real de alargar, no país, o campo de suas aplicações. (AZEVEDO, 1971, p. 741.)

Até os anos 1930, em decorrência do predomínio das atividades ligadas à agricultura, não se justificava, conforme Azevedo (1971), a criação de novas escolas especiais. Dessa forma, o ensino técnico começou a ser implantado de forma efetiva a partir das escolas agrícolas. Foram criadas escolas agrícolas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Também foram criadas algumas escolas de comércio, como a de Porto Alegre.

Fernando de Azevedo afirma que as mudanças só começaram a ocorrer a partir do surto industrial ocorrido nos anos 1920, decorrente dos desdobramentos da Primeira Grande Guerra:

> Mas foi no decênio de 1931–41, com o desenvolvimento crescente da indústria e o aperfeiçoamento das técnicas que chegaram a influir vigorosamente, no sentido de uma nova civilização, as forças econômicas novas, já coordenadas pela atividade condutora dos capitães de indústria, e bastante poderosas para suscitar, no fluxo e refluxo da vida econômica e industrial, problemas técnicos, sociais e políticos [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 744.)

Esse cenário que se formava com o desenvolvimento das atividades industriais favoreceu a migração de pessoas provenientes das mais diversas regiões do país em direção aos grandes centros, especialmente para São Paulo. Fernando de Azevedo ressalta que os problemas da educação que estavam em discussão desde os anos 1920 passaram a ocupar o centro dos debates:

> Mas, de todos os problemas que se estabeleceram com maior acuidade, e cujo estudo e solução começaram a impor-se sob pressão das coisas, o que adquiriu maior importância foi o da cultura industrial e da formação técnica, por meio de escolas profissionais, de grau primário, médio e superior, e de escolas especializadas (como mecânica, química e eletricidade), em que se dessem um ensino teórico dessas ciências e um ensino técnico sobre as indústrias às quais deviam aplicar-se os seus princípios. (AZEVEDO, 1971, p. 745.)

No final dos anos 1930 inaugurou-se no Brasil uma política educacional, chamada por Fernando de Azevedo de a mais brilhante e fecunda, em se tratando da educação profissional. A educação técnica e profissional do país tornou-se, em relação à educação, o primeiro dever do Estado. Nesse sentido, segundo a Carta de 1937, o Estado deveria fundar instituições de ensino profissional além de subsidiar as iniciativas dos estados e municípios, bem como as particulares vinculadas a indústrias e associações.

> As modificações das condições industriais, tais como o aperfeiçoamento e a extensão do trabalho da máquina e o emprego de processos de fabricação científicos, alteraram as necessidades profissionais que não podiam ser atendidas com as escolas profissionais de velho tipo, sem articulação estreita com as indústrias. (AZEVEDO, 1971, p. 747.)

Dessa forma, o ensino técnico foi reorganizado de acordo com as demandas nacionais. Foi estabelecido que o Estado deveria

> [...] determinar a cooperação dos sindicatos e das fábricas na educação profissional, pela criação e manutenção, nos estabelecimentos fabris, de escolas para aprendizes e de cursos de aperfeiçoamento industrial para adultos e menores. (AZEVEDO, 1971, p. 747–748.)

O plano sistemático de ensino industrial organizado pelo Estado, segundo Fernando de Azevedo,

> [...] abrange escolas, de cursos reduzidos ou complexos, destinados à formação de artífices nos diversos setores industriais, ou sejam os liceus industriais em que se transformarão as escolas de aprendizes artífices, criadas em 1909; escolas prepostas à preparação dos mestres de ofício e ainda as escolas técnicas que têm por fim a formação do técnico, elemento intermediário entre o artífice e o engenheiro. As escolas industriais receberão [...] os alunos que tenham curso primário e que, terminado o dos liceus industriais, poderão ingressar nas escolas técnicas [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 748.)

Parte desse projeto para o ensino profissional contemplava a contratação de engenheiros e técnicos europeus e estadunidenses para orientarem o ensino industrial a partir das práticas realizadas nas indústrias.

Apesar dos avanços promovidos pela resolução do governo federal, Fernando de Azevedo afirma que

> [...] por maiores progressos que tenha feito a especialização profissional, em consequência da divisão do trabalho social e das modificações operadas pelos fenômenos de urbanização e industrialização, não se pode afirmar que deles tenham resultado variações acentuadas na hierarquia dos tipos profissionais. [...]. Se é verdade que a educação se tornava uma "função especializada" à medida que a sociedade se diversificava em classes e grupos profissionais, não é menos certo que essas "educações especiais [...] se erguiam, nos sistemas escolares, sobre uma mentalidade coletiva, que permanecia essencialmente a mesma, sob vários aspectos. (AZEVEDO, 1971, p. 749.)

Nesse sentido, as profissões de médico, advogado e engenheiro eram mais valorizadas pelas famílias em busca de ascensão social para seus filhos. Contudo, Fernando de Azevedo aponta uma tendência de valorização das atividades ligadas à agricultura e à indústria:

> Ao lado das profissões intelectuais, de tradições enraizadas, e que não apresentam sinais de declínio, começaram as profissões e as escolas técnicas a exercer maior atração sobre a mocidade e a gozar de maior prestígio social, decorrente da ação e dos aperfeiçoamentos dos serviços técnicos, em todos os ramos de atividades agrícolas, comerciais e industriais. (AZEVEDO, 1971, p. 751.)

Fernando de Azevedo afirma que o Decreto n.º 4.073, assinado por Getúlio Vargas em 1942, estabeleceu "[...] as bases e o regime do ensino industrial, destinado à preparação dos trabalhadores da indústria e dos de transportes, dando às escolas técnicas, entre outras funções, a de formar mestres de ofícios e professores especializados para os liceus industriais" (AZEVEDO, 1971, p. 762).

Outra importante contribuição para a mudança de mentalidade de supervalorização das profissões liberais, conforme afirma Fernando de Azevedo, foi a iniciativa de promoção da vinda de missões estrangeiras ao Brasil e também o incentivo aos estudantes brasileiros por meio de bolsas de estudo para a Europa e aos EUA.

> É em grande parte, por essas influências de professores eminentes, de várias origens, contratados no estrangeiro, e pela ação a distância de universidades europeias ou americanas, sobre jovens licenciados, enviados para se aperfeiçoarem nos estudos, que a inteligência brasileira conseguiu estender o seu domínio e dilatar o raio de suas aventuras. (AZEVEDO, 1971, p. 763.)

A busca pela especialização dos professores fez parte de um esforço do Estado, segundo Fernando de Azevedo, no sentido de promover a unidade de ensino:

> [...] todas as disposições das leis e decretos federais, visando à coordenação dos ensinos, à continuidade e à interpenetração das educações, escolares e pós-escolares e ao desenvolvimento dos auxiliares mecânicos postos a serviço dos ideais nacionais, têm concorrido notavelmente para se instituir, [...] uma política nacional de educação. (AZEVEDO, 1971, p. 764.)

Fernando de Azevedo refere-se na citação acima ao governo instituído por Vargas em 1937, o Estado Novo. Afirma ainda que os avanços na ciência e na indústria, com os esforços do governo na administração, no domínio estatístico com o IBGE e pedagógico e cultural com o Ministério da Educação, contribuíram para as transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil naquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o descrito na introdução, a pesquisa que deu origem a esta dissertação visou a analisar textos de Fernando de Azevedo do período de 1926 a 1943 sobre a educação profissional e técnica.

A primeira etapa desta pesquisa buscou situar a trajetória de Fernando de Azevedo no período demarcado, identificando os lugares de sua atuação, os cargos que ocupou no governo e em instituições civis, a participação em acontecimentos relacionados à educação brasileira, enfim, seus círculos e lugares de sociabilidade, bem como sua identificação geracional. Esse período é marcado por sua grande produção intelectual e intensa atividade profissional. Foi nesse período que Fernando de Azevedo transitou do direito para os estudos do corpo e a educação física, depois para o jornalismo e a literatura e daí para a educação.

Também foi proposta desta pesquisa mapear e categorizar o repertório de temas educacionais abordados por Fernando de Azevedo nos escritos do período demarcado e identificar elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica. Nesse sentido, após leituras exploratórias, optou-se pela concentração em dois de seus livros: *A educação pública em São Paulo*: *problemas e discussões* (1937) e *A cultura brasileira* (1943).

Os anos 1920 foram de significativas transformações na sociedade brasileira. Nesse contexto, ocorreram debates sobre um projeto de modernização para o país. Nesses debates estavam as primeiras discussões sobre a educação brasileira como política pública. Com o avanço industrial, surgiu a necessidade de se pensar a educação profissional, e esse tema tornou-se pauta central nas discussões do empresariado industrial e de políticos e intelectuais. Optou-se por fazer um recorte temporal nesta pesquisa a partir de 1926, levando em consideração o período em que Fernando de Azevedo voltou a sua atenção para a educação brasileira, com aportes sobre a educação profissional. O período estudado estende-se até 1943, ano em que Fernando de Azevedo escreveu o livro *A cultura brasileira* como parte introdutória ao Recenseamento Geral de 1940.

Fernando de Azevedo trabalhou como redator para o jornal O Estado de S. Paulo, em que organizou um inquérito sobre a educação de São Paulo. Esse inquérito, realizado em 1926, colocou Fernando de Azevedo em contato com os problemas da educação brasileira. Em 1937, Fernando de Azevedo publicou o livro *A educação pública em São Paulo*: *problemas e discussões,* que apresenta na íntegra as questões abordadas no inquérito. Nessa obra, Fernando de Azevedo analisa as condições da educação profissional e técnica existente até então no país e questiona a falta de interesse das elites brasileiras para as questões do trabalho, particularmente em relação à formação técnica do trabalhador nacional. Fernando de Azevedo advertia o público para o fato de que os cursos oferecidos não correspondiam às necessidades de um país em vias de industrialização. Ele revela que as dependências das escolas não possuíam estrutura adequada e os professores não recebiam nenhuma preparação. Além disso, ele observa a existência de uma legislação "inepta e confusa", desprovida de horizontes de expectativa e incapaz de fomentar políticas públicas. Em relação aos cursos ofertados, Fernando de Azevedo afirma que não estavam conectados com uma perspectiva industrialista e que, para pertencer ao quadro de ofícios das escolas públicas, deveriam ter alcance social ou técnico baseados em princípios científicos. Eram cursos desconectados em diferentes sentidos: desconectados da técnica e da ciência, desconectados de uma perspectiva de industrialização e urbanização.

Fernando de Azevedo salientou a necessidade de um sistema de ensino profissional integrado a um projeto maior que levasse em consideração as especificidades locais e regionais diante de uma perspectiva nacional de industrialização. É interessante observar que Fernando de Azevedo buscou sua referência educacional nos estudos desenvolvidos pelo anglo-americano John Dewey, conforme ele sugere numa das perguntas do inquérito.

Fernando de Azevedo defendia que o trabalho manual e o desenho fossem ofertados em todas as escolas, na condição de elementos básicos da educação. Nesse ponto Fernando de Azevedo era protagonista na geração que identificava a antipatia das elites brancas brasileiras em relação ao trabalho manual. Esse preconceito expressava-se na ausência de formação para o trabalho nas escolas e na segregação das instituições de educação profissional, que cumpriam uma função filantrópica e de contenção de uma ameaça à paz social proveniente da pobreza. Em sintonia com Roberto Mange, o engenheiro educador que atuava no ensino industrial, Fernando

de Azevedo defendia a aplicação de provas psicotécnicas e a orientação profissional para os alunos. A psicotécnica aparecia à época como uma via diferenciada para a organização e gestão da divisão técnica do trabalho. Defendeu também a existência de centros populares noturnos que atendessem às demandas da formação de pessoas para atuar tanto da agricultura quanto na indústria. Fernando de Azevedo tinha fina sintonia com o projeto industrialista capitaneado por Roberto Simonsen, a principal liderança do empresariado brasileiro. A dimensão desse projeto era a de uma sociedade industrial em toda a sua amplitude. Nesse sentido, a indústria deveria ser a referência até mesmo para a agricultura. Era preciso inserir ciência e técnica, ao lado da perspectiva mercantil, na vida agrária brasileira.

Ao analisar o livro *A cultura brasileira* (1943), observou-se a trajetória percorrida por Fernando de Azevedo ao desenvolver estudos sobre a educação brasileira. Ele tem seu primeiro contato com os problemas da educação brasileira por meio do inquérito de 1926 e, logo em seguida, assumiu o cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (1927–1930) e promoveu uma reforma educacional, que de acordo com ele deveria servir de modelo para os demais estados brasileiros. Fernando de Azevedo afirma que essa reforma inaugurou uma política de educação no Brasil.

As Conferências da ABE serviram como lugares de circulação das ideias da Reforma do Distrito Federal. A IV Conferência Nacional de Educação (1931) ficou encarregada de elaborar os princípios da educação para um programa do Governo Federal. Fernando de Azevedo ficou responsável por elaborar um manifesto com os novos ideais da política educacional brasileira, o "Manifesto dos Pioneiros" foi publicado em 1932. Segundo Fernando de Azevedo, nesse manifesto foram expostas as diretrizes para uma política escolar a partir de novos ideais pedagógicos e sociais, planejada para uma civilização urbana e industrial. A V Conferência Nacional de Educação foi considerada por Fernando de Azevedo o ponto culminante das discussões sobre a elaboração e aprovação de um plano de educação nacional para o anteprojeto da Constituição federal de 1934.

Ao analisar a terceira parte do livro *A cultura brasileira,* especialmente os capítulos 3, 4 e 5*,* observou-se que Fernando de Azevedo reforça a afirmação feita no inquérito de 1926, de que a sociedade brasileira continuava menosprezando as atividades manuais e mecânicas.

Fernando de Azevedo afirmava que, mesmo com os avanços promovidos pelas reformas educacionais realizadas em alguns estados brasileiros, essas iniciativas isoladas não resolveriam os problemas da educação nacional. Nesse sentido, a ABE foi, segundo Fernando de Azevedo, um lugar de circulação de ideias educacionais já desenvolvidas na Europa e nos EUA, onde os educadores brasileiros se reuniam para discutir sobre o futuro da educação brasileira.

Fernando de Azevedo defendia a existência de um sistema nacional de ensino no qual a teoria e a prática se relacionassem, um sistema que regulamentasse a educação com leis gerais, mas respeitasse as demandas regionais, adotando o espírito científico em que o ensino secundário fosse reestruturado a partir de um ensino técnico e profissional.

Fernando de Azevedo ressalta que, com o desenvolvimento das atividades industriais no Brasil dos anos 1920 em diante e a chegada de mão de obra das mais diversas regiões, os problemas da educação que passaram a ocupar o centro dos debates eram os da cultura industrial e da formação técnica. A Carta constitucional de 1937, segundo Fernando de Azevedo, instituiu que a educação técnica e profissional do país se tornasse o primeiro dever do Estado e que isso seria um avanço significativo em direção à reorganização do ensino técnico de acordo com as demandas nacionais. Fazia parte desse projeto a vinda de engenheiros e técnicos europeus e estadunidenses para orientarem o ensino industrial a partir das práticas realizadas nas indústrias.

Fernando de Azevedo afirma que o Decreto n.º 4.073, assinado por Getúlio Vargas em 1942, era de importância para o avanço do ensino técnico e profissional no país, por estabelecer "[...] as bases e o regime do ensino industrial, destinado à preparação dos trabalhadores da indústria e dos de transportes, entre outras funções, a de formar mestres de ofícios e professores especializados para os liceus industriais" (AZEVEDO, 1971, p. 762).

Nesse sentido, Fernando de Azevedo afirmava que, de acordo com o esforço de Estado, seria incentivada a vinda de missões estrangeiras ao Brasil e também do incentivo aos estudantes brasileiros por meio de bolsas de estudo na Europa e nos EUA.

Em síntese, ao identificar e analisar as elaborações de Fernando de Azevedo sobre a educação profissional, foram encontradas referências aos ensinos técnico e profissional.

O ensino técnico profissional deveria ser instituído de acordo com as novas necessidades sociais e industriais no sentido de preparar o elemento nacional para tais atividades. Fernando de

Azevedo ressaltava a importância de despertar, desde as séries iniciais, o gosto por atividades que conduziriam o aluno a um caminho de especialização técnica que o habilitaria mais adiante para exercer uma profissão. Essa integração dos conteúdos já contemplados nos currículos escolares com uma base técnica elementar fazia parte da proposta de Fernando de Azevedo para o ensino profissional nas escolas públicas.

Durante a realização desta pesquisa foi encontrada uma considerável produção teórica de Fernando de Azevedo relacionada à educação e à sociologia. Essa quantidade de referências obtidas fez com que fossem suscitadas outras perguntas que não puderam ser compreendidas por esta pesquisa, em virtude do seu objeto e recorte temporal. Considera-se que o assunto está longe de ser esgotado, tamanha a contribuição do intelectual Fernando de Azevedo ao campo da educação e da sociologia. Fernando de Azevedo foi protagonista das mudanças educacionais ocorridas no Brasil desde os anos 1920 e certamente contribuiu para os avanços da sistematização do ensino técnico e profissional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). *Biografia:* Amadeu Amaral. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/amadeu-amaral/biografia>. Acesso em: 9 abr. 2021.

ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO (AMSP). *Biografia:* Ovídio Pires de Campos. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/110/BIOGRAFIA-OVIDIO-PIRES-DE-CAMPOS.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM S. PAULO – Problemas e discussões – Inquérito para O Estado de S, Paulo, em 1926, l vol. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/180/1/98%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

ANTÔNIO PAIM VIEIRA. *In:* WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ant%C3%B4nio_Paim_Vieira&oldid=62070350>. Acesso em: 9 abr. 2021.

ARQUIVO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB)/USP, Fundo/Coleção/DROS, Código de Referência: FA-AP-A.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1971. 809 p.

AZEVEDO, Fernando de. *Figuras de meu convívio.* São Paulo: Melhoramentos, 1960. Obras completas de Fernando de Azevedo, v. XVII. 171 p.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRIQUET, Raul. *Psicologia:* ciência e profissão *[online]*. 2005, v. 25, n. 1 [Acesso em: 5 dez. 2021] , p. 168. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000100013>. Epub 22 ago. 2012. ISSN 1982-3703. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000100013>. Acesso em: 9 abr. 2021.

CASTRO, M. C. O arquivo Fernando de Azevedo: cronologia e bibliografia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 37, p. 213–245, 1994.

CÂMARA, Sônia. *Reinventando a escola:* o ensino profissional feminino na Reforma de Fernando de Azevedo de 1927 a 1930 / Sônia Câmara. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2013.

CAMARGO, Vanessa Fonseca. *A reforma do ensino paulista:* Francisco Azzi na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000951543&opt=4>. Acesso em: 8 abr. 2021.

CAMPOS, Ana Maria Antunes de. *José Ribeiro Escobar:* trajetória intelectual e profissional (1903–1938). Guarulhos, 2018. 157 fls. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/avata/Downloads/JOS%C3%89%20RIBEIRO%20ESCOBAR_TRAJET%C3%93RIA%20INTELECTUAL%20E%20PROFISSIONAL%20(1903-1938).pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). *Biografia de Armando Sales*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales>. Acesso em: 6 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbete: Prado Júnior. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO%20J%C3%9ANIOR.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbete: Associação Brasileira de Educação (ABE). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbete: Revolução de 1930. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbete: Anarquismo. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ANARQUISMO.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbete: Integralismo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>. Acesso em: 5 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Biografia de Lourenço Filho. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lourenco_filho>. Acesso em: 7 abr. 2021.

CUNHA, Marcus Vinicius da; SILVA, Tatiane da. Concepções políticas e educacionais de Renato Jardim na década de 1930. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, n. 53, p. 78–91, out. 2013 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125173/ISSN1676-2578-2013-13-53-78-91.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 abr. 2021.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano:* Brasil, 1880 a 1930. 13. ed. São Paulo: Atual, 1991. História em documentos. 95 p.

DICIONÁRIO histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832–1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/facmedcirsp.htm>. Acesso em: 6 abr. 2021.

DIWAN, Pietra. *Raça pura:* uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DUENHAS, Flávia Oliveira. *Psicologia da aprendizagem e educação profissional no Brasil (1940 – 1950) estudo dos escritos de Lourenço Filho sobre a aprendizagem profissional.* 2017.

EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE. *In:* WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Edmundo_Navarro_de_Andrade&oldid=60520356>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FERNANDO DE AZEVEDO. Entrevistas, organização, introdução e notas de Maria Luíza Penna; Abgar Renaut... [*et al.*] . Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2015. 436 p.

GANDINI, Raquel. *Almeida Júnior.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 2010. 148 p.: il. (Coleção Educadores). Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4688.pdf?fbclid=IwAR1b5poJrvnfpNE0CqIkVX9BMrhZmRY-xhuN9_erci64ijeI_17pGkT-ynU>. Acesso em: 7 abr. 2021.

GOMES, Â. M. de C. *História e historiadores:* a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1996.

GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. *Intelectuais mediadores:* práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 489 p.

MARIO PEREIRA DE SOUZA LIMA – USP. Disponível em: <http://academica.fflch.usp.br/sites/academica.fflch.usp.br/files/M%C3%81RIO%20PEREIRA%20DE%20SOUZA%20LIMA.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

O EDITOR (1954). Professor Emérito Reynaldo Porchat (1868–1953). *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, n. 49, p. 35–43. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66199>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66199/68809>. Acesso em: 7 abr. 2021.

O ESTADO DE S. PAULO. Páginas da edição de 22 de outubro de 1936 – p. 10, Geral; p. 10, Notícias diversas. Universidade de São Paulo. Conferências do professor Fernando de Azevedo sobre "Política e Educação". Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19361022-20563-nac-0010-999-10-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 5 abr. 2021.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso:* princípios & procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *A revolta comunista de 1935.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV)/CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>. Acesso em: 31 maio 2021.

PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2010. Coleção Educadores. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4698.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

PROJETO MEMÓRIA DA PSICOLOGIA PIONEIROS DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL. *Roberto Mange (1886–1955)*. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/memoria/banners/Roberto%20Mange.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

QUEIROZ, M. I. P. Fernando de Azevedo: o sociólogo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, IEB/USP, n. 37, p. 53–69, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/5616>. Acesso em: 10 out. 2019. Rev.Inst. Est. Bras. SP, 37:215,1994.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, n. 1, 2009.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. *In:* REMOND, René. *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2003.

SOUZA, V. S. de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146–166, 2008.

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917–1940. *In:* HOCHMAN, G., and ARMUS, D. (Org.ª) *Cuidar, controlar, curar:* ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe *[online]*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004. História e Saúde Collection, p. 330–391. ISBN 978-85-7541-311- 1. Available from SciELO Books.

TEODORO AUGUSTO RAMOS. *In:* WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Teodoro_Augusto_Ramos&oldid=61420435>. Acesso em: 19 jun. 2021.

TEODORO BRAGA. *In:* WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Teodoro_Braga&oldid=59866998>. Acesso em: 24 nov. 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teodoro_Braga>. Acesso em: 9 abr. 2021.

TISQUE DOS SANTOS, F. H.; MORAES, D. Z. O vivido e o concebido na história da educação brasileira: a biografia intelectual de Sud Mennucci e a formação de professores rurais. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 5, n. 13, p. 144–164, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/7324>. Acesso em: 4 abr. 2021.

TORRES, L. de L. *Reflexões sobre a raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homo sapiens 1900"* de Peter Cohen, Ponto Urbe *[online]*, 2|2008, posto *online* em 30 dez. 2008, consultado em 3 dez. 2019. Disponível: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1914;DOI:10.4000/pontourbe.1914>. Acesso em: 3 out. 2019.

XAVIER, Maria do Carmo (Org.ª). *Manifesto dos pioneiros da educação:* um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004.

SITES CONSULTADOS

Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/facmedcirsp.htm>. Acesso em: 2 abr. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales>. Acesso em: 2 abr. 2021.
Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO%20J%C3%9ANIOR.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19361022-20563-nac-0010-999-10-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 2 abr. 2021.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ANARQUISMO.pdf Acesso em: 4 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo. Acesso em: 5 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66199/68809>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lourenco_filho>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <file:///C:/Users/avata/Downloads/Camargo_VanessaFonseca_TCC.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4688.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125173/ISSN1676-2578-2013-13-53-78-91.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <file:///C:/Users/avata/Downloads/JOS%C3%89%20RIBEIRO%20ESCOBAR_TRAJET%C3%93RIA%20INTELECTUAL%20E%20PROFISSIONAL%20(1903-1938).pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Edmundo_Navarro_de_Andrade>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/180/1/98%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/memoria/banners/Roberto%20Mange.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teodoro_Braga>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.brasilartesenciclopedias.com.br/nacional/paim_vieira_antonio.htm>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/180/1/98%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://academica.fflch.usp.br/sites/academica.fflch.usp.br/files/M%C3%81RIO%20PEREIRA%20DE%20SOUZA%20LIMA.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/amadeu-amaral/biografia>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/110/BIOGRAFIA-OVIDIO-PIRES-DE-CAMPOS.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000100013>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teodoro_Augusto_Ramos>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Disponível em: <https://www.saopauloinfoco.com.br/escola-carlos-de-campos/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Escola_Profissional_Masculina&oldid=61340015>. Acesso em: 8 jun. 2021.

Disponível em: <https://www.fecap.br/a-fecap/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/institucional/historico>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao17403/liceu-de-artes-e-oficios-de-sao-paulo-laosp#>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/inicio-do-seculo-xx-o-butantan-e-o-combate-a-epidemia-de-peste-bubonica>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Disponível em: <http://colegiometodista.g12.br/piracicabano/sobre-o-colegio/historia>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Disponível em: <https://www.mackenzie.br/instituto/historia-do-instituto>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 2 abr. 2021.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO%20J%C3%9ANIOR.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19361022-20563-nac-0010-999-10-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_neiva>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Teodoro_Augusto_Ramos&oldid=61420435>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000100013>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/110/BIOGRAFIA-OVIDIO-PIRES-DE-CAMPOS.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/amadeu-amaral/biografia>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://academica.fflch.usp.br/sites/academica.fflch.usp.br/files/M%C3%81RIO%20PEREIRA%20DE%20SOUZA%20LIMA.pdf>. Acesso em: 9 abr.2021.

Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/180/1/98%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ant%C3%B4nio_Paim_Vieira&oldid=62070350>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Teodoro_Braga&oldid=59866998>. Acesso em: 24 nov. 2020.

Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/memoria/banners/Roberto%20Mange.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Edmundo_Navarro_de_Andrade>. Acesso em 25 fev. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Edmundo_Navarro_de_Andrade>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/180/1/98%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: DOI:http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p144-164. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/42/BIOGRAFIA-DOMINGOS-RUBIAO-ALVES-MEIRA.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66199/68809>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125173/ISSN1676-2578-2013-13-53-78-91.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/204/BIOGRAFIA-JOSE-OLEGARIO-DE-ALMEIDA-MOURA.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/racapura.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_neiva>. Acesso em: 30 set. 2020.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66199/68809>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lourenco_filho>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <file:///C:/Users/avata/Downloads/Camargo_VanessaFonseca_TCC.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4688.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342010000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 set. 2020.

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,julio-mesquita,753,0.htm>. Acesso em: 28 set. 2020.

Disponível em: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=660&descricao=Renato+Ferraz+Kehl+(Cadeira+No.+93)>. Acesso em: 27 set. 2020.

Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/home/lerArtigo.lab?id=48&cedu=1>. Acesso em: 8 nov. 2019.

Disponível em: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=207>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mesquita-filho-julio-de>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jean-Ovide_Decroly&oldid=54938485>. Acesso em: 25 abr. 2019.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Georg_Kerschensteiner&oldid=61106507>. Acesso em: 8 maio 2021).

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=John_Dewey&oldid=62451214>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ant%C3%B4nio_da_Silva_Prado_J%C3%BAnior&oldid=62258506>. Acesso em: 17 out. 2021.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Washington_Lu%C3%ADs&oldid=62301434>. Acesso em: 24 out. 2021).

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ANARQUISMO.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021).

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/37/cat/1717/movimento-sindical-e-o-anarco-sindicalismo-.html>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GREVE%20GERAL%20DE%201917%20EM%20S%C3%83O%20PAULO.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional#:~:text=A%20Lei%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional,o%20abandono%20das%20garantias%20processuais>. Acesso em: 31 maio 2021.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46491/50247>. Acesso em: 9 jun. 2021 .

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/18Forte>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.editorialskepsis.org/site/edusk>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Disponível em: <https://pt.melayukini.net/wiki/Sloyd>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Victor_Della-Vos>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOBRE O ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL

1. Qual a sua opinião sobre o nosso ensino técnico e profissional? Tanto na sua organização, nos seus fins e na formação científica do seu pessoal docente, como no seu **acanhado desenvolvimento**, **não está ele longe de corresponder às nossas necessidades técnicas, industriais, agrícolas e sociais**?

2. Que tem feito e que podem fazer as nossas escolas profissionais para desempenhar a função que lhes cabe, de **aparelhar o elemento nacional para as atividades técnicas e de exercer ação social e econômica, incentivando e protegendo o trabalho agrícola e as indústrias locais**?

3. Não acha que as nossas **escolas profissionais, vivendo parasitariamente do erário público, deveriam ser organizadas sob o duplo princípio do "self-supporting" (a produção industrial pelas escolas) e de adaptação às necessidades do trabalho agrícola ou industrial das regiões onde se instalaram?**

4. **Qual a verdadeira finalidade do ensino profissional para mulheres e do ensino profissional para homens**, e qual o melhor plano especialmente adequado à finalidade procurada em escolas profissionais, masculina e feminina?

5. Não é necessário, para lhe dar **finalidade moderna dentro dos novos ideais sociais, renovar o sistema de educação profissional, baseando-o sobre o "exercício normal do trabalho em cooperação" e dos trabalhos de caráter social, segundo o método Dewey**?

6. Na importação de sistemas educativos, como o *slojd* sueco, tipo de trabalho em madeira com suas variantes e seus derivados, e de sistemas técnicos e artísticos como o *Tadd*, *Della Voss*, com seu derivado *Eddy*, **tem-se procurado, em nossas escolas profissionais, adaptá-los, com modificações originais, às condições particulares do meio para que se transportaram**?

7. Que se tem feito de eficaz para disseminar intensamente desde a escola primária e adaptar à índole e aos costumes do povo e aos materiais particulares do meio, o **trabalho manual e o desenho, como elementos básicos de educação profissional**?

8. Já não é tempo – para se lançar em bases sólidas o ensino técnico e profissional –, de se tentar uma reforma radical do desenho em todas nossas escolas, segundo a sugestão de Rui Barbosa:

a) semeando o desenho imperativamente em todas as escolas primárias;

b) abrindo-lhes escolas especiais;

c) fundando para os operários escolas noturnas deste gênero;

d) assegurando-lhe vasto espaço no programa das escolas normais;

e) reconhecendo ao seu professorado a dignidade que lhe pertence no mais alto grau de escala docente;

f) e reunindo toda essa organização num plano coeso, mediante a instalação de uma escola superior de arte aplicada?

9. Não lhe parece que se deve **estender a obrigatoriedade do ensino técnico elementar e se deve impor, para os que não recebem uma educação superior, "uma educação técnica pós-escolar, obrigatória", profissional para os homens (de 14 a 18 anos) e doméstica para as mulheres (de 13 a 16 anos) em escolas gratuitas de aperfeiçoamento** (as "continuation schools", técnica inglesa)?

10. Temos procurado de alguma forma **valorizar o "elemento nacional" por meio de cursos e escolas especializadas** (química industrial e agrícola, metalurgia, eletricidade, mecânica, etc.), que lhe abram novos horizontes econômicos, em concorrência vitoriosa com o estrangeiro e lhe deem o gosto e a tendência das atividades técnicas?

11. Não acha que se devem instalar, na praia e à margem dos rios nas zonas mais próprias, escolas profissionais de pesca, aparelhadas de modernos instrumentos, para a **instrução adequada** de nossos pescadores e como um elemento à **solução do problema da pesca marítima ou fluvial inteiramente descurado** entre nós?

12. Não reconhece que para a defesa e **orientação científica da agricultura** e transformação da indústria, agrícola, temos de:

a) atacar o problema da **educação da população rural** por meio de "escolas especiais" (escolas práticas, fazendo-as escolas);

b) instituir **"escolas regionais"**, secundárias, destinadas às necessidades específicas de cada região;

c) estimular a iniciativa privada no ensino agrícola, como já existe quanto ao ensino comercial;

d) criar e organizar "em sistemas" estações agronômicas e laboratórios de pesquisas agrícolas;

e) criar escolas de agricultura para o ensino técnico;

f) reorganizar, para lhe acentuar o caráter de instituto superior, a Escola Agrícola Luiz de Queiroz.

13. Sendo problema básico a **formação do pessoal docente de escolas técnicas,** tratando-se, sobretudo, de matérias especiais, não é falha gravíssima não termos ainda uma "Escola Tecnológica para mestre", em que possam os candidatos a esse magistério adquirir os conhecimentos técnicos em artes industriais par a par com a orientação pedagógica indispensável ao exercício de suas funções?

14. Já se pensou porventura entre nós em adotar nas **escolas profissionais as "provas psicotécnicas" e em** organizar-se, como é necessário, um "Instituto de Psicotécnica e de Orientação Profissional", para encaminhar à solução do problema de orientação e seleção profissional?

15. Como constituir em São Paulo um grande **foco diretor e irradiador de expansão de arte aplicada, servido de um laboratório de tecnologia e de um museu de documentação de arte industrial**?

16. Que pensa da organização de centros populares, noturnos, agrícolas e industriais para ministrar:

a) rápido ensino técnico elementar;

b) instrução prática em pequenas indústrias domésticas e locais;

c) cultura geral por meio de projeções, demonstrações práticas e conferências;

d) e para fomentar o "espírito cooperativo" entre alunos, por meio de associações produtoras, para exploração de indústrias aprendidas na escola?

17. Enfim, para se completar o sistema de educação profissional não julga necessário **manterem-se institutos especiais, prepostos à educação de anormais, atrasados e refratários à instrução, e semelhantes às colônias de trabalho *(Arbeitskolonie)*, do tipo alemão, e as colônias escolares profissionais *(Arbeitslehrkolonie)***? (AZEVEDO, 1937, p. 215–219).